



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PRODIR

**COMPLEXO DE REFUGIADOS EM DADAAB: ESTADO DE EXCEÇÃO EM
CARÁTER PERMANENTE?**

MÁRCIA CAROLINA SANTOS TRIVELLATO

SÃO CRISTÓVÃO

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PRODIR

COMPLEXO DE REFUGIADOS EM DADAAB: ESTADO DE EXCEÇÃO EM CARÁTER PERMANENTE?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Constitucionalização do Direito. Linha de Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais nas relações sociais e empresariais.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de Ávila

SÃO CRISTÓVÃO

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SERGIPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PRODIR

MÁRCIA CAROLINA SANTOS TRIVELLATO

COMPLEXO DE REFUGIADOS EM DADAAB: ESTADO DE EXCEÇÃO EM
CARÁTER PERMANENTE?

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Constitucionalização do Direito. Linha de Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais nas relações sociais e empresariais.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de Ávila – Universidade Federal de Sergipe

Membro Interno: Profa. Dra. Jussara Maria Moreno Jacintho – Universidade Federal de Sergipe

Membro Externo: Prof. Dr. Dimas Pereira Duarte Júnior

SÃO CRISTÓVÃO

2019

“Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.” (Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

“Nada é tão nosso como nossos sonhos” (Friedrich Nietzsche), mas sem fé, familiares e amigos ao nosso lado, a caminhada não seria possível e tão agradável. Eis uma pequena demonstração da minha gratidão.

Ao universo, na espiritualidade de Deus e na personificação de Santa Teresinha, por me escutarem em cada pedido, por me iluminarem na realização de cada sonho e pela leveza de ser grata. Sinto-me cada vez mais completa!

Aos meus pais, Marilene e Trivellato, por continuarem a segurar minha mão ao permitir que o sonho de seguir a vida acadêmica seja possível; por serem o melhor colo e o melhor ombro em qualquer situação; por acreditarem em mim; e por terem me ensinado a nunca desistir. Amo vocês!

Ao melhor presente que meus pais me deram, Carlinhos, que dividiu a vida quase inteira comigo; que compartilhou as melhores risadas e os melhores abraços; e que, mesmo de longe, fez-se tão presente na divisão do sentimento “da delícia e da dor” que é ser um mestrando. Te amo!

À minha orientadora, que se tornou amiga no percurso, Flávia de Ávila, por ter acreditado em mim desde a apresentação do meu anteprojeto de pesquisa. E, depois, por ter me incentivado em cada reunião, em cada “puxão de orelha”, em cada pedido de reflexão sobre o problema, em cada sugestão de leitura e em cada tempo doado à minha pesquisa. Eu não teria crescido tanto como pesquisadora sem sua orientação. Serei eternamente grata!

Aos professores do meu seminário de pesquisa, da minha banca de qualificação e da minha defesa, Profa. Dra. Jussara Jacintho e Prof. Dr. Miroslav Milovic e Prof. Dr. Dimas Duarte Júnior, que doaram seu tempo para ler o meu trabalho e fazer sugestões fundamentais para o crescimento. Sem dúvidas, a versão final tem toques de cada um de vocês!

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR-UFS), na pessoa da Coordenadora Profa. Dra. Karyna Sposato, que empreende esforços para o crescimento do PPGD e o conduz com muita dedicação. Gratidão pelo incentivo à pesquisa e o acolhimento dos discentes!

Aos meus amigos, que tornaram a jornada mais leve e o riso mais frouxo: Lucas, Bella, Thayse, Renatinha, Êmille, Nayara, Yan e Marcelo. Cada um, deixa em

mim uma marca de aprendizagem e crescimento. Obrigada por terem tornado esse caminho mais fácil, alegre e doce!

Aos meus amigos de infância e da graduação, que entenderam a minha ausência em alguns eventos e que torcem pelo meu crescimento pessoal e profissional, em especial Igor, Thaís, Amandinha, Camila, Joyce, Loly, Nanda, Nathy e Nay. Em qualquer estrada, levarei sempre um pedacinho de vocês!

Por fim, aos professores que plantaram a sementinha da pesquisa na graduação, Prof. Adriano Carvalho e Prof. Maurício Gentil. Sem vocês o amor pela pesquisa e pela docência não teria sido despertado!

Que o restante do caminho continue a ser de memórias doces ao meu coração... Afinal, “feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina” (Cora Coralina).

Relato de uma judia durante a Segunda Grande Guerra: “(...) ‘um homem que vê a própria vida como um processo biológico desprovido de sentido não é apenas infeliz, mas também incapaz de viver.’ Isso parecia resumir a minha existência” (BAUMAN, 2005, p. 178).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar se o prolongamento da existência dos campos de refugiados em Dadaab configura estado de exceção permanente, utilizando-se do aporte teórico do nexa nascimento-nação de Hannah Arendt e da biopolítica de Giorgio Agamben. Para que seja possível o seu desenvolvimento, o trabalho se desdobra em três objetivos específicos a seguir detalhados. Primeiro, estuda-se o rompimento do nexa nascimento-nação em Arendt, tendo em vista que os critérios tradicionais de nascimento no território ou por sangue, adotados pelo Estado-nação contemporâneo, não são suficientes para englobar todos indivíduos na categoria de cidadão. Como consequência, as minorias – personificadas na figura dos refugiados neste trabalho – são, ao mesmo tempo, incluídas-excluídas a critério do poder soberano através do mecanismo do estado de exceção, descrito por Agamben como um dispositivo político-jurídico utilizado em situações estratégicas de poder e caracterizado pela suspensão temporária do ordenamento normativo por determinação do poder oculto do soberano. Além disto, realiza-se uma abordagem histórico-conceitual sobre a “crise humanitária” dos refugiados e dos campos de refugiados, bem como a insuficiência de proteção jurídico-legal destes ambientes, apesar da grande quantidade de legislação produzida sobre o tema, o que permite a produção de vidas nuas nos campos ideológicos e físicos. Por fim, demonstra-se que o prolongamento da existência dos campos de refugiados em Dadaab estabelece estado de exceção de natureza física e permanente, tendo em vista as reiteradas prorrogações de sua existência. Portanto, a hipótese do estudo se baseia na ideia de que o prolongamento da existência dos campos de refugiados em Dadaab, medida criada para ser meramente paliativa, comprova o rompimento do nexa nascimento-nação, denunciado por Hannah Arendt, ao estabelecer estado de exceção, conforme descrito por Agamben, de caráter permanente. Quanto à metodologia, o presente trabalho se desenvolve a partir do estudo de caso do complexo de refugiados em Dadaab e se utiliza do método quantitativo e qualitativo através de dados secundários. Além disto, adotam-se procedimentos bibliográfico e o documental, os quais acompanharão todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: campo de refugiados; direitos humanos dos refugiados; biopolítica; nexa nascimento-nação; Complexo de Dadaab.

ABSTRACT

The present research aims to analyze whether the extension of the existence of the refugee camps in Dadaab constitutes a permanent state of exception, using the theoretical contribution of the birth-nation nexus of Hannah Arendt and the biopolitics of Giorgio Agamben. In order to be possible its development, the work is divided into three specific objectives detailed below. First, it will be studied the rupture of the birth-nation nexus in Arendt, given that the traditional criteria of birth in the territory or by blood, adopted by the contemporary nation-state, are not sufficient to encompass all individuals in the category of citizen. As a consequence, minorities - embodied in the figure of the refugees in this work - are at the same time excluded and included of the discretion of sovereign power through the institute of the state of exception, described by Agamben as a political-legal device used in strategic situations of power and characterized by the temporary suspension of the normative order by determination of the hidden power of the sovereign. In addition, a historical-conceptual approach is taken on the “humanitarian crisis” of refugees and refugee camps, as well as the lack of legal and legal protection of these environments, despite the great amount of legislation produced on the subject, which allows the production of naked lives in the ideological and physical fields. Finally, it is shown that the extension of the existence of refugee camps in Dadaab establishes a physical and permanent state of exception, in view of the repeated extensions of its existence. Therefore, the hypothesis of the study is based on the idea that the extension of the existence of refugee camps in Dadaab, measure designed to be merely palliative, proves the rupture of the birth-nation nexus denounced by Hannah Arendt in establishing a state of exception as described by Agamben, of permanent character. As for the methodology, the present work is developed from the case study of the refugee complex in Dadaab and uses the quantitative and qualitative method through secondary data. In addition, bibliographic and documentary procedures are adopted, which will accompany all stages of research development.

Keywords: refugee camp; human rights of refugees; biopolitics; birth-nation nexus; Dadaab Complex.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01: Eneagrama sobre a vida politizada.....	43
Figura 02: Representação geográfica dos principais clãs.....	86
Figura 03: Conflito entre clãs.....	87
Figura 04: Diáspora dos somalis no mundo em 2014.....	88
Figura 05: Rede de campos na África.....	89
Figura 06: Complexo de Dadaab em março de 2012.....	92
Figura 07: Comunidade “autossustentável” em campos de refugiados.....	97
Figura 08: Campo de Dagahaley, no Complexo de Dadaab.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CARE - Cooperative for Assistance and Relief Everywhere

CIR - Comitê Intergovernamental para Refugiados

CV - Cruz Vermelha

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

ICARA - Conferências Internacionais sobre Refugiados na África

IOM – Organização Internacional de Migração

MSF - Médicos sem Fronteiras

OIs - Organizações Internacionais

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAM - Programa Alimentar Mundial

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees

UNOCHA - Escritório para Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas

UNPD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNRRA - Administração das Nações Unidas para o Socorro e a Reconstrução

UNRWA - Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 OS REFUGIADOS NA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA.....	23
1.1 Os refugiados e o nexa nascimento-nação em Hannah Arendt.....	24
1.2 A biopolítica em Giorgio Agamben.....	39
2 ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL SOBRE OS REFUGIADOS NA PERSPECTIVA DO ESTADO MODERNO E CONTEMPORÂNEO.....	53
2.1 “Crise humanitária” dos refugiados.....	54
2.2 Campos de refugiados: fronteira excepcional como normalidade desumanizadora e desnacionalizadora.....	69
3 COMPLEXO DE REFUGIADOS EM DADAAB: ESTADO DE EXCEÇÃO EM CARÁTER PERMANENTE?.....	82
3.1 Complexo de refugiados em Dadaab: antecedentes históricos, atores desumanizadores, rede de campos, estrutura física e dados populacionais.....	83
3.2 Complexo de refugiados em Dadaab: vidas nuas em estado de exceção de caráter permanente.....	97
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

O século XX produziu a maior quantidade de refugiados da história. Por sua vez, o século XXI, apesar de incipiente, já traz elevados números: em 2015, havia cerca de 16 milhões de refugiados; em 2016, aproximadamente, 17 milhões (UNHCR, 2017); e até junho de 2018 cerca de 25,4 milhões (UNHCR, 2018d). Apesar do elevado quantitativo e das inúmeras legislações internacionais e nacionais referentes à proteção dos direitos humanos dos refugiados, ainda se verifica a aplicação da securitização estatal e do discurso de ódio quanto aos recém-chegados ou imigrantes, como prefere chamá-los a filósofa Hannah Arendt (2013). A securitização estatal, por definição, é o grau de vulnerabilidade de um objeto transformado em matéria de segurança por ser apontado como uma ameaça ao Estado. Ressalte-se que os assuntos securitizados, em verdade, não apresentam ameaça real à sociedade, porém é indicado como se assim fosse, a fim de receberem mais atenção e recursos do que os problemas internos existentes. Por exemplo, o índice de mortes por automóveis, em alguns países, é maior do que as ocasionadas pelo terrorismo. Nota-se, portanto, a existência de dois componentes: primeiro, a ameaça e, depois, o objeto de referência; este último se refere a algo ou alguém que seja ou esteja vulnerável à ameaça (BUZAN, 1991). O discurso de ódio, por sua vez, é utilizado como instrumento para a promoção da securitização, em razão de seu diálogo apresentar os migrantes como ameaças ao sistema socioeconômico nacional.

Com relação aos migrantes forçados¹, a securitização se baseia não em fatos empíricos, mas em percepção, vez que “o discurso público e a linguagem usada para descrever os refugiados, requerentes de asilo e os deslocados internos moldam a forma como são percebidas as relações de segurança”² (BETTS, 2009, p. 65, tradução livre). Por exemplo, na década de 90 do século XX, iniciou-se a crise do asilo guiada pelas mídias, campanhas eleitorais e campanhas de informação pública, contribuidoras para a expansão de políticas externas com o objetivo de securitizar os migrantes forçados, como os refugiados e os deslocados internos (CRISP, 2003). Um

¹ São aquelas pessoas que não possuem escolha senão abandonar seu país por sofrerem violação de direitos humanos.

² Tradução da própria autora. Em inglês, “public discourse and the language used to describe refugees, asylum seekers, and IDPS shape how they are perceived and their relationship to security” (BETTS, 2009, p. 65)

exemplo da influência das mídias foi o enrijecimento da política da segurança nacional durante a “Guerra ao Terror”, no início do século XXI, momento no qual os Estados-nação³, em especial os Estados Unidos, trabalharam para contornar suas obrigações com a Convenção Relativa aos Refugiados de 1951 e os princípios básicos do regime dos refugiados (BETTS, 2009).

É possível verificar que o deslocamento em massa teve crescimento considerável após as Grandes Guerras, em decorrência dos tratados que extinguiram e anexaram algumas nações, forçando a convivência multicultural entre os povos. Por esta razão, a partir do final do século XX, foram produzidos grandes contingentes de legislações internacionais e domésticas sobre o assunto. Porém, anteriormente a estes acontecimentos, Arendt (2012) já havia identificado a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 como o cerne da questão dos refugiados e dos demais migrantes. Muito embora o nome da Declaração abranja as expressões “homem” e “cidadão”, os direitos humanos nasceram para proteger tão somente este último. Neste diapasão, Arendt (2012) apontou que o *ius soli* e o *ius sanguini*, critérios utilizados para definir o conceito de nacionais, não suportavam a existência de outras pessoas que não os cidadãos. Assim, à medida que os refugiados se tornam numerosos e demonstram não atender ao padrão previamente construído, desestrutura-se o sistema normativo e rompe-se o nexó nascimento-nação determinante do Estado-nação.

Em uma perspectiva biopolítica de gestão de vidas por um poder soberano capaz de estabelecer a suspensão normativa para decidir de acordo com seu próprio interesse, Giorgio Agamben (2010) compreende a problemática dos refugiados como uma questão de gestão da vida política dos homens pelo poder soberano⁴. No seu entendimento, pode-se realizar a divisão da relação social do indivíduo com o ente estatal em vida qualificada (*bios*), disposta à prática política, e vida não qualificada (*zoé*), excluída da proteção jurídico-política e confinada à mera reprodução. Nesta perspectiva, a vida natural é submetida a uma relação binomial de inclusão e exclusão, na qual é produzida a vida nua, administrável pelo soberano. Considerando que a vida

³ Apesar de conceitualmente haver diferenciação entre os termos Estado-nação e Estado nacional, neste trabalho os termos serão utilizados como sinônimos, uma vez que a diferença entre eles não é alvo principal desta pesquisa.

⁴ Segundo Esposito (2010, p. 55), “ou a biopolítica produz subjectividade ou produz morte. Ou torna o sujeito o seu objecto ou objectiviza definitivamente”.

indesejada foge à normalidade, cria-se um estado de exceção ambientado em um campo físico, local de máxima indistinção entre a vida e a morte, exemplificado nesta pesquisa pelos campos de refugiados (AGAMBEN, 2015).

Sobre os campos de refugiados, sabe-se que crescem os números e se prolongam os já existentes em todo o mundo, locais nos quais, do ponto de vista material, os refugiados vivem em situação mais precária do que os povos habitantes de países não-industrializados (ANDRADE, 2006). Em 2008, já existiam mais de 300 campos de refugiados no mundo administrados pela United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) – conhecida na América Latina, como Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – (AGIER, 2010), sem contar os campos extraoficiais. Dentre eles, o mais extenso é o Complexo de Dadaab, formado pelos campos de Hagadera, Dagahaley, Ifo, Ifo 2 e Kambioos, este último desativado em 2017 (ACNUR, 2012).

Na seara internacional, a Convenção de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967 são os principais marcos legais, determinadores de critérios jurídicos para o reconhecimento do refugiado, bem como para o entendimento do ACNUR como principal organismo de competência sobre a matéria. Todavia, nesta e em outras legislações de âmbito internacional, não existe qualquer menção ou proteção aos campos de refugiados, demonstrando que a situação legal de assistência internacional sobre o assunto é insuficiente. Por exemplo, a Convenção da Organização de Unidade Africana de 1969 e a Constituição do Quênia apenas tratam da figura do refugiado propriamente dito, sem que haja menção aos campos. Sobre este último tema, o que se tem são poucas decisões quenianas restritivas sobre o assunto, como é o caso do impedimento da urbanização das áreas habitadas pelos refugiados. Assim, as organizações africanas e as normas quenianas não trazem especificações sobre a administração dos campos de refugiados instalados em seu território, o que facilita a gestão biopolítica dos atores internacionais operantes na região. Prova disto foi a decisão da Suprema Corte do Quênia sobre a proibição do fechamento dos campos de refugiados em seu território.

Uma das opiniões sobre a falta de interesse na definição legal sobre o campo de refugiados é a de Ben Parker, diretor do Escritório para Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA ou OCHA)⁵ na Síria e no leste da África

⁵ Em inglês, United Nations Office for the Cordination of Humanitarian Affairs.

em 2013, que cunhou o termo “indústria da ajuda”. De acordo com Parker, o campo de refugiados movimenta pelo menos cerca de 25 bilhões de euros por ano com escritórios de auditoria, vendedores de cartões de débito e grandes fabricantes de móveis dentro dos próprios campos. Em 2011, os campos de refugiados de Dadaab foram exemplos deste mercado quando receberam doação de 60 milhões de dólares da Ikea para promover “abrigos mágicos” com a finalidade de proporcionar vidas formidáveis aos refugiados. À época, foi questionado ao entrevistado se o campo de Dadaab precisava realmente de novos designs de interiores (PARKER, 2017)⁶. Não houve resposta expressa neste sentido; porém, acredita-se que possivelmente seria não, posto que, como apresentado anteriormente, existem necessidades mais urgentes para os indivíduos que vivem em campos de refugiados.

Outra sugestão sobre a inexistência de legislação está pautada na “fábrica de indesejados”. Esta expressão utilizada por Michel Agier (2017) diz respeito aos campos de refugiados, acampamentos de migrantes, zonas de espera para pessoas com pendências, campos de trânsito, centros de retenção ou de detenção administrativa centros de identificação e de expulsão, pontos de passagem fronteiriços, centros de acolhimentos de pessoas em busca de asilo, “guetos”, “jungle”, “hot spots” como maneira de administrar todos os indivíduos não quistos pelo Estado. Na mesma linha, Agamben (2010) já havia apontado que o Estado possui um sistema pautado no binômio inclusão-exclusão, no qual determinados indivíduos têm sua subjetividade capturada pelo sistema⁷ para serem excluídos num espaço no qual o ordenamento jurídico se encontra suspenso.

Os campos de refugiados de Dadaab são alguns dos exemplos de perpetuação das vidas indesejáveis produzidas pelos Estados-nação. Dadaab recebe refugiados⁸ desprotegidos, em primeira vista, pela legislação do seu país de origem, bem como insuficientemente resguardados pelo ordenamento jurídico internacional em razão de sua generalidade. E, ao invés de auxiliá-los de maneira humanitária, também são colocados aquém das normas jurídicas do Quênia através da instauração do estado de exceção. Neste sentido, Arendt (2012) já havia afirmado que a estrutura

⁶ Entrevista realizada por Nicholas Autheman, na Revista Le Monde Diplomatique Brasil, de maio de 2017.

⁷ Neste ponto, o sistema é representado pelo soberano, que tem o poder de gerência sobre a vida.

⁸ A maior parte da população de refugiados é de origem Somali (UNHCR, 2017).

dos Estados-nação⁹ – como edificadas pelo Paz de Vestfália¹⁰ e os direitos dos indivíduos como pautados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹¹ – não suporta a quebra do nexa nascimento-nação para a proteção dos direitos humanos¹².

Para abordar as referidas questões, dividiu-se a pesquisa em três capítulos, cada um deles com dois subcapítulos. No primeiro deles, será estudada a ideia do rompimento do nexa nascimento-nação em Hannah Arendt, a fim de identificar os motivos pelos quais os Estados-nação não suportam o elevado fluxo de deslocamento de pessoas. Neste primeiro ponto, será utilizada com frequência a figura dos judeus para entender a conjuntura dos refugiados, já que, à época em que se deu início à quebra da estrutura do Estado nacional, Arendt fez da diáspora judaica seu objeto de estudo por entender que os judeus são o paradigma do Estado-nação moderno. Desta maneira, o povo judaico não só foi alvo da teoria do bode expiatório¹³ como também do modelo de povos estrangeiros sem aplicação do princípio da igualdade em comparação aos nacionais dos países onde vivem.

⁹ De acordo com Charles Tilly (1996, p. 47), “durante a maior parte da história, os Estados-nacionais – aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas – surgiram muito raramente. A maioria deles eram não-nacionais: impérios, cidades-estado, ou algo semelhante. Para o nosso pesar, o termo ‘Estado-nacional’ não significa necessariamente estado-nação, um estado cujo povo compartilha uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica. Embora alguns Estados como a Suécia e a Irlanda, se aproximem hoje desse ideal, pouquíssimos estados nacionais da Europa se qualificaram um dia como estado-nação. A Grã-Bretanha, a Alemanha e a França – Estados essencialmente nacionais – por certo nunca passaram nesse teste. A União Soviética com nacionalidades militantes na Estônia, na Armênia e em outros lugares, viveu a diferenciação dolorosamente até sua desagregação final. A China, com quase três mil anos de experiência de estados nacionais sucessivos (mas, dadas as suas múltiplas línguas e nacionalidades, nenhum ano de estado-nação), constitui uma exceção extraordinária. Somente nos últimos séculos é que os estados nacionais enxamearam o mapa do mundo com seus territórios separados um do outro, inclusive as colônias. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial é que quase o mundo inteiro passou a ser ocupado por estados nominalmente independentes cujos governos reconhecem, mais ou menos, a existência mútua e o direito de existência dos demais”.

¹⁰ Em 1648, a Paz de Vestfália, conhecida também como Tratados de Münster e Osnabrück, reconhece oficialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça, bem como representa uma série de tratados que encerram a Guerra dos Trinta Anos, na Europa, são eles: a) Tratado Hispano-Neerlandês, assinado em 30 de janeiro de 1648, em Münster, na Alemanha, pôs fim à Guerra dos Oitenta Anos; b) Tratado de Vestfália, pactuado em 24 de outubro de 1648, na cidade de Osnabrück, na Alemanha, entre Fernando III, Imperador Romano-Germânico, demais príncipes alemães, França e Suécia com o intuito de encerrar os conflitos entre França, Suécia e o Sacro Império Romano-Germânico e c) Tratado dos Pirineus, assinado em 07 de novembro de 1659, pôs fim à guerra entre França e Espanha.

¹¹ Pactuada em 1789, fruto da Revolução Francesa, aparentou ser a proteção que os indivíduos necessitavam, vez que a Paz de Vestfália, baseada na transmutação de uma sociedade pautada nos ditames da Igreja para uma sociedade constituída por Estados-nação, não alterou o foco das relações mundiais, que continuava a ser a entidade e não o indivíduo.

¹² Apesar de ser utilizada a nomenclatura direitos humanos, Arendt não utilizava esta expressão, posto que a mesma somente foi cunhada na sociedade contemporânea.

¹³ Metodologia de terror utilizada pelos sistemas totalitários contra uma pessoa ou um grupo de pessoas que é apontado como a causa dos problemas perpassados por quem atribuiu a culpa e/ou por terceiros.

Do mesmo modo, será apresentada a teoria da biopolítica em Agamben, mais especificamente os conceitos de poder soberano, de campo, de vida nua e de estado de exceção, conjugando-o com a problemática dos refugiados. Em termos agambenianos, o soberano não se refere necessariamente a uma pessoa específica, mas a qualquer indivíduo que detenha o poder de capturar e administrar vidas que não atingiram – e provavelmente não atingirão – a totalidade da sua potência. Estes indivíduos, denominados de vidas nuas, são depositados em ambientes inóspitos, nos quais quaisquer normas são suspensas em favor da aplicação de decisões tomadas segundo os interesses do poder soberano, constituindo-se, assim, o estado de exceção. Além disto, com o auxílio destas palavras-chave, entender-se-á como o soberano transforma grupos minoritários de seres humanos em *muselmann*, indivíduos que destituídos de características humanas. Nesta perspectiva, restará evidente o motivo pelo qual o povo judaico e os refugiados, cada um em seu momento histórico, foram utilizados como parâmetros excepcionais para a inscrição da vida nua pelo soberano em um campo.

No segundo capítulo, será realizada abordagem histórico-conceitual sobre os refugiados com relação ao Estado moderno e contemporâneo sob a perspectiva de “estado da arte” sobre o tema. Através desta ótica, apontar-se-á o nascimento e o desenvolvimento da “crise humanitária” dos refugiados como forma de mecanismo biopolítico através da gestão da vida dos que migram forçadamente. Neste momento, entender-se-á a ambiguidade do termo agambeniano bando: abandonar o país de origem por motivos alheios à vontade do refugiado *versus* ser abandonado no Estado de entrada também por razões que não dizem respeito à sua identidade, mas sim à sua condição de ser errante. Ademais, demonstrar-se-á que as decisões soberanas culminam no depósito dos refugiados em campos, apesar da existência de mecanismos duradouros na integração do refugiado à nova comunidade, como a inserção na cultura local, o reassentamento ou a repatriação¹⁴.

Do mesmo modo, analisar-se-á que os instrumentos normativos internacionais e domésticos acerca dos refugiados são, em sua maioria, inefetivos, em razão da sua inobservância e da apresentação de novas interpretações favoráveis ao interesse do soberano em detrimento do acolhimento dos recém-chegados. Assim, há sua inclusão

¹⁴ Ressalte-se que a repatriação deverá atender aos requisitos de encerramento das condições que motivaram a fuga do refugiado de seu Estado natal, bem como o interesse do mesmo em retornar ao seu país de origem, em consonância com o princípio da não devolução.

através da edição de leis teoricamente protetivas e, ao mesmo tempo, ocorre a exclusão por meio da atuação biopolítica do ente que administra as vidas nuas em determinado campo. Ao realizar um mapeamento crítico das principais informações sobre campos, verificar-se-á que inexistem instrumentos normativos internacionais e nacionais, fator que permite também a atuação do soberano através de decisões em seu próprio benefício. Este é o caso do depósito de refugiados em campos que são apresentados pelas entidades soberanas como soluções temporárias e humanitárias, mas que, em verdade, não possuem condições para a manutenção das necessidades humanas nem termo final.

Por sua vez, o último capítulo também é composto por dois subtópicos. O primeiro deles apresentará ao leitor o Complexo de Dadaab, formado no ano de 1991 e localizado no Quênia como abrigo para os forçadamente deslocados da guerra civil de Ogaden, patrocinada pelos Estados Unidos da América e pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas durante a Guerra Fria. Neste momento, apresentar-se-á também as dificuldades encontradas pelos refugiados nas fronteiras e as condições internas subumanas. Com relação ao modo de vida no campo, demonstrar-se-á como o poder soberano atua com regulamentações negativas geradas através de decisões soberanas, como é o caso da proibição da organização dos campos em formatos de cidades nos moldes ocidentais, de construção de casas com madeiras resistentes e da montagem de comércios.

Por fim, o segundo subtópico explicará quais são as características que identificam o Complexo de refugiados de Dadaab como um estado de exceção em caráter permanente. Esta comprovação será realizada através da insuportabilidade do Estado do Quênia de conceder o *status* de nacional para os habitantes do Complexo, da ausência de condições que preservem as necessidades humanas e da decisão da Suprema Corte do Quênia em manter o campo funcionando por tempo indeterminado, retirando visivelmente o caráter de temporariedade. Assim, tendo em vista o resultado positivo, verificar-se-á que o estado de exceção em caráter permanente se perfaz em contraponto à eficácia dos direitos fundamentais.

Ainda com relação aos marcos teóricos, cumpre salientar que o nexo nascimento-nação denunciado por Arendt e a biopolítica descrita por Agamben já se apresentam como contrapontos à situação tradicional no que diz respeito ao ser humano, à sociedade e ao Estado. Isto porque Arendt defendia que o rompimento da ideia tradicional de nacionalidade poderá falir o Estado-nação da maneira como o

conhecemos atualmente. Outrossim, Agamben descreve o estado de exceção, instituto que desafia os direitos fundamentais do homem.

Descrito o cenário no qual se encontra inserto o fenômeno social desta pesquisa e uma breve explicação sobre os capítulos, importante também apontar a relevância do trabalho. É necessário refletir sobre a atuação do Estado diante dos mecanismos de exercício de biopoder perante os recém-chegados abrigados em campos de refugiados. Outrossim, o presente estudo contribui, desta maneira, para a construção de um pensamento acadêmico crítico acerca da realidade das pessoas que vivem nestes locais. Neste sentido, promove-se um ambiente de discussão dos problemas sociais e de reflexão sobre o motivo de ausência de possíveis soluções para o estado no qual se encontram os refugiados que vivem nos campos de refugiados, atingindo o objetivo dialético da Universidade.

A relevância pessoal para a pesquisadora se manifesta pelo seu interesse na pesquisa sobre a proteção dos direitos humanos, em especial no processo de reconhecimento e de efetivação deles em favor dos vulneráveis, objeto de pesquisa na graduação e na pós-graduação em Direito. Outrossim, durante o curso de mestrado, manteve o interesse na análise crítica dos direitos humanos, focando, desta vez, na vulnerabilidade dos refugiados que se encontram cada vez mais marginalizados em razão do exercício do biopoder pelos Estados receptores.

Por fim, o tema está em conformidade com a linha de pesquisa do Programa de mestrado em Direito, “Eficácia dos Direitos Fundamentais e seus reflexos nas relações sociais e empresariais”, tendo em vista a análise sobre os direitos humanos dos refugiados, bem como a análise do estado de exceção como institutopositor aos direitos fundamentais dos indivíduos à margem da sociedade. Além disto, o estudo também está alinhado ao interesse de pesquisa da orientadora, haja vista a realização de pesquisas na área de direito internacional dos direitos humanos e da biopolítica.

Diante deste cenário, a presente pesquisa tem como objeto de investigação o seguinte problema: o prolongamento da existência dos campos de refugiados em Dadaab configura estado de exceção permanente?

Desse modo, foi estabelecida a hipótese de que o prolongamento da existência dos campos de refugiados em Dadaab, medida criada para ser meramente paliativa, comprova o rompimento do nexonascimento-nação, denunciado por Hannah Arendt, ao estabelecer estado de exceção, conforme descrito por Agamben, de caráter permanente.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar se o prolongamento da existência dos campos de refugiados em Dadaab, medida criada para ser meramente paliativa, comprova o rompimento do nexó nascimento-nação, denunciado por Hannah Arendt, ao estabelecer estado de exceção, conforme descrito por Agamben, de caráter permanente.

Para que esta finalidade seja alcançada, o trabalho se desenvolverá de acordo com objetivos específicos, que revelam os passos necessários para se atingir o objetivo geral. Portanto, estudar o rompimento do nexó nascimento-nação em Arendt, bem como a teoria da biopolítica em Agamben, mais especificamente os conceitos de poder soberano, de vida nua, estado de exceção e de campo; analisar a “crise humanitária” dos refugiados e a construção do conceito de campo de refugiados diante de uma abordagem histórico-conceitual; e apresentar os campos de refugiados em Dadaab e demonstrar que o prolongamento da existência dos campos de refugiados em Dadaab estabelece estado de exceção permanente.

Com relação à metodologia, o presente trabalho parte do estudo de caso para ilustrar o argumento de que o Complexo de Dadaab não mais se trata de uma medida não mais meramente paliativa por ter se transformado em um estado de exceção de caráter permanente. Nesta perspectiva, a escolha de um caso específico se trata de uma estratégia da pesquisadora com a finalidade de estampar os conceitos arendtianos e agambenianos que permeiam a pesquisa para torná-los mais visíveis ao leitor.

“(...) um caso é revelador tanto do evento representado quanto da pessoa que o selecionou, construiu e narrou. Como uma estratégia de pesquisa particular, o estudo de caso distingue-se de outros métodos em função dos objetivos da investigação e do tipo de pergunta que permite responder” (MACHADO, 2017, p. 357)

Ultrapassado este ponto, importante expor que a investigadora escolheu especificamente o Complexo de Dadaab por três motivos. O primeiro deles pelo fato de ser o maior campo de refugiados que se tem registro, segundo dados da ACNUR (2012)¹⁵. A segunda razão foi a quantidade de vezes que o fechamento de suas unidades foi prorrogado nos últimos 02 anos. Segundo a ACNUR (2017f), estes

¹⁵ É importante frisar quem forneceu os dados, pois há uma grande deficiência quanto ao colhimento de dados quanto aos campos de refugiados. Por exemplo, a pesquisadora não obteve informações sobre a quantidade de complexos existentes no mundo e teve dificuldade para encontrar regulamentações sobre este tema. Por outro lado, os materiais sobre a figura dos refugiados são extensos, fator que pode gerar uma sensação de satisfação e suficiência para quem pesquisa o assunto de maneira restrita aos indivíduos, sem se estender aos locais para onde são encaminhados.

campos deveriam ter sido fechados em maio de 2016, porém sua existência vinha sendo prorrogada a cada 06 meses até fevereiro de 2017. Nesta data, surgiu o terceiro motivo, a decisão da Suprema Corte do Quênia em manter a abertura dos campos por entender que o objetivo inicial deste ambiente – assistência humanitária aos refugiados – vem sendo cumprido satisfatoriamente.

Todavia, ao estudar a concepção do nexo nascimento-nação apontado por Hannah Arendt (2012) e o biopoder e o estado de exceção abordados na perspectiva de Giorgio Agamben (2010), é possível problematizar a natureza atual dos campos. Dessa maneira, preenchem-se os três requisitos apontados por Machado (2017): a curiosidade e inquietação do pesquisador ou, ainda, da sociedade; o conhecimento acessível sobre o objeto de pesquisa que interessa ao estudioso; e as possibilidades de acesso às informações sobre o tema. Ressalte-se que estes dados podem ser primários – quando o pesquisador os colhe diretamente através de entrevista ou constrói os números – ou secundário – quando o pesquisador tem acesso a pesquisas ou números já levantados por terceiros –, como é o caso deste trabalho.

Para conduzir o estudo de caso, faz-se necessário a utilização de métodos qualitativos e quantitativos. Com relação ao primeiro, seu principal intuito é “proporcionar uma análise mais profunda de processos ou relações sociais” (IGREJA, 2017) de indivíduos marginalizados, como é o estudo de caso referente aos refugiados que vivem no Complexo de Dadaab. Uma das principais dificuldades desta técnica é a subjetividade, inclusive do próprio pesquisador. Para evitar isto, buscou-se o diálogo e a reflexão crítica entre as teorias arendtianas e agambenianas, como explicado anteriormente. Muito embora o método qualitativo não necessariamente se desdobre em números, neste trabalho haverá uma construção em conjunto entre ambos os tipos de informações, fusão defendida por Yin (1994). Neste sentido, utilizam-se dados numéricos ao trazer informações sobre os refugiados e os campos de refugiados, em especial sobre seu crescimento populacional. Segundo Castro (2017), as pesquisas brasileiras possuem deficiência na produção de números, o que pode influenciar na inquietação da investigação no leitor, já que não há elucidação visual de impacto sobre o tema. Para ele (2017, p. 40), “(...) os métodos *quantitativos* são imprescindíveis à produção de avaliações *ex-post* do impacto de reformas legais sobre desempenho social, econômico e institucional”.

Ressalte-se, por fim, que a amostragem destas informações não é tão somente apontada no texto sem que haja uma conexão entre a teoria e o estudo de caso. Pelo

contrário, a pesquisadora promove uma reflexão entre os dois pontos ao discutir e responder o problema que guiou esta pesquisa. Este também é o ponto de vista de Machado (2017) ao entender que o estudo de caso é um mecanismo de composição, de organização e de reflexão sobre o objeto de estudo.

“Diante da miríade de informações – algumas mais fortes, apoiadas em mais de uma fonte, outras mais fracas, indiciárias, mas relevantes – lançamo-nos a encontrar e a propor mecanismos que nos permitam narrar o contexto, o caso, as unidades de análise. Nem sempre a ordem cronológica é a mais interessante para os propósitos da pesquisa. As narrativas podem se organizar também a partir dos atores intervenientes, dos ‘nós’ de interação institucional, do que nos pareça central ou marginal aos propósitos da pesquisa” (MACHADO, 2017, p. 383)

Sendo assim, o aporte metodológico é composto por um estudo de caso do Complexo de Dadaab em conjunto com uma reflexão sobre os recortes específicos dos marcos teóricos desta investigação. Para construir esta ponderação sobre o problema, também foram utilizados os métodos quantitativos e qualitativos através de dados secundários.

1 OS REFUGIADOS NA PERSPECTIVA BIOPOLÍTICA

Os refugiados ganharam visibilidade no cenário mundial diante do contingente de deslocados proveniente do período das Grandes Guerras, em especial após a Segunda Grande Guerra com a questão judaica. No século XXI, os dados já indicam o aumento anual da quantidade de recém-chegados, ao passo que demonstram estas figuras como o paradigma do Estado-nação contemporâneo. Isto porque o campo é a marca do espaço político na modernidade ao ser “(...) significativo que os campos surjam juntamente com as novas leis sobre a cidadania e sobre a desnacionalização dos cidadãos (...)” (AGAMBEN, 2015, p. 46).

Antes de adentrar na perspectiva biopolítica, importante compreender um dos principais fatores que levaram e ainda levam à exclusão das minorias forçadamente deslocadas. Para tanto, utiliza-se como marco teórico Hannah Arendt através da discussão de dois principais argumentos. O primeiro deles se trata da assimilação, que se refere a atos desvinculadores¹⁶ de nacionalidade originária para que pessoas forçadamente deslocadas sejam aceitas pelo país receptor. O segundo se refere aos únicos vínculos reconhecidos pelo Estado para admitir um indivíduo como cidadão, quais sejam o nascimento no território ou a consanguinidade¹⁷. Assim, verifica-se que o mecanismo de assimilação não só causa efeitos negativos em face do não-nacional como também não é suficiente para a promoção da igualdade entre nacionais e estrangeiros.

Para diminuir as desigualdades entre os cidadãos e os homens, foram editados diversos documentos de cunho geral e global, como a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como incontáveis normas jurídicas internacionais e domésticas específicas sobre o tema. Apesar de o acervo jurídico ser elevado, sua aplicação é desprovida de efetividade satisfatória. Agamben (2010) analisa essa questão sob o viés da biopolítica ao indicar que o poder soberano administra a vida de todos os integrantes sob seu raio de influência através da decisão sobre quem deve ser incluído e/ou quem deve ser

¹⁶ Refere-se à alteração no modo de viver, como a incorporação da religião do país receptor. Por exemplo, em suas memórias sobre a Segunda Grande Guerra, Janina Bauman (2005), proveniente de família judia, relata que um de seus tios, também judeu, converteu-se à religião de sua cunhada para desposá-la.

¹⁷ No que diz respeito ao vínculo pelo sangue, ainda poderá haver como limite o número de gerações posteriores àquela nascida em solo nacional.

excluído do cenário social. O mecanismo utilizado pelo soberano é o estado de exceção, através do qual não se segue a precisão das normas, mas sim a precisão das decisões políticas de quem detém arbítrio sobre determinada temática. Neste sentido, a pessoa capaz de decidir visualiza brechas no ordenamento jurídico e as utiliza estrategicamente a favor próprio e das maiorias. Como consequência, promove o desequilíbrio da harmonia societal, política e jurídica, pois “(...) em nosso tempo a política se tornou integralmente biopolítica, ela pôde constituir-se em uma porção antes desconhecida como política totalitária” (AGAMBEN, 2002, p. 126).

1.1 Os refugiados e o nexó nascimento-nação em Hannah Arendt

A estrutura do Estado-nação, como conhecemos na contemporaneidade, surgiu com a Paz de Westfália, pactuada no ano de 1648. Ao serem firmados os tratados westfalianos, o Estado-nação moderno começou a ser delineado em três princípios basilares, são eles: liberdade religiosa dos Estados, soberania dos Estados e igualdade entre os Estados. Os dois primeiros princípios adotados funcionaram como peso enfraquecedor da entidade religiosa e fortalecedor dos Estados-nação, já que a liberdade de culto demonstrou que a Igreja não integrava mais o centro das ações e das decisões sobre a sociedade. Por outro lado, cedeu espaço para os Estados praticarem o poder de coação legitimada pelo poder soberano sob o argumento de exercício da soberania estatal. Neste ponto, importante distinguir soberania do Estado-nação, sociedade internacional moderna e poder soberano. De acordo com Vattel (2004, p. 16), a soberania estatal compreende a capacidade de “toda nação (...) se governa[r] por si mesma, sob qualquer forma que seja, sem dependência de nenhum estrangeiro (...). Os seus direitos são exatamente os mesmos dos demais Estados”. Por sua vez, a sociedade internacional moderna se caracteriza pela inexistência de um governo comum e de um monopólio da violência legítima que, em suma, se perfaz numa estrutura anárquica passível de gerar tensões entre os Estados e fragmentar seus sistemas (BOBBIO, 1997). Por fim, o poder soberano na perspectiva biopolítica significa o exercício de poder sobre a vida de um povo pela figura do soberano¹⁸ (AGAMBEN, 2010).

¹⁸ O soberano na perspectiva da biopolítica não necessariamente se traduz na figura do Estado-nação. Ele poderá ser qualquer pessoa ou entidade que tenha a capacidade de exercer domínio sobre a vida de outrem.

Outro marco relevante para a construção dos Estados-nação foi a Revolução Francesa, em 1789, haja vista a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ter forjado a relação entre os Estados, os homens, os cidadãos e o Direito¹⁹ (LEGIFRANCE, 1789). Neste ponto histórico da experiência europeia, verificou-se com maior nitidez os quatro elementos do Estado nacional: governo, população, território e soberania²⁰. Também foi neste momento em que ocorreu, de fato, a identificação do Estado com a nação diante da formação de governos constitucionais que tinham como objetivo principal interromper o avanço do poder arbitrário através do princípio da legalidade²¹ (LAFER, 1988). Além disto, a Declaração anunciou que “todos os homens nascem iguais e livres” (artigo 1º), o que, mais adiante, provou-se não ser verdade por intermédio da questão judaica²² e, atualmente, da problemática dos refugiados.

Não se pode negar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um marco histórico. Sob o argumento dos universalistas clássicos²³, a Declaração é

¹⁹ Importante observar que, neste documento, faz-se referência ao homem e ao cidadão separadamente, pois “os direitos humanos, ao contrário dos direitos do cidadão, são apenas direitos do membro da sociedade burguesa, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade” (MARX, 2000, p. 34) na medida em que “o homem real só é reconhecido sob a forma do indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro, somente sob a forma do *citoyen* abstrato” (MARX, 2000, p. 42). Na perspectiva de Marx, um dos principais equívocos foi acreditar que a figura do homem apenas era representada pelo burguês, sem a observância da existência de minoria, como judeus, ciganos, povos originários, refugiados e outros tipos de deslocados. Destaca-se, portanto, que “os direitos humanos, isolados dos direitos do cidadão, aparecem então como a expressão especulativa da cisão da essência humana, entre a realidade das desigualdades e a ficção da comunidade” (BALIBAR, 1993, p. 90). Neste sentido, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão incluiu tão somente o burguês na categoria de cidadão, porém outras minorias foram mantidas fora da proteção do Estado.

²⁰ O fator responsável pela maior nitidez foi a inscrição expressa destes quatro pontos constitutivos do Estado na supracitada declaração.

²¹ Naquela época, acreditava-se que a nação que constituía o Estado era aquela descrita no documento que regia o governo constitucional, por isso o uso da expressão Estado-nação, cujos critérios se baseavam no nascimento no território e na descendência, como será discutido adiante. Outrossim, julgava-se também que, com a inclusão legal do burguês na categoria de cidadão, pôr-se-ia fim às arbitrariedades cometidas pelos governos constitucionais contra a maior classe minoritária daquele momento histórico. Assim, promovia-se, mais uma vez, a exclusão de outras minorias, como já citadas na nota de rodapé 16.

²² Um dos primeiros autores a tratar da questão foi Karl Marx, em seu livro Sobre a Questão Judaica, na qual relata que a questão dos judeus não se tratava de conceder liberdade religiosa, mas de libertar a humanidade da religião. Arendt também tratará da questão judaica, no livro Origens do Totalitarismo, no qual apresentará o povo judeu como bode expiatório e anunciador do rompimento do nexo nascimento-nação formulado com o nascimento do Estado-nação. De acordo com Oliveira (2014, p. 30), “para Arendt, o antissemitismo moderno, o ‘primeiro pilar’ não confunde com o velho ‘ódio ancestral do judeu’, de inspiração religiosa. Trata-se, agora, de uma ‘ideologia laica’, ligada às condições da sociedade europeia do século XIX que redefiniram o papel dos judeus no seu interior: de banqueiro das cortes medievais, numa Europa sem estados-nações, eles passaram à condição de minorias exóticas no interior de fronteiras bem definidas”.

²³ Ao fazer referência ao universalismo clássico, aponta-se a visão ocidental europeizada.

fundamental para a humanidade, já que o documento positivou direitos inerentes ao homem desde seu nascimento. Ademais, admite-se que a Declaração é aberta e não definitiva, posto que passível de transformação e ampliação de acordo com o momento histórico, como ocorreu à medida em que foram adicionados vieses sociais, culturais, econômicos, políticos²⁴, por exemplo (BOBBIO, 1992). Em contrapartida, para a corrente universalista crítica²⁵, apesar de os direitos fundamentais serem subjetivos e visarem abranger todos os indivíduos enquanto dotados do *status* de pessoa²⁶, admitem-se duas exceções acerca da delimitação da igualdade: a capacidade de agir²⁷ e a cidadania (FERRAJOLI, 2013). Sobre esta última exceção, o autor aponta sua natureza supranacional diante da possibilidade de proteção, em tese, independente da pertença a determinado território. Muito embora nacionalidade e cidadania não se confundam²⁸, ao identificar a cidadania como exceção ao universalismo dos direitos humanos, Ferrajoli (2013) se aproximou da linha de pensamento de Arendt (2012) que apontou o fator nacionalidade como quebra do paradigma da estrutura do Estado-nação.

Em que pese a importância da Declaração de 1789, Arendt (2012) discordou da teoria universalista clássica no sentido de não entender que os direitos humanos englobam todos os indivíduos de maneira igualitária, apontando como principal prova os forçadamente deslocados na figura do judeu²⁹. Segundo a autora, logo quando

²⁴ As searas aqui mencionadas se referem às gerações dos direitos fundamentais. Além destas, atualmente também são admitidas as garantias ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e à comunicação (CUNHA JÚNIOR, 2013). Estas novas proteções se referem a direitos transnacionais, que ultrapassam as fronteiras ideológicas e físicas entre os Estados como forma de redução de distâncias e, ao mesmo tempo, de crescimento da polarização social (BAUMAN, 1999).

²⁵ Por sua vez, ao mencionar a visão universalista crítica, faz-se referência ao universalismo em sua visão global, sem que haja a prevalência de uma comunidade, como é o caso do Ocidente, da Europa ou do norte (WALLERSTEIN, 2007; SOUZA SANTOS, 2005).

²⁶ O mesmo autor entende "(...) por 'derecho subjetivo' cualquier expectativa positiva (de prestaciones) o negativa (de no sufrir lesiones) adscrita a un sujeto por una norma jurídica; y por *status* la condición de un sujeto, prevista asimismo por una norma jurídica positiva, como presupuesto de su idoneidad para ser titular de situaciones jurídicas y/o autor de los actos que son ejercicio de éstas" (FERRAJOLI, 2003, p. 19)

²⁷ A capacidade de agir não será alvo de discussão neste trabalho, já que a delimitação do tema, o problema e a hipótese se referem aos campos de refugiados.

²⁸ A nacionalidade pode ser descrita como o vínculo jurídico-político na relação Estado-indivíduo; por sua vez, a cidadania pressupõe a nacionalidade, bem como a capacidade jurídica do indivíduo. De acordo com Lafer (1988, p. 187), não é possível que o legalmente incapacitado exerça a cidadania, ainda que seja nacional, como "é o caso, por exemplo, do menor, até ele atingir a maioridade política, dos interditados, e em certos países dos analfabetos ou dos condenados a penas de reclusão".

²⁹ Apesar de os campos de refugiados serem o objeto do trabalho, importante fazer, ao longo deste tópico, breves análises dos judeus na perspectiva de Arendt no livro *Origens do Totalitarismo*, posto que o rompimento do nexo nascimento-nação foi identificado e explicado pela autora através da

recém-chegados na Europa, o povo judeu era conhecido como “judeu-da-corte”, possuía estabilidade e relevância social e econômica devido ao financiamento dos negócios do Estado e à administração das transações financeiras dos seus soberanos, inclusive quando em estado de guerra e em formulações de tratados de paz. Isto porque este povo era o único a dispor de reservas financeiras, tanto que rapidamente sua presença foi considerada indispensável em toda Europa ocidental (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Muito embora ainda se encontrassem no período áureo, os judeus já perceberam e entenderam que sua “imprescindibilidade”³⁰ com relação às demais nacionalidades estava cunhada na questão étnica. Tendo em vista que eles não se sentiam recepcionados por nenhuma nacionalidade, deu-se vez ao desenvolvimento da identidade judaica como movimento fechado com relação ao mundo e ao seu próprio povo³¹ (ARENDT, 2012). Neste período, já existiam outras minorias³² espalhadas pela Europa, como os ciganos (LAFER, 1988), porém as primeiras manifestações de ódio surgiram contra os judeus por se tratarem do povo que possuía prestígio econômico.

Ultrapassado o período de estabilidade econômica dos judeus³³, apenas se mantiveram no mercado financeiro aqueles que obtiveram sucesso na organização coletiva para combinar seus capitais e as novas exigências comerciais; os demais, foram emancipados de sua condição natural judaica e assimilados pela cultura do país no qual residiam (ARENDT, 2012). Nas palavras de Luciano Oliveira (2014, p. 25), “ao se manter à parte da sociedade que o acolhia, o suportava ou, de tempos em tempos, o perseguia, era um pária; se, ao contrário, fazia esforços de assimilação e era bem-sucedido, era apontado como um *parvenu*”³⁴. Esta última classificação, era aplicada

população judia, sendo o paradigma sobre a questão. Além disto, durante o período das Grandes Guerras, associou-se o problema dos povos sem território ao judeu, razão pela qual optaram pela criação de leis de exceção contra esta figura, tais como as leis de Nuremberg e a categoria de cidadão de segundo escalão. Para Aguiar (2017), estudioso sobre Arendt, o entendimento sobre a questão judaica é de fundamental relevância para a discussão sobre os refugiados na atualidade.

³⁰ Termo utilizado por Arendt no livro *Origens do Totalitarismo*.

³¹ Foi neste momento histórico que também surgiu pela primeira vez o termo antissemitismo como ódio étnico contra os judeus, principalmente contra os judeus emancipados e assimilados. Esta expressão, posteriormente, teve seu alvo expandido para abranger todos aqueles que não integrassem a raça ariana.

³² Apesar de as expressões minorias e grupos minoritários possuírem diferenciação em seu sentido estrito, no trabalho utilizar-se-ão as expressões como sinônimos.

³³ Este fato ocorreu no final da Era Medieval, quando da alteração do cenário mundial através da construção do Estado-nação sem a presença de um senhor feudal.

³⁴ Oliveira (2014) afirma, inclusive, que Arendt fazia parte de uma família judia assimilada, tanto o é que o grupo social a que seus pais pertenciam os considerava autenticamente alemães.

por Arendt àqueles que negavam sua condição judia, numa tentativa de alcançar maior inclusão social. Como é possível verificar, os judeus também foram paradigmas para uma das consequências sofridas pelos refugiados posteriormente: a assimilação³⁵ dos grupos minoritários pela cultura do povo estatal. Apesar de ser aplicada contra muitos indivíduos, a assimilação encontrava resistência no elevado quantitativo de refugiados, bem como na solidez de suas culturas, o que, todavia, não impede sua ocorrência.

O fator mais poderoso contra a assimilação era a fraqueza numérica e cultural dos chamados povos estatais. A minoria russa ou judaica da Polônia não considerava a cultura polonesa superior à sua, e nem uma nem outra se impressionava muito com o fato de os poloneses constituírem cerca de 60% da população da Polônia. (ARENDT, 2012, p. 306)

No início, a ideia da assimilação era apresentada às minorias como uma espécie de ato necessário para serem aceitas dentre os cidadãos e grupos majoritários do Estado-nação acolhedor. De outro lado, as opções de pária ou *parvenu*, como explicadas anteriormente, não eram bem vistas perante a sociedade. Diante das condições impostas às minorias – aceitação através da assimilação ou de exclusão dos párias e *parvenus* –, Arendt (2012) constatou os altos custos psicológicos que qualquer uma dessas opções viria a causar. No sentido da assimilação, reconheceu-se que o instituto não passava de uma ficção jurídica de aceitação com caráter temporário. Este lapso teve sua variação temporal controlada pelo poder soberano, apenas tendo sido conveniente durante o auge econômico dos bancos judeus. Com relação aos demais estamentos judaicos, sabe-se que eram excluídos do convívio em sociedade de maneira igualitária. Neste ponto, visualiza-se uma paradoxalidade: a inclusão do grupo minoritário dos judeus perante seus iguais por reconhecer que a assimilação não era instrumento suficiente para sua aceitação e a exclusão diante das maiorias integrantes do Estado-nação receptor (YOUNG-BRUEHL, 1993). Independente do caminho tomado pelo judeu, o resultado final obtido foi que nem mesmo a assimilação havia sido mecanismo suficiente para eliminar o vício inerente ao judeu: sua própria nacionalidade. Assim, apenas a desnacionalização seguida da morte seria o caminho eficaz para promover a “solução final”.

³⁵ Neste ponto, a assimilação se refere à perda da identidade. Ressalte-se que este mecanismo não respeita a cultura das minorias, diferente de quando ocorre a inserção na cultura local, como será discutido no capítulo 2.

De mais a mais, a identificação dos emancipados e dos assimilados era tão importante para a sociedade, desde os judeus forçadamente deslocados até os refugiados, que revelou uma contradição existente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: a submissão dos direitos humanos à uma ficção jurídica criada pelo Estado-nação, qual seja a nacionalidade (MAHLKE, 2017). Diante deste cenário, constatou-se que, apesar da transmutação de uma sociedade pautada nos ditames da Igreja para uma sociedade constituída por Estados nacionais, o foco das relações mundiais continuava a ser a entidade e não o indivíduo. A vinculação do caráter de cidadão, portador de direitos humanos, ao *status* de nacional demonstrou claramente como o Direito Internacional dos Direitos Humanos é, concomitantemente, um fator de inclusão e de exclusão de direitos. Enquanto inclui os cidadãos no sistema jurídico protetor dos direitos humanos, exclui todos aqueles que não pertencem a um Estado através do instituto da nacionalidade. Inclusive, a exacerbação de tal sentimento pode levar a sociedade ao desenvolvimento de regimes totalitários, como já visto anteriormente com o nazismo e fascismo, por exemplo (ARENDT, 2012; LAFER, 1988).

Ao se pautar no equilíbrio dos direitos e das garantias individuais do homem e do cidadão, a Declaração de 1789, fruto da Revolução Francesa, aparentou ser a proteção que os indivíduos necessitavam. Porém, Arendt (2012) foi além do que estava escrito ao identificar que, em verdade, a Declaração se baseou numa concepção abstrata do indivíduo portador de direitos, a qual não alcançava a particularidade de cada homem e, portanto, não conseguiu atingir seu objetivo de maneira integral. Prova disto é a proteção insuficiente sobre os refugiados, os quais não foram previstos como possíveis fatores de deslocamentos, bem como dos campos de refugiados como local físico de exclusão. Do mesmo modo, a interpretação da filósofa ultrapassou a redação da Declaração ao apontar o papel dúbio dos Estados-nação que, no documento, figuravam como protetores dos direitos dos indivíduos e, nas relações sociais, eram os principais violadores destes direitos. Esta problemática é assumida como uma das principais causas de paradoxo da sociedade moderna e contemporânea. Um exemplo acerca desta questão é a neutralidade

judia³⁶ que, por um lado, na esfera econômica³⁷, associavam-na de maneira favorável ao investimento estatal bélico e à assinatura de tratados de paz; por outro, na esfera social, era sintoma de traição por motivos de desinteresse no que tange ao enfoque político do Estado que lhes acolheu. Por estas razões, o povo judaico foi infligido pelo sentimento de ódio, tal como visto anteriormente contra os aristocratas e como é visto, na atualidade, em face dos refugiados pelos mesmos motivos de ausência de território e necessidade de proteção por parte de um terceiro Estado.

Os judeus eram valiosos na guerra na medida em que, usados como elemento não nacional, asseguravam as possibilidades de paz; isto é, enquanto o objetivo dos beligerantes nas guerras de competição era a paz de acomodação e o restabelecimento do *modus vivendi*. Mas, quando as guerras tornaram-se ideológicas, visando a completa aniquilação do inimigo, os judeus deixaram de ser úteis. (2012, p. 49)

Além da crescente discriminação contra os judeus, representante naquela época dos forçadamente deslocados, as décadas de 70 e 80 do século XIX trouxeram um novo cenário mundial incapaz de ser freado pelo Direito Internacional Público. Esta nova perspectiva havia surgido ainda no início do século XVIII como meio de autolimitação do poder hegemônico dos Estados-nação. São marcos destas décadas: o surgimento do Império Alemão³⁸, o retorno ao protecionismo, o aumento da concorrência internacional, o revigoramento de todos os fatores de dominação e a nova corrida colonial. Este último fator, denominado também como imperialismo, teve o início de “(...) sua política (...) por amor à expansão (...) diferia tanto das conquistas de característica nacional, antes levadas adiante por meio de guerras fronteiriças, quanto diferia a política imperialista da verdadeira formação de impérios, ao estilo de

³⁶ Segundo Arendt (2012), a contradição presente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pôde ser constatada pela crescente discriminação por razões de etnia contra os judeus devido à sua vulnerabilidade ante a ausência de território próprio desde a década de 70 do século XIX, bem como pela manutenção da abundância financeira, mesmo após a perda do poder. Destituído do poderio, que outrora desempenhava a função de proteção e de integração social, e mantidas as condições financeiras.

³⁷ Durante a Idade Média, os judeus ocuparam cargos de destaque por toda a Europa, principalmente na Alemanha através de casas privadas de empréstimo, sendo denominados de “judeus-da-corte”. Em razão da perseguição étnica sofrida, a maioria deles perdeu sua posição social, porém este fator não foi o suficiente para que houvesse redução do seu poder econômico, tendo em vista que o povo judeu passou a se encaixar em outros ramos.

³⁸ Após a derrota da França na guerra franco-prussiana, segundo Saraiva (2007), “(...) a Alemanha de Bismarck esteve fora do Concerto Europeu até poder controlá-lo. A distração das potências na Crimeia e na Itália, favoreceu seu intento, mas a diplomacia de conferências teria de reconstruir o Concerto Europeu, que as guerras mostraram ser necessário manter, sob novo equilíbrio de poder, que considerasse o consentimento austríaco, as unidades da Alemanha e da Itália, o reforço do absolutismo e o malogro da revolução e, ainda, o enfraquecimento da *raison de système*”.

Roma” (ARENDT, 2012, p. 181). Com a colonização de novos países, aumentam-se os números de deslocados, levados para trabalhar no império ou ainda atraídas pela oportunidade de mudança econômica. Além disto, com a dimensão do imperialismo em face dos países subjugados, surgiram novos empreendedores financeiros, o que ocasionou o encerramento da participação da maioria³⁹ dos judeus não-emancipados e não-assimilados como principais investidores dos Estados europeus, bem como a decadência da pequena classe média.

Em razão da persistência – ainda que de poucos – no ramo do financiamento, inicia-se, assim, mais um motivo de afloramento do ódio antissemita. Este fato ainda foi agravado em razão de os credores remanescentes terem financiado o estrato social europeu já decaído, o qual passou a acreditar erroneamente que a razão da sua falência eram seus financiadores. O auge da evolução do antissemitismo ocorreu, de acordo com o Arendt (2012, p. 41), com o “declínio dos Estados-nação nas décadas que precederam a deflagração da Primeira Guerra Mundial”, posto que não restou nenhuma exceção à insignificância de sua riqueza para o sistema europeu. Nesse momento em que cresciam as minorias na Europa⁴⁰ e que os judeus demonstravam cada vez mais integrá-las, a desnacionalização se tornou um instrumento político-ideológico aplicável pelos regimes totalitários diante da incapacidade de proteção destes grupos tão somente pelos direitos humanos proclamados em 1789 (ARENDT, 2012). De acordo com Lafer (1988), a desnacionalização maciça foi, inclusive, o instrumento que cunhou o ineditismo do problema dos apátridas⁴¹, povo sem vinculação jurídica com um Estado-nação.

A arma política da desnacionalização atingiu seu objetivo em face dos judeus quando ocasionou a queda do prestígio econômico e social do seu povo, dando início ao estado beligerante e às guerras por questões ideológicas⁴². Neste momento, mais

³⁹ Embora grande parte dos judeus já não possuíssem mais o prestígio da Idade Média, ainda assim, existiam poucos que conseguiam sustentar a posição de destaque econômica como consultores financeiros e mediadores intereuropeus, porém seu prestígio social havia sido esfacelado. Do mesmo modo, eles não se encontravam associados a nenhum tipo de comunidade judaica; pelo contrário, mantinham-se afastados (ARENDT, 2012).

⁴⁰ Inclusive em razão dos motivos acima listados, como surgimento do Império Alemão, o retorno ao protecionismo, o aumento da concorrência internacional, o revigoramento de todos os fatores de dominação e a nova corrida colonial.

⁴¹ Foi utilizado o termo apátrida ao invés de refugiado, porque esse é o termo exato usado por Lafer na bibliografia utilizada.

⁴² Neste ponto, os conflitos aos quais se referem são a Primeira Grande Guerra e Segunda Grande Guerra. Apesar de os judeus terem servido de bode expiatório em ambas, a Segunda Grande Guerra foi a de maior visibilidade.

uma vez, os judeus serviram de bode expiatório em razão de sua neutralidade quanto ao nacionalismo em favor da nação que lhe acolheu. Por sua vez, os demais grupos minoritários foram atingidos pela corrida imperialista, conforme explicado anteriormente, e pelo fim da Primeira Grande Guerra, em razão da nova formatação geopolítica da Europa decorrente das determinações dos tratados de paz. Por exemplo, a desintegração dos Impérios multiculturais, anexação de países e o início de novas guerras civis e de outros conflitos internos⁴³ (GELLNER, 1996).

Com o aglutinamento de novos povos em outros territórios, os elementos constituidores da democracia moderna, tais como Estado-nação, autodeterminação, soberania nacional, cidadania e direitos humanos restaram abalados (ARENDT, 2012). Para diminuir a ausência de proteção dos migrantes forçados, foram assinados Tratados de Minorias⁴⁴ com o intuito de trazer igualdade aos direitos dos nacionais e dos estrangeiros. Todavia, essa igualdade nunca ultrapassou a esfera formal, posto que estes documentos não levaram em consideração a possibilidade de transferências dos povos minoritários e o impedimento da devolução destes indivíduos ao seu país de origem.

Essa convicção, baseada no conceito da Revolução Francesa que conjugou os Direitos do Homem com a soberania nacional, era reforçada pelos próprios Tratados de Minorias os quais não confiavam aos respectivos governos a proteção das diferentes nacionalidades do país, mas entregavam à Liga das Nações a salvaguarda dos direitos daqueles que, por motivos de negociações territoriais, haviam ficado sem Estados nacionais próprios, ou deles separados, quando existiam (ARENDT, 2012, p. 305).

De outro lado, a ausência de eficácia dos Tratados de Minorias demonstrou, desde então, a intenção de assimilação das minorias pelas grandes nações europeias, como assinalou Arendt (2012, p. 306), “os representantes das grandes nações sabiam demasiado bem que as minorias existentes num Estado-nação deviam, mais cedo ou mais tarde, ser assimiladas ou liquidadas”. Inclusive, para que a assimilação ou a liquidação fossem efetivadas, a Alemanha criou propagandas e *slogans* com a

⁴³ Segundo o Tratado de Versalhes de 1919, o Império Alemão foi obrigado a devolver a Alsácia-Lorena à França; o Império Austro-Húngaro foi desmembrado, concedendo independência à Polônia, à Tchecoslováquia, à Hungria e à Iugoslávia; a Áustria perdeu a saída para o mar. Além disto, tornaram-se independentes a Finlândia, Estônia, Letônia e Lituânia, bem como a Bielorrússia e a Ucrânia foram anexadas à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

⁴⁴ Tratam-se de documentos cunhados pelas grandes nações europeias da época cuja natureza era supostamente humanitária e protetiva das minorias. Porém, mais tarde, acabaram por demonstrar que seu principal objetivo era a assimilação ou a liquidação dos grupos minoritários.

finalidade de apontar a figura dos judeus⁴⁵ e dos demais grupos minoritários. As primeiras camadas sociais a aceitarem e reproduzirem o discurso contra estes povos foram a pequena burguesia e a nobreza; logo depois, desenvolveram-se os partidos antissemitas⁴⁶ (ARENDT, 2012).

Com o auxílio das propagandas, utilizadas anteriormente de maneira interna, a Alemanha lançou a campanha de manutenção da raça ariana e o extermínio das demais etnias. O principal foco eram os judeus, posto que muitos deles viviam no seu território e nos países vizinhos, mas todos aqueles que se encaixassem no mesmo perfil deveriam ser eliminados. Os Estados-nação encontraram, portanto, na questão judaica o primeiro sinal de que sua estrutura (ARENDT, 2012), conforme edificada pela Paz de Vestfália e pelas regras pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, não havia previsto todas as possíveis situações às quais poderiam a vir se sujeitar. Uma destas falhas se refere aos indivíduos que ficam à mercê da proteção legal por motivos de nascimento, já que o sistema de Estados-nação apenas previu a nacionalidade decorrente do *ius soli* e *ius sanguinis*. De acordo com estas regras, são considerados nacionais tão somente as pessoas que nascem no território ou que possuem ascendentes que nasceram no território⁴⁷ (RAMOS, 2017).

Ainda hoje, a desnacionalização e os requisitos do *ius soli* e do *ius sanguinis* possuem um efeito evidente ao ser aplicada contra os refugiados: o sentimento de não pertencimento. Por um lado, têm-se o anseio ao deixar seu país de origem por motivos de perseguição ou de violação dos direitos humanos. Por outro, sente-o novamente ao ingressar num país, no qual muitas vezes não detém o caráter de nacional, o que lhe custa o tratamento como igual. Primeiro, elimina-se a capacidade de agir politicamente com a transmutação de cidadão em seu país de origem para forçadamente deslocado em um terceiro Estado. Depois, finda-se a consciência moral.

⁴⁵ Uma das propagandas mais famosas ficou conhecida como Caso Dreyfus, oficial judeu da França, acusado pela França de espionagem para Alemanha, recebeu pena de prisão perpétua. Sob a lente de Arendt (2012, p. 141-142), "(...) enquanto o Caso Dreyfus sem seu aspecto político pertenceu ao século XX, o processo Dreyfus e os vários julgamentos do capitão judeu Alfred Dreyfus são bem típicos do século XIX, quando se seguiam com tanto interesse os processos legais, porque cada instância tentava testar a maior conquista do século, que era a completa imparcialidade da justiça. É peculiar daquele período que um erro judicial despertar tais paixões políticas e inspirar uma sucessão tão infundável de julgamentos e revisões, para não mencionar os duelos e as lutas corporais. A doutrina da igualdade perante a lei estava ainda tão firmemente implantada na consciência do mundo civilizado que um único erro na justiça era capaz de provocar à indignação pública, de Moscou a Nova York".

⁴⁶ Os partidos antissemitas também tinham outras finalidades, como a de alcance do domínio supranacional.

⁴⁷ Não são todos os países que adotam este critério e aqueles que o aceitam estabelecem critérios de número de gerações, em regra.

Em seguida, aniquila-se a singularidade que será definida, mais adiante, como a vida nua por Agamben (2010). Por fim, restam indivíduos que desconhecem as necessidades humanas básicas para o exercício dos direitos humanos.

Além disto, o Estado-nação moderno, principalmente após a Revolução Francesa, delineou os critérios para a concessão do título de nacional de tal maneira que, para Lafer (1988, p. 187), “(...) a nacionalidade é o vínculo jurídico-político entre um Estado soberano e um indivíduo, que faz deste indivíduo membro de uma comunidade política (...)”. Complementando esta ideia, Habermas (2003, p. 281-282) indica que “o nacionalismo pode ser tido como uma formação da consciência que pressupõe a apropriação de tradições culturais, filtrada pela reflexão e pela historiografia”⁴⁸. Neste sentido, Arendt (2012) identificou na figura do judeu e, por conseguinte nos demais refugiados, o paradoxo da modernidade: um homem de direitos, porém desprovido de proteção no momento em que sai do seu território de origem em decorrência da desnacionalização. E, pior, trata-se de um indivíduo à mercê do corpo *de jure* que apenas retorna à situação legal quando se torna um criminoso, já que “só como transgressor da lei pode o apátrida ser protegido pela lei” (ARENDT, 2012, p. 312). Ressalte-se que a mesma questão pode ser estendida para os demais refugiados produzidos antes, durante e após as Grandes Guerras⁴⁹.

Ausentes os requisitos de nacionalidade, aquele que se deslocava, ainda que por motivos de perseguição, de extinção do território ou qualquer dos outros requisitos aplicados à condição de refugiados⁵⁰, desafiava as normas jurídicas construídas para os nacionais⁵¹. Os instrumentos legais que começaram a ser formulados a favor dos forçadamente deslocados possuem caráter incipiente e, por vezes, apresentam-se ineficientes para a elevada quantidade de pessoas deslocadas de seu território de origem, em especial a partir do século XX. Assim, a perseguição a grupos minoritários no período entre guerras criou novo contingente de migrações e, por conseguinte, a construção da figura do refugiado, indivíduo que desafia os limites territoriais por

⁴⁸ Nem sempre estes foram os conceitos de nação adotados. Na conotação pré-política dos romanos, utilizava-se a expressão *natio* ou bárbaros para indicar povos sem organização política; enquanto a figura do *civitas* se referia à população com organização política.

⁴⁹ Apesar de os deslocamentos forçados terem ganhado força durante e após as Grandes Guerras, o seu deslocamento já existe desde período anterior a este marco histórico (LOESCHER; BETTS; MILNER 2008).

⁵⁰ Como será discutido no capítulo 2, os requisitos para a concessão do *status* de refugiado serão alterados ao longo de sua história.

⁵¹ Ainda hoje é possível identificar o mesmo desafio por parte daqueles que se deslocam, principalmente por motivos políticos e sociais.

intermédio do rompimento do nexa nascimento-nação (ARENDT, 2012). Agamben (2010) também visualiza o rompimento da estrutura dos Estados-nação em razão da impossibilidade de inserção de todos os indivíduos no nexa nascimento-nação na qual os países foram pautados.

A separação entre humanitário e político, que estamos hoje vivendo, é a fase extrema do descolamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. As organizações humanitárias, que hoje em número crescente se unem aos organismos supranacionais, não podem, entretanto, em última análise, fazer mais do que compreender a vida humana na figura da vida nua ou da vida sacra, e por isto mesmo mantêm a contragosto uma secreta solidariedade com as forças que deveriam combater [...]. É necessário desembaraçar resolutamente o conceito do refugiado (e a figura da vida que ele representa) daquele dos direitos do homem, e levar a sério a tese de Arendt, que ligava os destinos dos direitos àqueles do Estado-nação moderno, de modo que o declínio e a crise deste implicam necessariamente o tornar-se obsoleto daqueles. O refugiado deve ser considerado por aquilo que é, ou seja, nada menos que um conceito-limite que põe em crise radical as categorias fundamentais do Estado-nação, do nexa nascimento-nação àquele homem-cidadão, e permite assim desobstruir o campo para uma renovação categorial atualmente inadiável, em vista de uma política em que a vida nua não seja mais separada e excepcionada no ordenamento estatal, nem mesmo através da figura dos direitos humanos. (AGAMBEN, 2010, p. 140-141)

Arendt (2012) e Agamben (2010) entenderam que o problema dos refugiados era inerente à própria estrutura dos Estados-nação, posto que não previram em seu delineamento outros nexos de nacionalidade diferentes do nascimento e da genética. A autora foi além ao constatar que o interesse nacional, que culminou em ambas as Grandes Guerras, acelerou o processo “ao romper o precário equilíbrio entre nação e o Estado, entre interesse nacional e as instituições legais, ocorreu com espantosa rapidez a desintegração dessa forma de governo e de organização espontânea dos povos” (ARENDT, 2012, p. 309). Porém, essa nova organização não acompanhou a necessidade de proteção dos refugiados. Pelo contrário, como alternativa para solucionar o rompimento do nexa estatal interno, durante a guerra, os alemães construíram campos de concentração sob o argumento de assegurar a existência da raça ariana com a eliminação dos grupos minoritários. Foi dessa recusa de serem acolhidos em seu próprio país e no Estado em qual adentraram que os refugiados se tornaram o “refugio da terra” (ARENDT, 2012).

De mais a mais, ao permitir a aplicação de leis próprias dos regimes totalitários, os campos se perfaziam no local onde qualquer norma jurídica protetora dos indivíduos encarcerados restasse suspensa, ainda que se tratassem daquelas previstas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (ARENDT, 2012). O

mesmo aconteceu, no período pós-guerra, quando foram criados campos de refugiados para conter o crescente fluxo de pessoas. Isto porque “desde os Tratados de Paz de 1919 e 1920 os refugiados e os apátridas têm-se apegado como uma maldição aos Estados recém-estabelecidos criados à imagem do Estado-nação” (ARENDT, 2012, p. 323), como se não fossem dignos de terem aplicados a eles os direitos humanos, em especial o princípio da igualdade entre eles e outros povos. Assim, Arendt visualiza na “maldição” a negligência dos princípios basilares da dignidade da pessoa humana, bem como a contradição com a própria essência do Estado-nação.

O conceito de direitos humanos, baseado na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou no mesmo instante em que aqueles com seres que haviam realmente perdido todas as outras qualidades e relações específicas – exceto que ainda eram humanos. (ARENDT, 2012, p. 333)

Na mesma linha, Edmund Burke (2014) também realizou críticas aos direitos humanos com fundamento em dois aspectos. O primeiro deles, no que diz respeito ao discurso idealista e metafísico ao entender que a revolução foi promovida por especuladores, filósofos e homens das letras, guiados pela teoria e pela razão humana. Ao contrário dos elaboradores do discurso idealista e metafísico, Burke (2014) acreditou que a convenção, o costume e a lei não escrita prevalecem sobre a lei positiva e escrita. Neste sentido, estas hermenêuticas oportunizam uma melhor base para as constituições por serem organismos vivos capazes de aproximar o povo, seus governantes, a nação e o modo de vida social. A outra crítica se refere à natureza abstrata dos direitos pautados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Para Burke (2014), o homem é um ser social e historicamente determinado, ao passo que o sujeito apontado na Declaração além de ser inexistente é indeterminado, razão pela qual este documento não é suficiente para a proteção dos direitos humanos. Assim, a falta de realidade destes direitos resulta na inefetividade dos direitos humanos de maneira igualitária e universal.

Além da exceção de Ferrajoli (2003) à abordagem universalista clássica, cujo raciocínio findou no rompimento do nexos nascimento-nação denunciado por Arendt, os críticos ao universalismo visualizaram outra abordagem realizada por Arendt: a ineficácia dos direitos humanos em sua relação com a proteção estatal⁵². Uma das

⁵² O universalismo clássico e crítico não são objetos desta pesquisa, porém sua definição é de importância para compreender este ponto da pesquisa. Para os universalistas clássicos, a edição de

causas desta ineficácia é a separação conceitual entre a expressão homem e cidadão⁵³ exposta na nomenclatura da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Com a cisão de conceitos, demonstrou-se, desde logo, seu lado egoísta por entender que o homem se pauta tão somente nas características burguesas, sendo os demais considerados cidadãos, seres subordinados ao homem egoísta. O que, portanto, aparentava ser uma proteção integral aos direitos dos homens e dos cidadãos em face do Estado sob a ótica da universalidade, não ultrapassou a concepção abstrata. Em verdade, desde então, há mera expectativa de que a efetivação dos direitos e garantias individuais universalizados por aquela declaração em prol do homem e do cidadão seja cumprida pela proteção desenvolvida por cada Estado. Neste sentido, a lei e o Direito em Arendt (2012) são edificados através do sentimento de pertencimento, do poder e da participação de todas as pessoas na sociedade em que vivem, independente de critérios de nascimento ou de consanguineidade.

Arendt (2012) entende que a Declaração de 1789 não conseguiu cumprir seu papel de promover a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre os povos, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos. Esta afirmação pode ser comprovada através da questão judaica durante as Grandes Guerras, bem como do grande fluxo de migrantes decorrentes do processo de paz após a Primeira Grande Guerra (GELLNER, 1996). Além disto, finda a Segunda Guerra Mundial foram criados outros mecanismos de proteção, como organismos internacionais, uma nova declaração de direitos humanos e legislações para a proteção dos migrantes, inclusive algumas específicas para os refugiados, como a UNHCR e a Convenção relativa ao

documentos normativos é suficiente, por si só, para a promoção da igualdade entre os cidadãos – pessoas que gozam da proteção estatal de maneira efetiva – e os homens – aqueles que se encontram à margem da sociedade. Em contrapartida, os universalistas críticos entendem que é necessário mais do que a normatização para que seja promovida a equiparação entre estas classes, como por exemplo a integração cultural e a promoção de oportunidades com observância no patamar de desigualdade entre as classes, a fim de que seja possível promover a justiça social.

⁵³ A estruturação e a proteção do cidadão tiveram como parâmetro o burguês (MARX, 2000). Cumpre salientar ainda que o mesmo autor entende que “nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade. Longe de conceber o homem como um ser genérico, estes direitos, pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva. O único nexos que os mantêm em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas” (MARX, 2005, p. 37).

Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo Adicional⁵⁴. Porém, nenhum destes mecanismos, por si só ou em conjunto, foram capazes de atingir a universalidade e de promover a igualdade entre os povos no momento de sua internalização e aplicação pelos Estados nacionais. Isto porque “se a lei e os corpos políticos almejam resolver seus problemas de legitimidade, urge abrir-se aos que ficam de fora e observar os malefícios que o padrão nacional e soberano da lei e do poder estabeleceram ao conduzir, ainda hoje, ao ódio e à morte” (AGUIAR, 2017, p. 07).

Na seara nacional, foram criadas inúmeras legislações, sem que, em regra, alcançassem a efetividade dos direitos humanos. Segundo Phil Orchard (2014, p. 09), o cenário internacional de proteção aos refugiados se encontra de tal maneira, porque “no âmbito interno, o acolhimento dos refugiados recai sobre o campo da política doméstica e necessariamente interage com todos os interesses nacionais e as várias pressões que os governos sofrem de seus próprios cidadãos (...)”. Por exemplo, ao longo de 80 anos, o Brasil editou cerca de 07 normas jurídicas sobre o assunto⁵⁵, porém em nenhuma delas houve expressiva concretização destes direitos⁵⁶ (TRIVELLATO; CARVALHO; ÁVILA, 2018). Na prática, restou perceptível a inefetividade dos direitos humanos aos refugiados e aos demais migrantes por terem sido alvo de segregação ao perderem seus lares, a proteção estatal e a relevância em todos os aspectos da vida humana. Porém sua perceptibilidade apenas foi possível quando inúmeras pessoas foram privadas de seus direitos mais básicos, ainda que sob a ordem de um Estado-nação.

[...] os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis – mesmo em países cujas constituições se baseavam neles –

⁵⁴ De acordo com Lafer (1988), uma das maiores provas da impossibilidade de inclusão e proteção de todas as minorias pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi a necessidade de edição da Declaração Universal de Direitos Humanos e, posteriormente, de legislações internacionais e nacionais específicas determinando a inclusão destes grupos, como é o caso de normas jurídicas relativas à mulher, à proibição do tráfico de pessoas, à criança e ao adolescente, ao refugiados, por exemplo.

⁵⁵ As principais normas jurídicas acima mencionadas são: a) Decreto-Lei n. 406, de 04 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional; b) Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, que dispõe sobre a imigração e colonização e dá outras providências; c) Decreto-Lei n. 417, de 10 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a expulsão de estrangeiros; d) Decreto-Lei n. 941, de 13 de outubro de 1969, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e dá outras providências; e) Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração; f) Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração e g) Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei n. 13.445.

⁵⁶ Diante da lista arrolada, verifica-se recentemente a criação da Lei 13.445, conhecida como Lei de Migração, bem como seu Decreto n. 9.199, os quais, apesar de trazerem delimitações sobre as questões dos migrantes, não foram efetivas na aplicação do também recente caso de imigração dos venezuelanos neste país.

sempre que surgiram pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano. (ARENDT, 2012, p. 327)

Assim, verifica-se que o Estado nacional contemporâneo está pautado em quatro elementos, quais sejam soberania, território, governo e população, todos interligados e importantes em sua medida. A ideia clássica de soberania é o poder de decisão do Estado-nação. Sem o território é impossível o desenvolvimento do Estado. O governo, na figura do Estado, tem o dever precípua de proteger sua população. Por fim, a população, através da nacionalidade, possui um caráter de união, sem o qual provavelmente o princípio da continuidade do Estado restasse prejudicado, de acordo com Lafer (1988).

Sob a perspectiva da população, a nacionalidade se faz um elemento essencial para que o país reconheça sua jurisdição sobre cada um dos indivíduos que ali transitam. Dentre as pessoas que se encontram em seu território, existem os nacionais e os estrangeiros, divisão contaminada pelo princípio das revoluções modernas, qual seja a nação (AGUIAR, 2017). Ressalte-se que os nacionais são reconhecidos pelas regras do *ius soli* e do *ius sanguinis*, possuem proteção do Estado com observância aos direitos humanos. Por sua vez, os estrangeiros podem se subdividir em diversas categorias, sendo os refugiados o grupo em análise neste trabalho. Com relação aos recém-chegados, verifica-se que, desde sua existência, os Estados nacionais não promoveram de maneira efetiva e suficiente sua proteção diante do rompimento que eles ocasionam à lógica da nacionalidade pelo nascimento e pela genética apresentada por Arendt (2012).

Outrossim, as regras que tentam suprir a falta de inserção deste grupo minoritário no *status* de cidadão também não são suficientes para promover a igualdade entre os refugiados e os nacionais. Isto porque os próprios Estados nacionais não possuem interesse – político, econômico e social – nem em cumpri-las nem em recepcionar os refugiados e os demais migrantes. Para tanto, transformam os refugiados em vidas nuas, “depositando-os” em campos de refugiados, local onde as legislações produzidas pelo ente estatal são suspensas e, além disto, produz-se o discurso securitizador, conforme será analisado adiante.

1.2 A biopolítica em Giorgio Agamben

Como foi discutido no tópico anterior, os direitos firmados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão do modo como os Estados nacionais estão estruturados demonstram ser inaplicáveis na perspectiva universal clássica, impossibilitando a proteção dos refugiados. Aqueles que deveriam ter seus direitos humanos observados com maior precisão em razão da ausência do vínculo jurídico-político⁵⁷, são justamente os que mais são deixados à mercê da sociedade. Assim como para Marx (2000)⁵⁸ e para Arendt (2012), Agamben (2010) acredita na existência de uma considerável linha de separação entre a figura do homem e do cidadão ao não demonstrar clareza na ideia que se deseja transmitir com relação à expressão “homem” e “cidadão”. Para abordar o tema, o filósofo italiano analisou a situação da perspectiva da gerência da vida através do poder soberano, denominada de biopolítica por Michel Foucault, cuja ideia foi aprofundada por Agamben⁵⁹.

A biopolítica agambeniana é analisada sob a ideia de que a vida, sorvida pelo Estado, possui a necessidade de aumentar e fortalecer as forças produtivas estatais⁶⁰ e a vida política dos homens⁶¹, equivalentes a cálculos de poder, integrados pelos processos biológicos da vida humana. Na relação entre essa vida, o Estado-nação e os direitos humanos, existe uma inscrição que levou Arendt (2012) a refletir sobre o rompimento do nexos nascimento-nação ainda que subliminarmente⁶²: a vida nua. Os

⁵⁷ Conforme explicado anteriormente, são considerados cidadãos apenas os nacionais. Assim, os estrangeiros, em especial os migrantes forçados, não se encontram resguardados pelos princípios e normas dispostos na Declaração de 1789. O mesmo acontece com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos e em legislações internacionais e nacionais que, apesar de mencionarem os refugiados e outros migrantes, não atingem a mínima efetividade no que tange à sua proteção. Como relatado anteriormente, na nota de rodapé 53, prova disto é a necessidade de edição de novos regramentos e princípios jurídicos rotineiramente.

⁵⁸ Discutiu-se essa questão anteriormente na nota de rodapé 18.

⁵⁹ Foucault foi um dos primeiros filósofos a discorrer sobre a biopolítica, sendo Agamben um dos estudiosos que veio aprofundá-la. Porém, a perspectiva de ambos os autores possui pontos distintos, como o próprio Agamben sinaliza em sua obra. De acordo com Agamben, o filósofo francês trata da gerência da vida de maneira política sem direcionar seu estudo para um caso concreto que, em sua perspectiva, desenvolveu a biopolítica contemporânea: os regimes totalitários do século XX. Por sua vez, com relação à Arendt, o autor italiano entende que foi abordada a relação entre os Estados totalitários e a forma de vida desenvolvida nos campos de concentração sem a análise da vida nua numa ótica do biopoder. Daí a aproximação dos trabalhos de Foucault e Arendt realizada por Agamben (2010).

⁶⁰ Essa exigência adveio do modelo capitalista, por isso se trabalhou com Marx, no tópico anterior, para explicar a diferença entre homem e cidadão. As raízes da questão já se encontravam presente neste assunto.

⁶¹ Refere-se ao controle de natalidade, de mortalidade, dos espaços públicos de convivência, dos níveis de higiene, dos deslocamentos de pessoas, da entrada de indivíduos, bem como todas as outras ações políticas que influenciam na relação entre Estado e homem.

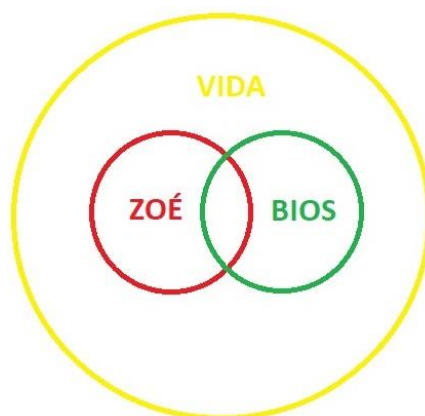
⁶² Utiliza-se a expressão subliminarmente, pois não há indícios expressos de que a autora teve a intenção de trabalhar com a biopolítica, muito embora tenha demonstrado intrinsecamente a presença do biopoder nas relações discutidas na obra *Origens do Totalitarismo*.

direitos humanos, como postos pela Declaração de 1789, deveriam proteger a todo os homens pelo simples fato do nascimento, pois “as declarações dos direitos representam aquela figura original da inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação” (AGAMBEN, 2010, p. 134). Todavia, na prática, uma parcela da população já nasce sem o resguardo ou o perde no percurso da vida. Este é o caso dos refugiados que necessitam da proteção de um terceiro Estado, a fim de deixar de sofrer ou diminuir a perseguição ou a violação dos direitos humanos, mas não a encontram por não serem considerados cidadãos ou, ao menos, nacionais.

No intuito de explicar a vida nua, Agamben (2010) retorna à Antiguidade ao apontar que, após o nascimento, o homem estabelecia uma relação na ordem social. Neste cenário, a vida do homem poderia servir para a mera reprodução, denominada de *zoé*, ou para a vida política, modo particular de vida, conhecida como *bios*. Na vida pela perspectiva puramente animal, o homem era indiferente ao contexto político de tal maneira que passava despercebido pela sociedade, não sendo nem, ao menos, detentor de direitos. Por sua vez, aqueles que pertenciam à vida qualificada possuíam prestígio social e proteção estatal, tais como os cidadãos na atualidade.

Ao representar a *zoé* e a *bios* através de um eneagrama, o mesmo se dá da seguinte maneira: um círculo maior representando a vida e dois círculos menores, com intersecção entre si e internos ao círculo da vida (Figura 01). Explica-se, a *zoé* e a *bios* são espécies de vidas que, apesar de possuírem conceitos diferentes, encontram-se em algum ponto na comunidade. Este espaço de cruzamento não se apresenta como uma confusão entre a vida animal e a vida política, mas sim como o ponto de captura de vidas nuas pelo poder soberano. Para Agamben (2010, p. 14), “a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano”, de maneira que não podem ser totalmente separadas, posto que existe um vínculo oculto que as mantém unidas. Este elo é justamente a vida nua representada pela manifestação do poder soberano perante o indivíduo no ponto de captura entre a sua subjetividade e a gestão de sua vida política. Portanto, verifica-se que a administração da vida nua pode ocorrer tanto no âmbito da *zoé* quanto da *bios*. No eneagrama abaixo, o supracitado ponto está representado pela intersecção entre a *zoé* e a *bios*.

Figura 01: Eneagrama sobre a vida politizada



Fonte: próprio autor

Trazendo para a perspectiva moderna, com o advento da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, não deveria existir mais a divisão entre vida qualificada e a vida nua, já que, de acordo com sua redação, “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum” (artigo 1º). Ademais, a Declaração assegura que “a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão” (artigo 2º) e “o princípio de toda soberania reside essencialmente na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente” (artigo 3º). Ao analisar os refugiados sob a perspectiva dos retromencionados dispositivos, verifica-se que nem sempre os recém-chegados nascem livres ou, quando assim o rebentam, nem sempre permanecem de tal forma, em razão de perseguição ou de violação de direitos humanos, muitas vezes por sua própria nação. Desta maneira, constata-se que seus direitos fundamentais, caracterizados pela imprescritibilidade, não são conservados como apontados pela Declaração. Outrossim, apesar de a soberania residir na nação, historicamente, este instituto foi construído pautado no Estado-nação. Neste sentido, a vida nua, representada pela *bios* e sem relevância político-jurídica até antes do contexto da Revolução Francesa, ganhou uma nova compreensão como figura de estrutura e legitimação da soberania nacional e popular⁶³. Tratam-se, portanto, de vidas captadas

⁶³ Importante mencionar que a soberania à qual se refere, neste ponto, é a nacional e popular, pois existem outros tipos de poderes soberanos já observados durante a história, como é o caso daquele de origem divina, avistado na Idade Média, que será alvo de apontamento no capítulo seguinte.

pelo poder soberano, as quais deixam de atingir sua potencialidade em razão da retirada de sua subjetividade, qual seja o poder de gerência de sua vida política. Em razão disto, as vidas nuas lutam pela sobrevivência que, de acordo com Miroslav Milovic (2009), significa preservar a vida natural tal como a igualdade e a liberdade⁶⁴. E, para Arendt (2012, p. 402), a vida nua resulta do fato “(...) não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los”⁶⁵.

A soberania vista pela perspectiva da biopolítica é o “direito de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (1999, p. 287), já bem explicado por Foucault antes mesmo de seu desenvolvimento por Agamben⁶⁶. Apesar de a titularidade da soberania ser da nação, ela será conduzida por qualquer pessoa ou instituição capaz de gerir a vida de sua população, segundo os moldes em que o Estado-nação está pautado. Assim, o soberano se perfaz na figura de qualquer pessoa capaz de decidir sobre a vida dos indivíduos⁶⁷, como é o exemplo utilizado por Agamben (2010, p. 63) sobre o messianismo, cujo proclamador “(...) não é uma autoridade vigente, mas o Messias que subverte seu poder”⁶⁸. Como produto desse poder, percebe-se o *homo sacer*, cuja estrutura se assemelha à do soberano por serem figuras diametralmente opostas. De um lado, tem-se o indivíduo ou entidade capaz de tomar decisões relevantes sobre

⁶⁴ O autor questiona “se nós somos iguais e livres por natureza, como então podemos entender essa inclusão de zoé em *bios*?” (MILOVIC, 2009, p. 106), ao passo que ele mesmo responde “o que Agamben vê nessa perspectiva é o poder que nos deixa expostos à morte, que nos deixa nos campos de concentração (MILOVIC, 2009, p. 106).

⁶⁵ Importante lembrar que Arendt não trata diretamente sobre a vida nua em nenhum de seus livros. Porém, ao conjugar as leituras com as de Agamben, é possível visualizar, nas entrelinhas, a mesma ideia.

⁶⁶ Na perspectiva abordada por Foucault, a relação entre o *homo sacer* e o soberano era mais visível por se tratarem de figuras bem definidas, nas quais o Estado nacional era o soberano e os sem cidadania eram a vida sacra. Todavia, na perspectiva contemporânea, o vínculo entre eles se tornou mais sutil, já que “(...) este poder [soberano] tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante” (AGAMBEN, 2010, p. 138).

⁶⁷ O poder soberano tem, inclusive, o poder de decidir se os direitos fundamentais dos indivíduos que transitam pelo seu território serão, de fato, aplicados ou se se tornarão inefetivos.

⁶⁸ Milovic (2009, p. 111-112) traduz e simplifica as passagens de Agamben sobre o messianismo da seguinte maneira: “o sentido da política pode ser só o messianismo, algo que talvez se realize. O sentido da política não pode ser a reificação da ação dentro de um mundo dominado pela teologia. (...). O sentido da política está no messianismo, na possibilidade da chegada que nunca se reifica. (...). O direito se confronta com o messianismo, afirmando a continuidade de uma tradição normativa e não as rupturas. O messianismo não é do direito”.

a vida daqueles que transitam em seu território. De outro, indivíduos produzidos pelo poder de gestão do soberano⁶⁹.

Para tornar mais concreta a vida nua gerada pelo poder soberano, o filósofo italiano remonta à figura do direito romano arcaico, o *homo sacer*, que traz consigo duas características que determinarão a vida nua. A primeira delas, a insacriticabilidade por se tratar de um indivíduo sagrado, cuja relevância pode se dar aquém ou além do religioso, razão pela qual não pode ser sacrificado em um ritual divino⁷⁰. A segunda, a matabilidade, possibilidade de ser morto por qualquer outro indivíduo que integre a comunidade, sem que tal ato seja considerado homicídio. À primeira vista, as naturezas apresentadas possuem conotações contraditórias. Todavia, é neste ponto que reside a paradoxalidade da estrutura social romana e contemporânea: o conceito-limite entre o profano e o sagrado, o metafísico e o jurídico. Nesta perspectiva, a vida nua, traduzida na imagem do *homo sacer*, está à mercê da sociedade, podendo ser atingida criminosamente sem ser considerado ilícito ou sem gerar consequências para o sujeito ativo. Este fator exclui o homem matável do ordenamento jurídico. Por outro lado, um ato proibido de autoria da vida nua pode lhe trazer severas consequências e, ainda assim, segundo Agamben (2010), esta é a única forma de ser percebido e incluído em sociedade.

No interior daquilo que sabemos do direito romano (tanto do *ius divinum* quanto do *ius humanum*), os dois traços parecem, com efeito, dificilmente compatíveis: se o *homo sacer* era impuro ou propriedade dos deuses, por que então qualquer um podia matá-lo sem contaminar-se ou cometer sacrilégio? E se, por outro lado, ele era na realidade a vítima de um sacrifício arcaico ou um condenado à morte, por que não era *fas* levá-lo à morte nas formas prescritas? (AGAMBEN, p. 76)

Sob esta ótica, a vida nua se encaixa perfeitamente no binômio inclusão-exclusão apresentado por Agamben (2010), no qual um indivíduo pode estar inserto num contexto social ao mesmo tempo em que é excluído do exercício do direito. Esta é justamente a particularidade e a natureza jurídica do *homo sacer*. É possível verificar nos refugiados um dos exemplos de homens matáveis na contemporaneidade⁷¹. Se

⁶⁹ Nas palavras de Agamben (2010, p. 86), “nos dois limites extremos do ordenamento, soberano e *homo sacer* apresentam duas figuras simétricas, que têm a mesma estrutura e são correlatas, no sentido de que o soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri* e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos”.

⁷⁰ Na história, a característica da insacriticabilidade do *sacer* precede a da matabilidade (AGAMBEN, 2010).

⁷¹ Milovic (2009) visualiza também nessa relação ambíguo os povos do Terceiro Mundo.

de um lado existem legislações internacionais e domésticas com a finalidade de proteção de seus direitos fundamentais, de outro a sua insuscetibilidade e matabilidade estão cada vez mais visíveis⁷². Um caso recente, porém já esquecido em razão da cotidianidade das travessias por alto mar, foi o da família Kurdi, que perdeu dois filhos e sua matriarca⁷³, durante a travessia da cidade de Bodrum, na Turquia, para a Ilha de Kos, na Grécia, no ano de 2015. O destino desta família era o Canadá, local onde tentariam escapar das violações de direitos sofridas em seu Estado natal, a Síria. Ressalte-se que a atenção sobre a questão se tornou mais visível no momento em que a vida nua foi personalizada. Tanto o é que, apesar da ocorrência de outras tragédias, no ano seguinte, a quantidade de mortes de travessia no mar, contabilizadas documentalmente apenas no Mar Mediterrâneo, ultrapassou o número de 5.000, atingindo seu recorde (ACNUR, 2016).

Ao refletir sobre o caso concreto, conclui-se também pela paradoxalidade da palavra bando, que possui origem não só na ideia de grupo como também no sentido de abandonar ou ser banido (AGAMBEN, 2010). Quando utilizada na perspectiva de abandonar, tem-se a ideia de deixar algo ou alguém. Como por exemplo, a saída do país de origem por motivos de perseguição ou de violação dos direitos humanos. Já na acepção de ser banido, visualiza-se a não permissão de entrada ou, pior, o não acolhimento. Esta é a situação de muitos dos refugiados que não conseguem chegar ao destino para solicitar refúgio ou que, quando chegam, não são recepcionados segundo seus direitos mais básicos. Diante desta análise, depreende-se que a vida do *homo sacer* somente é propriamente sacra na exceção soberana: quando se faz importante para a decisão sobre a vida do indivíduo pelo poder soberano. Quando abandona, entrega e confia num novo poder soberano; quando é banido, é abandonado pela lei pela jurisdição e submetido integralmente à lei⁷⁴. Percebe-se,

⁷² Esta maior aparência está sendo ocasionada pela maior quantidade de deslocamento de refugiados para países de Primeiro Mundo.

⁷³ Junto a eles faleceram mais 09 refugiados sírios. Apenas se tem notícia da sobrevivência do pai da família Kurdi.

⁷⁴ Para explicar com mais profundidade o antagonismo da expressão bando, Agamben faz menção à Nancy (1983, p. 149-150 apud AGAMBEN, 2010, p. 64): “abandonar é remeter, confiar ou entregar a um poder soberano, e remeter, confiar ou entregar ao seu *bando*, isto é, à sua proclamação, à sua convocação e à sua sentença. Abandona-se sempre a uma lei. A privação do ser abandonado mede-se com o rigor sem limites da lei à qual se encontra exposto. O abandono não constitui uma intimação a comparecer sob esta ou aquela imputação de lei. É constrangimento a comparecer absolutamente diante da lei, diante da lei como tal na sua totalidade. Do mesmo modo, ser banido não significa estar submetido a uma certa disposição e lei, mas estar submetido à lei como um todo. Entregue ao absoluto

assim, novamente o binômio inclusivo-exclusivo, a diferença entre homem e cidadão e a interligação com o rompimento dos requisitos para a concessão da nacionalidade (*ius soli* e *ius sanguini*). O “refugo da terra”, como Arendt (2012) denominou os refugiados na relação com os Estados totalitários, é justamente isso, a sacralidade do homem matável servível à nação para promover a gestão do limiar entre a vida e a morte⁷⁵.

Para Agamben (2010), uma das delineações mais relevantes do biopoder contemporâneo é a definição dos limites sobre o que está dentro e o que está fora do sistema jurídico-político. Desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tomou-se como parâmetro de inclusão o cidadão. A partir desse viés, um novo problema surge: como definir quais homens são cidadãos? Como exposto anteriormente, optou-se pela definição segundo o critério do nascimento (*ius soli*) e da “extensão da nação” através da genética (*ius sanguini*). Saliente-se que, ao tomar esta decisão, o soberano determina automaticamente quem são os “fora da lei”, pessoas excluídas do critério da nacionalidade, segundo o nexos nascimento-nação. Assim, os direitos humanos só podem ser conferidos aos indivíduos quando estes se transmutam em cidadãos. Porém, com o grande fluxo de deslocados provenientes das consequências das Grandes Guerras e dos conflitos subsequentes, foi necessário definir também a natureza jurídica dos refugiados. No intuito de atuar nessa decisão política da vida, o soberano se vale do mecanismo do estado de exceção.

[...] as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar

da lei, o banido é também abandonado fora de qualquer jurisdição... O abandono respeita a lei, não pode fazer de outro modo”.

⁷⁵ Sobre a conexão entre a mera vida e os refugiados, Arendt (2012, p. 329) afirmou que “a calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo o seu direito à vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente ‘supérfluos’, se não se puder encontrar ninguém para ‘reclamá-los’, as suas vidas podem correr perigo. Os próprios nazistas começaram a sua exterminação dos judeus privando-os, primeiro, de toda condição legal (isto é, da condição de cidadãos de segunda classe) e separando-os do mundo para ajuntá-los em guetos e campos de concentração; e, antes de acionarem as câmaras de gás, haviam apalpado cuidadosamente o terreno e verificado, para sua satisfação, que nenhum país reclamava aquela gente. O importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes que o direito à vida fosse ameaçado”.

para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito. (AGAMBEN, 2004, p. 11-12)

O estado de exceção é um dispositivo político-jurídico utilizado em situações estratégicas de poder e caracterizado pela suspensão temporária do ordenamento normativo por determinação do poder oculto do soberano. A ideia apresentada por Agamben no livro *Estado de Exceção* tem base em questionamentos aos ensinamentos de Carl Schmitt sobre o assunto⁷⁶. De acordo com Schmitt (1996), as ações e motivações políticas são fundadas na relação de inimizade entre o outro e o Estado nacional, numa relação interna. Ao admitir este tipo de vínculo entre o estrangeiro e o Estado, Schmitt exclui de sua análise o cenário em nível internacional (MILOVIC, 2009). Isto porque, para ele, a inimizade advém da probabilidade real de guerra dentro de um contexto de indivíduos agrupados com o propósito de enfrentar uma mesma luta. Neste sentido, não se admite o inimigo como uma figura contrária ao do amigo, mas sim como um adversário, combatente de questões da mesma natureza, porém com um campo político-ideológico diverso. O real antônimo de amizade, neste caso, seria hostilidade, causadora da aversão contra o outro (DERRIDA, 1995)⁷⁷. Bauman (2017) complementa a ideia ao definir o estranho como alguém suscetível a causar ansiedade por ser “diferente e assustadoramente imprevisível, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar” (2017, p. 13-14). Além disto, o autor polonês aponta que o Estado não está preocupado em amenizar o medo e a ansiedade dos nacionais⁷⁸. Pelo contrário, ele tem o intuito de aumentá-la com auxílio do mecanismo

⁷⁶ Uma abordagem inicial sobre Schmitt, juntamente com Zygmunt Bauman, trará mais clareza aos conceitos de estado de exceção e campo trabalhos por Agamben.

⁷⁷ Sobre a amizade, Jacques Derrida (1995) parte de um preceito agostiniano de amizade pura, na qual os indivíduos devem se relacionar independentemente de serem semelhantes ou diferentes. De acordo com Derrida (2003), o relacionamento puro entre amigos resultará no ato contrário à hostilidade, qual seja a hospitalidade incondicional. Esta última promove a recepção do outro sem a imposição de limites, sem a cobrança de retribuição e despido do medo de quaisquer penalidades legais sobre o assunto, como foi o caso da Lei de Pasqua e de Debré, na França. Isto porque, segundo Derrida (2003, p. 4), um “ato de hospitalidade só pode ser poético”.

⁷⁸ No mesmo sentido, Milovic (2009, p. 114) refletiu sobre o seguinte ponto: “mas é possível a abertura para os Outros além da tolerância? Porque, no final das contas, a tolerância é a forma da abertura onde ainda domina certo paternalismo. A gente aceita os Outros só se eles seguirem as regras, a identidade da nossa própria cultura. É possível a abertura para os Outros além da tolerância? É possível a abertura incondicional, que Derrida vai chamar de hospitalidade? É possível abrir-se para ‘alguém que entra em nossas vidas sem ter sido convidado?’ Abertura para o Outro parece um projeto complicado, quase impossível. (...)”. Em especial, em razão da paradoxalidade presente nesta relação entre o outro excluído e o nacional incluído na comunidade nacional e internacional.

da securitização⁷⁹, instrumento cujo principal objetivo é tornar a figura do vulnerável como sujeito de ameaça à segurança nacional (BUZAN, 1991) através do discurso de ódio, em regra.

Apesar da ansiedade enfrentada pelos cidadãos e pela ausência de interesse do governante em amenizá-la, ao tratar sobre o indivíduo estranho à relação Estado-cidadão, Schmitt (1996) acredita que a ideia inicial não seja extirpá-lo da sociedade, mas tão somente neutralizá-lo, a ponto de mantê-lo fora da esfera política. Isto porque a figura do indivíduo diferente é essencial ao Estado por ser ela a origem do conflito a ser resolvido pelo soberano, razão pela qual deve estar sempre presente em uma nação. Outrossim, para que seja garantida a existência do conflito, Schmitt entende se fazer necessária a presença de normas específicas que pautem a relação entre o outro e o Estado nacional. Caso contrário, o ente estatal estará limitado a aplicar a norma geral, a qual não poderá ser suspensa, a fim de que os cidadãos não sejam prejudicados⁸⁰. Ao atingir esse ponto do raciocínio schmittiano, Agamben (2004) faz duas importantes anotações. A primeira de que a norma, por si só, não resolve o caos político; o que a soluciona é a decisão soberana, cuja função é estabelecer a ordem e dar sentido ao sistema jurídico (MILOVIC, 2009). A segunda é a ideia de que o soberano também é incluído e excluído do ordenamento jurídico. O soberano está dentro na medida em que garante a ocorrência do estado de exceção. Em contrapartida, está fora do sistema normativo quando decide sobre a exceção, como por exemplo quem será o inimigo e qual situação conflituosa será posta. A saída do soberano do cenário político-jurídico é extremamente necessária, pois, se não fosse assim, seria impossível a tomada de decisão sobre a exceção. Enquanto a decisão soberana é restrita ao âmbito interno, o estado de exceção não é previsto pelo ordenamento jurídico.

⁷⁹ De acordo com Bauman (2017, p. 33-34), “os governos não estão interessados em aliviar as necessidades de seus cidadãos. Estão interessados, isto sim, em alimentar a ansiedade que nasce da incerteza quanto ao futuro e do constante e ubíquo sentimento de insegurança, desde que as raízes dessa insegurança possam ser ancoradas em lugares que forneçam amplas oportunidades fotográficas para os ministros tensionarem seus músculos, ao mesmo tempo que ocultam os governantes prostrados diante de uma tarefa que são fracos demais para levar a cabo. A ‘securitização’ é um truque de mágica, calculado para ser exatamente isso. Ela consiste em desviar a ansiedade, de problemas que os governos são incapazes de enfrentar (ou não têm muito interesse em fazê-lo), para outros, com os quais os governantes – diariamente e em milhares de telas – aparecem lidando com energia e (por vezes) com sucesso.

⁸⁰ Segundo Milovic (2009, p. 107), “os conflitos não aparecem no contexto interior do estado e dos amigos, mas só no plano internacional”. Por isso, Agamben questiona a restrição de Schmitt às relações no âmbito doméstico e, por conseguinte, propõe a expansão deste vínculo ao cenário internacional.

Para Schmitt (1966), o estado de exceção é uma fratura insuperável. Em seu estado comum, a norma possui como condão regular as atividades cotidianas dos indivíduos. Diante de uma anormalidade⁸¹, os fatos não podem se subsumir à norma, situação na qual deve agir o soberano através da decisão excepcional. Por isso, sendo possível a existência de situações não previstas no ordenamento jurídico, o estado de exceção se faz imprescindível e insuperável, segundo reflexões schmittianas. Às ideias de Schmitt, Agamben (2004) adiciona a interpretação pelo viés da relação entre exceção e norma. Na perspectiva de Schmitt (1966), o estado de exceção tão somente existe para regular a anormalidade não prevista pela norma. Na visão agambeniana, entende-se que “(...) a norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta” (2010, p. 24). Implica-se, portanto, no surgimento de um estado de exceção decorrente da suspensão da norma, na qual o excluído é, ao mesmo tempo, incluído, em razão da própria exclusão⁸². Em outras palavras, para Agamben (2010), a politização da vida normatizada é admitida em decorrência da criação de uma zona de indistinção entre fato e direito. Assim, talvez, o estado de exceção seja a resposta para a pergunta que Agamben (2010, p. 12) formula sobre “o que significa agir politicamente?”.

Por exemplo, a Revolução Francesa cunhou os direitos humanos aplicáveis tão somente aos cidadãos, segundo o critério do nexa nascimento-nação, conforme descrito por Arendt e Agamben. Do mesmo modo, foi editada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, logo após a criação da ONU, trazendo expressamente a defesa dos refugiados. Além destas declarações globais, para que os sistemas internacional e nacional fossem capazes de gerir a vida dos refugiados, indivíduos carentes de cidadania do Estado-nação acolhedor, foram criadas legislações específicas acerca do tema. No âmbito mundial, a principal delas é a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo Adicional de 1967. Na seara doméstica, variará de acordo com cada país. Porém, nenhuma delas atingiu a efetividade mínima para tornar desnecessária a edição de mais regras e princípios sobre o assunto, como afirmou Lafer (1988). Pelo contrário, aumentou-se a produção de leis, a quantidade de decisões soberanas que generalizam a excepcionalidade e

⁸¹ Entende-se como anormalidade, neste caso, as situações não previstas pelo sistema jurídico.

⁸² Schmitt, pelo contrário, não admite que a regra se confunde com a exceção. Assim, o autor acredita que o estado de exceção seja um instrumento de exercício de poder temporário.

enrijeceram-se as fronteiras para as minorias, evitando que o direito transnacional⁸³, tal qual eles urgem, não os abranja.

No Brasil, recentemente foi editada a Lei n. 13.445/2017, conhecida como Lei de Migração, através da qual é possível verificar a aplicação do estado de exceção pelo poder soberano. Segundo seu Projeto de Lei n. 2.516/2015, a normatização brasileira sobre as migrações possuía cinco objetivos⁸⁴, sendo o principal deles a eliminação do argumento da segurança nacional (TRIVELLATO, CARVALHO, ÁVILA, 2018). Porém, nem a retirada da referida doutrina nem a maioria das finalidades foram concretizadas, em razão do poder de veto e de alteração da redação pelo Presidente e pelos Congressistas brasileiros, que exerceram a figura do soberano nesta situação. Além disto, após a entrada em vigor desta norma, sua inefetividade já pode ser presenciada, ao menos até o presente momento⁸⁵, diante das práticas de não acolhimento de grande parte dos migrantes venezuelanos que ingressaram pelo norte do país. Nesta medida, verifica-se que o estado de exceção ocorre de maneira permanente, perfazendo-se na figura do campo.

Tendo em vista que o ordenamento jurídico apenas suporta os cidadãos, pessoas segundo os critérios do *ius soli* e do *ius sanguini*, fez-se necessária a criação de um ambiente onde fosse possível armazenar as vidas nuas produzidas pelas anormalidades do cenário mundial⁸⁶. Portanto, o campo é o território fora do

⁸³ O direito transnacional, neste ponto, representa o diálogo harmônico que deveria existir nas fronteiras entre os Estados-nação. Porém, esta comunicação não é promovida, em razão da ausência de interesses socioeconômicos dos próprios países, de outros atores públicos e também de atores privados, como é o caso das grandes empresas multinacionais que financiam o mercado internacional, a exemplo da Ikea, patrocinadora dos campos de refugiados (*vide* introdução).

⁸⁴ De acordo com Trivellato, Carvalho e Ávila (2017, p. 11-12), “o primeiro deles foi a compatibilização entre as normas constitucionais e as demais legislações infraconstitucionais referentes aos direitos humanos no Brasil e aos tratados internacionais que versem sobre a matéria. O segundo, a quebra da tradição da securitização pelo Brasil, haja vista as normas anteriores terem se baseado nessa prática para justificar a ausência de igualdade entre os nacionais e os estrangeiros. O terceiro objetivo se refere à reunião das legislações que tratam sobre o assunto, uma vez que, antes, as regras se encontravam esparsas no ordenamento jurídico brasileiro. O quarto motivo para regular o tema surgiu através do reconhecimento/desenvolvimento de direito dos migrantes através de demandas históricas em busca de sua defesa. O quinto diz respeito à globalização, na qual os países formam uma cadeia de relações profissionais, pela qual se busca por especializações e trabalhos”.

⁸⁵ Tendo em vista que a Lei de Migração ainda é bastante recente, faz-se necessária a presente ressalva, a fim de demonstrar que é possível a alteração no posicionamento brasileiro quanto ao recebimento dos próprios venezuelanos ou de outras recém-chegados.

⁸⁶ Para Agamben (2010, p. 170-171), “é significativo que os campos surjam juntamente com as novas leis sobre cidadania e sobre desnacionalização”, pois “(...) o descolamento crescente entre o nascimento e o Estado-nação é o fato novo da política do nosso tempo, e aquilo que chamamos de campo é seu resíduo”. Assim, o campo é o quarto elemento da, até então, tríade território-ordenamento-nascimento.

ordenamento jurídico, no qual se materializa o estado de exceção e se faz permanente a indistinção entre fato e norma. Este espaço não precisa se revestir de arames farpados para fazer seu papel. Nesta perspectiva, o campo não necessariamente precisa ser físico, é possível que seja criado um campo ideológico acerca de determinado tema, no intuito de promover a relação inclusiva-exclusiva. Por exemplo, os campos de concentração durante as Grandes Guerras foram constituídos por estruturas físicas. Por sua vez, o trabalho escravo é formado por um campo político-ideológico (CARVALHO, 2017). Agamben (2010) entende, assim, que o campo é *nomos*⁸⁷ da biopolítica no Estado moderno ao ser observado em todos os espaços contemporâneos, que sofreram a suspensão do ordenamento jurídico, independente da sua inscrição física ou puramente política.

Considerando que, para Agamben (2010), a exclusão sempre inclui no contexto social e exclui do exercício do direito, faz-se necessário apontar que o estado de exceção é o elemento permissivo da concretização desta relação binominal. O campo, por sua vez, é o ambiente no qual a vida nua atinge a sua máxima indeterminação ao representar a situação-limite deste local. É, neste ambiente, que a vida nua é excluída do ordenamento jurídico, ficando “ao Deus dará”⁸⁸, bem como é incluída por meio da excepcionalidade aplicada nos moldes determinados pelo soberano. Assim, o campo não é apenas o local onde a vida nua é inscrita no estado de exceção como também é “(...) onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra” (AGAMBEN, 2010, p. 162).

E, mais, segundo Milovic (2009), é através do campo que a exclusão da vida desqualificada se torna visível. Esta afirmação é confirmada pelo relato de Agamben (2010, p. 167) de que “(...) o campo é (...) o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação”. Para ambos os autores, é também dentro do campo que a verdade se encontra. Porém, as verdadeiras testemunhas não podem relatar as experiências vividas, pois são exatamente aquelas que viveram a experiência do extermínio até suas consequências finais, a morte. Assim, aos sobreviventes, cabe prestar o testemunho não integral, relatar os fatos com proximidade à experiência extrema sofrida pela testemunha.

⁸⁷ Expressão utilizada por Agamben, equivalente a paradigma.

⁸⁸ Expressão religiosa com significado de que o homem submetido a ela está relegado à própria sorte.

A figura intestemunhável foi denominada de muçulmano, proveniente do termo *muselmann*⁸⁹, utilizado pelos prisioneiros veteranos dos campos de concentração em Auschwitz para indicar os indivíduos designáveis para as câmaras de gás, segundo define Primo Levi (1988). Complementando esta ideia, Agamben (2008) descreve o muçulmano como o não-homem com características de homem indissociáveis ao inumano. Portanto, trata-se de uma zona de indistinção entre a vida e a morte, motivo pelo qual “(...) hesita-se em chamá-los de vivos; hesita-se em chamar de ‘morte’ à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la” (LEVI, 1988, p. 91). Este é o momento em que a biopolítica demonstra a coincidência do poder soberano em fazer viver e deixar morrer com uso da tanatopolítica, inclusive, através do *völkorkörper*⁹⁰. Exemplo atual dos *muselmanns* são os refugiados que vivem em campos próprios para migrantes não recepcionados pelos países nos quais buscaram abrigo, bem como daqueles detidos em outros ambientes, como departamentos de polícia e em cárceres que não permitem a sua integração e equiparação com os nacionais.

Assim, segundo a tese agambeniana, a biopolítica constitui o exercício do poder soberano em decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos que integram o seu espaço. Neste território, transitam dois tipos de vida, a qualificada (*zoé*) e a não qualificada (*bios*). A vida política é permeada pelos cidadãos, protegidos pelo Estado nacional em conformidade com os direitos fundamentais do homem. Em contrapartida, a vida natural é aquela que não atingiu toda sua potencialidade e que, portanto, encontra-se à mercê da sociedade. Como contraponto à hospitalidade sugerida por Derrida (2003) e a fim de exemplificar de maneira prática a vida nua, Agamben (2010) remontou à figura do *homo sacer*, indivíduo ambíguo da Roma arcaica, o qual tem como principais características a insuscetibilidade e a matabilidade. A partir da natureza paradoxal do homem sacro e do ato de abandonar e/ou de ser banido, o autor italiano identificou o binômio de inclusão-exclusão, produzido pelo sistema normativo e determinado pelo soberano, ao qual a vida nua está submetida. De acordo com Agamben (2008), esta relação dupla é concretizada por intermédio do mecanismo da excepcionalidade, criador de uma situação diferenciada para os fatos

⁸⁹ Ressalte-se que o termo muçulmano ou *muselmann*, neste contexto, não possui ligação com a fé islâmica.

⁹⁰ Expressão alemã que significa cobaias humanas.

que fogem à normalidade, cujo espaço de concretização é o campo físico ou ideológico e o seu estágio máximo de vida nua é o *muselmann*.

Ao trazer esta abordagem para a perspectiva dos recém-chegados, verifica-se o Estado nacional e as autoridades que podem decidir sobre a concessão do *status* de refugiados como o poder soberano. Por sua vez, o refugiado seria a vida nua, bem como a transfiguração moderna do *homo sacer*, que abandona o seu país de origem e é banido do país de destino. Diante da ausência de hospitalidade no acolhimento do outro pelo eu hospedeiro, o espaço físico de abrigo do recém-chegado não terá receptividade incondicional. Pelo contrário, o ambiente de atuação do biopoder poderá ter diversas configurações e características, sendo o campo de refugiados desprovido de estrutura física, material, educacional e de outros meios de proteção para o desenvolvimento da vida digna o local a ser abordado nesta pesquisa.

2 ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL SOBRE OS REFUGIADOS NA PERSPECTIVA DO ESTADO MODERNO E CONTEMPORÂNEO

Os deslocamentos de povos tiveram início há milênios, porém apenas ganharam destaque no Estado moderno e contemporâneo. O aumento considerável do quantitativo de deslocados, em especial de refugiados, a insuportabilidade do sistema quanto aos critérios de nacionalidade pelos Estados-nação e o enrijecimento das fronteiras físicas e virtuais possuem mais peso no sistema internacional do que a criação de organismos internacionais, a redação de novas normas jurídicas e o desenvolvimento de medidas paliativas, como os campos de refugiados. O cenário no qual são construídos estes três últimos instrumentos tem impedido o sujeito vulnerável de atingir o máximo de sua potencialidade em razão da gestão da sua vida político-ideológica pelo soberano. Neste passo, o arcabouço jurídico-legislativo produzido sobre o assunto se torna fonte sem efetividade, próprio para atender aos interesses daqueles que detêm o controle financeiro e político da situação. E, por fim, instaura-se a “crise humanitária” dos refugiados.

Como se não bastasse, ao longo da história de guerras civis e entre diferentes Estados-nação, foram criados ambientes de isolamento para minorias que a comunidade nacional e internacional não possui interesse em proteger. Por exemplo, os campos rurais e os campos de refugiados. Muito embora alguns autores apontem as *safety zones*, protegidas segundo as Convenções de Genebra, como modelos semelhantes aos campos de refugiados, entende-se que há uma crucial diferença entre as duas: o biopoder aplicado neste último. Nas zonas de segurança, pretende-se, de fato, manter um território neutro em favor dos civis. Por outra via, nos complexos de refugiados, constroem-se muros sem regramentos para promover, dentro dele, a exclusão por meio da desumanização e da desnacionalização em detrimento de outras medidas humanitárias e duradouras. Diante da ausência de regulamentação em favor da proteção dos refugiados e da organização destes ambientes, instaura-se um estado de exceção. E, mais, em razão da interpretação incorreta do direito internacional, da aplicação do discurso dos direitos humanos ambigualmente e da banalização midiática sobre os campos e os próprios refugiados, transforma-se a excepcionalidade em normalidade.

Cumprе salientar também que este capítulo possui um viés crítico, como os demais. Porém, será necessário trabalhar, de maneira mais extensa, o “estado da arte”

por meio de documentos internacionais e da literatura sobre o tema. No primeiro subcapítulo, o intuito será comprovar a inexistência de mecanismos de proteção legal, como é o caso da ausência de regulamentação jurídica nos campos de refugiados. Ou ainda, quando existentes, a inefetividade da medida, como é o caso dos próprios abrigos para recém-chegados. No segundo, o objetivo será demonstrar que a criação dos campos de refugiados não adveio do acaso. Pelo contrário, através destas informações, confirmar-se-á a estratégia biopolítica incutida nesta medida paliativa que se prolongou através dos anos.

2.1 “Crise humanitária” dos refugiados

Os refugiados permeiam os territórios mundiais desde quando existem guerras, convulsões políticas, discriminação étnica e conflitos religiosos que os levam a se deslocarem por motivos diversos dos econômicos, como perseguição política e desmembramento ou anexação de territórios (LOESCHER; BETTS; MILNER, 2008). Como discutido anteriormente, o povo judeu foi um dos primeiros grupos de pessoas a se aproximar do estado de vulnerabilidade dos refugiados, permanecendo nesta condição desde a diáspora⁹¹ e a formação dos Estados-nação até o período das Grandes Guerras. Neste interstício, o povo judeu fundou sua identidade judaica por ter percebido que sua imprescindibilidade no que diz respeito às demais nacionalidades estava cunhada na questão étnica (ARENDR, 2012).

Para além da figura dos judeus do século XIX, de acordo com Andrade (2006) e Proudfoot (1957), antes das Grandes Guerras⁹², eram entendidos também como refugiados aquelas pessoas que haviam abandonado sua nação de origem, cujo governo não almejava seu retorno⁹³. Do mesmo modo, se encaixam nesta figura os

⁹¹ Momento em que os judeus perderam seu território e foram buscar abrigo em terras feudais europeias, conhecidas como glebas, tornando-se grupo de indivíduos vulneráveis à vontade do senhor feudal e da Igreja.

⁹² Importante explicar que o marco histórico desta pesquisa se inicia antes das Grandes Guerras, pois Agamben, referencial teórico desta pesquisa, entende que a aplicação da biopolítica é vestígio fundamental da política ocidental antes mesmos dos principais conflitos ocorridos nos séculos XVIII e XIX (AGAMBEN, 2002).

⁹³ De acordo com Andrade (2006), na Idade Média, as pessoas que abandonavam suas glebas eram conhecidas como erradias e viviam com as pessoas mais humildes ou eram acolhidas pela Igreja ou príncipes. Após a formação dos Estados-nação, o autor reconhece três grandes contingentes de pessoas deslocadas: da Europa Ocidental, no final do século XV à metade do século XVIII; da Europa Oriental e dos Bálcãs, do final do século XIX até a década 20 do século XX; e dos países não-industrializados, após a Segunda Grande Guerra. Neste trabalho, trabalhar-se-á com o contingente de refugiados nos períodos das Grandes Guerras e do entre guerras.

que sofreram consequências da Primeira Grande Guerra e do período entre guerras que recebiam assistência pelo Comitê Intergovernamental para Refugiados (CIR), cuja principal função era analisar a possibilidade da concessão do *status* de refugiado. De início, algumas destas pessoas não queriam ou não podiam retornar ao seu país de origem, motivo pelo qual permaneciam ou retornavam, quando expulsas, aos centros de acolhimento da Administração das Nações Unidas para o Socorro e a Reconstrução (UNRRA). Porém, no momento em que foram fixados requisitos para determinar quais grupos se encaixariam no critério de elegibilidade de refugiado, os que não se enquadravam na condição exigida eram desalojados e se tornavam responsabilidade do governo alemão, ainda que identificados como passíveis de serem julgados por crimes de guerra injustamente.

Após as Grandes Guerras, de acordo com a UNRRA⁹⁴, eram elegíveis como refugiados os nacionais de Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que haviam migrado como resultado de guerras e que haviam se deslocado dos seus países de origem ou de residência prévia, neste último caso entre o período da Invasão da Polônia (01 de setembro de 1939) até a cessação completa das hostilidades. Outrossim, também era concedida a condição de refugiado para aqueles que haviam abandonado seu Estado-nação de origem para fugir de atos persecutórios, das consequências da guerra, das forças consequentes do avanço do Eixo, os trabalhadores escravos que se situavam na Alemanha, salvo quando sua situação de trabalhador subjugado decorresse de crimes de guerra, colaboração, inimizade ou de etnia alemã.

De 30.000 deslocados de guerra que foram investigados na Áustria, quase 3.000 não chegaram a receber assistência da UNRRA; destes, 700 foram identificados como “colaboradores”, 2.300 foram considerados inelegíveis, e 900 foram rechaçados sem que razão alguma fosse dada.

Dos 70.000 deslocados de guerra que residiam em centros da UNRRA na Alemanha no final de 1946, cerca de 60.000 eram considerados apátridas. Esses números chamaram a atenção da União Soviética, que considerava que essas pessoas sabiam quais eram as suas nacionalidades, não havendo razão que justificasse sua omissão. (ANDRADE, 2006, p. 74-75)

⁹⁴ A função da UNRRA não se restringia tão somente a identificar e conceder refúgio aquelas pessoas que atendessem o critério de elegibilidade. Além deste objetivo, a instituição deveria determinar a nacionalidade das pessoas que se encontravam no centro de acolhimento e localizar os colaboradores do Eixo, criminosos de guerra e indivíduos que poderiam significar risco à segurança do continente (ANDRADE, 2006). Assim, constata-se que o papel da UNRRA não era autônomo nem tampouco desvinculado dos interesses estatais.

Especificamente após a Primeira Grande Guerra, por volta da década de 20, a Cruz Vermelha (CV) e a Liga das Nações identificaram grande número de pessoas que saíram da recém-criada URSS por razões de perseguição política e econômica⁹⁵ (JUBILUT, 2007). Os principais marcos destes acontecimentos foram a Revolução Bolchevique e a derrocada das Frentes Bolchevique. Em razão do crescimento do número de refugiados e da insuficiência de conhecimento sobre seus direitos por parte de ambas as instituições, foi criado o Alto Comissariado para os Refugiados Russos⁹⁶ ⁹⁷, no ano de 1921, comandado por Fridtjof Nansen. Este organismo foi o ponto inicial da proteção dos refugiados quanto à definição jurídica, à repatriação ou ao reassentamento, à indicação das atividades de cunho assistencial e à impossibilidade de devolução do refugiado que, mais tarde, ganharia o nome de princípio do *non-refoulement*⁹⁸ (LEAGUE OF NATIONS, 1933).

Sobre este período, Arendt afirmou que, “especialmente após a Primeira Grande Guerra, os judeus estrangeiros tornaram-se estereótipo de todos os estrangeiros” (ARENDR, 2012, p. 85) em razão do fortalecimento da Alemanha pelo nacional-socialismo. Apesar de a ideologia europeia deste momento da história ser denominada de antissemita, abrangia também outro grupo de refugiados, principalmente ciganos e aqueles que saíram da URSS em razão do comunismo. Diante do novo quadro apresentado, a Liga das Nações manteve o Escritório Nansen para Refugiados e criou o Alto Comissariado para Refugiados Judeus provenientes da Alemanha, ambos com data de expiração em 1938 (LEAGUE OF NATIONS, 1936; LEAGUE OF NATIONS, 1938). Como previsto, ambos setores foram extintos e foi criado o Alto Comissariado da Liga das Nações Unidas para Refugiados através de cinco resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da Liga das Nações (JUBILUT, 2007).

⁹⁵ Em que pese serem identificadas as duas perspectivas pelas quais os russos deixavam seu país, o presente trabalho possui como enfoque a análise das fugas por questões políticas, posto que o tema do estudo se refere a campo de refugiados.

⁹⁶ Apesar de o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) atualmente possuir ligação com a Organização das Nações Unidas como sugere o próprio nome das instituições, inicialmente, o Alto Comissariado para os Refugiados Russos não apresentava qualquer conexão com a Liga das Nações. Apenas no ano de 1930, com o falecimento de Nansen, a Liga das Nações incorporou a instituição, denominando-a de Escritório Nansen para os Refugiados.

⁹⁷ Em 1924, a competência do Alto Comissariado foi estendida aos refugiados armênios, sofrendores do primeiro genocídio da história efetuado pelos turcos devido ao julgamento errôneo de que os armênios os haviam levado à derrota em algumas batalhas. No ano de 1927, foram incluídos os assírios, assírios-caldeus, os turcos e os montenegrinos (JUBILUT, 2007).

⁹⁸ Também conhecido como princípio da não devolução.

Com a deflagração da Segunda Grande Guerra, o Alto Comissariado da Liga das Nações Unidas para Refugiados perdeu seu objeto para as campanhas de manutenção da raça ariana e o extermínio das demais etnias minoritárias pela Alemanha. Muito embora todos aqueles que se encaixassem no perfil de grupos minoritários devessem ser eliminados, o principal foco continuava a ser o judeu, posto que grande parte deles viviam em território alemão e nos países vizinhos como assimilados, párias ou *parvenus*. Os Estados nacionais visualizaram nos judeus o primeiro sinal de que sua estrutura não havia previsto todas as possíveis situações as quais os direitos naturais do homem e do cidadão deveriam proteger (ARENDT, 2012). Dentre estas conjunturas, uma das principais brechas da universalidade destes direitos dizem respeito aos indivíduos que ficam à margem da proteção legal por motivos de nascimento, aqueles não englobados pelos princípios do *ius soli* e do *ius sanguinis*. Ao invés de tentar corrigir a situação ao tentar inscrever meios práticos e efetivos de integrar e equiparar estas e outras minorias semelhantes – como é o caso dos refugiados – aos nacionais, os novos mecanismos jurídicos foram acompanhados de medidas políticas segregadoras, trazendo à tona o início da “crise humanitária” dos refugiados.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, cresciam os números de recém-chegados diante das perseguições ocasionadas pelo nacionalismo dos regimes totalitários, principalmente o nazista. Finda a Segunda Grande Guerra, haviam sido produzidos cerca de 1,5 milhão de recém-chegados⁹⁹ (UNHCR, 1949), protegidos pela Comissão Preparatória da Organização Intergovernamental para Refugiados, que perdurou até o ano de 1947 (JUBILUT, 2007). Diante do elevado quantitativo de refugiados e da formação oficial da ONU, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948; foi criado o ACNUR, no ano de 1950; e foram estabelecidos a Convenção de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967, determinadores dos requisitos para a condição de refugiados (ONU, 1950; ONU, 1951; ONU, 1967).

De acordo com a instituição protetora dos refugiados (ONU, 1950) e a legislação internacional vigente (ONU, 1951; ONU, 1967), pôde¹⁰⁰ ser concedido o caráter de refugiado em razão de perseguição por motivos de raça, nacionalidade,

⁹⁹ Foram gerados cerca de dez vezes mais refugiados em comparação com a Primeira Grande Guerra (UNHCR, 1949).

¹⁰⁰ Apesar de a concessão da condição de refugiado ser um direito fundamental do homem, tornou-se um direito conferido de acordo com a discricionariedade do poder Estado receptor.

opinião política, religião, pertencimento a um grupo social. Do mesmo modo, o *status* de refugiado é garantido àquele que sofrer grave e generalizada violação dos direitos humanos, situações de violência externa e problemas em uma região do Estado. No ano de 2017, foram apresentadas 75.188 solicitações de refúgio à UNHCR dentre as quais foram concedidas 65.109 condições de refugiado (UNHCR, 2018d), o que demonstra a incapacidade do sistema em lidar com o quantitativo de pleitos. Além disto, estas informações comprovam que nenhum dos documentos em prol dos refugiados foi suficiente para afastar o absolutismo da soberania estatal e garantir aos indivíduos os direitos fundamentais simplesmente em razão de sua condição humana. Arendt (2012) já havia previsto esta situação quando indicou a falência dos Estados-nação não só por não suportarem a presença dos recém-chegados – ainda que os assimilados, como exemplificado anteriormente através da questão judaica – como também por não serem bem receptivos com a estadia de indivíduos que põe em xeque sua existência¹⁰¹. Outrossim, Betts e Loescher (2011) vão mais além ao apontar que a falência ocorre triangularmente na relação Estado-cidadão-território, sendo uma questão não apenas de direitos humanos como também de política internacional, ao tratar os refugiados como ameaças à segurança nacional.

As causas, consequências e respostas para a problemática dos refugiados estão intimamente relacionadas à geopolítica global. As causas para o surgimento dos refugiados estão relacionadas com conflitos, queda de governos e com a desigualdade na política econômica internacional. As consequências do surgimento de refugiados estão relacionadas principalmente com a segurança, propagação de conflitos, terrorismo e transnacionalismo. Por isso, a solução para o problema dos refugiados representa um desafio para a ordem e justiça mundial, do ponto de vista de unir os países em torno dessa problemática, de modo a criar uma cooperação internacional para resolver esse problema. A causa dos refugiados é uma figura central em praticamente todos os cenários possíveis para a evolução e desenvolvimento do sistema internacional. Segundo Hannah Arendt, os refugiados são a vanguarda de seus povos. A mesma afirma que eles não são somente vítimas, mas sim um aspecto fundamental para modificar a política global. (BETTS E LOESCHER, 2011, p. 1-2, tradução livre)¹⁰²

¹⁰¹ Os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis – mesmo nos países cujas constituições de baseavam neles – sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano. A esse fato, por si já suficientemente desconcertante, deve acrescentar-se a confusão criada pelas numerosas tentativas de moldar o conceito de direitos humanos no sentido de defini-los com alguma convicção, em contraste com os direitos do cidadão, claramente delineados. (ARENDT, 2012, p. 255).

¹⁰² Em inglês, “the causes, consequences and responses to refugees are all closely intertwined to world politics. The causes of refugee movements are underpinned by conflict, state failure, and the inequalities of international political economy. The consequences of movements have been associated with security, the spread of conflict, terrorismo and transnationalism. Therefore, responding to refugees represents a challenge to world order and justice to facilitation of international cooperation. At virtually every significant juncture in the evolution and development of the international system, the refugee has been

Como é possível verificar, no âmbito internacional, existem instrumentos normativos protetores dos direitos humanos dos refugiados, os principais deles a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo Adicional. Todavia, a edição de tais normas não garante a proteção integral e sequer mínima dos recém-chegados, haja vista que os próprios Estados que as ratificam apresentam posteriormente escusas com fundamentos biopolíticos implícitos para não as cumprir. Ressalte-se que a argumentação incutida pelo poder soberano muitas vezes foge à percepção de seu povo – majorias e minorias – por ser uma estratégia não só desconhecida como também sutil, vez que norma e decisão se confundem¹⁰³. De acordo com Mahlke (2017), a assistência humanitária aos refugiados pode ser caracterizada como estratégia dos Estados ocidentais para intervir, econômica e politicamente, nas demais regiões. Dentre estas intervenções, Crisp (2003) aponta a contenção da ameaça comunista ao serem estabelecidas relações amistosas entre os refugiados que fugiam da ex-URSS e os Estados receptores. De outra via, após alcançado o objetivo da redução da “ameaça vermelha”, os próprios Estados-nação e grupos nacionalistas do ocidente culpam os requerentes de refúgio e os refugiados pela insegurança e desemprego, desenvolvendo o sentimento xenofobista.

De mais a mais, Mahlke (2017) identifica a nacionalização da proteção aos refugiados como uma estrutura legislativa nacional que protege os interesses de cada país dentro dos parâmetros postos pelo ordenamento jurídico internacional sobre o tema. Neste esquema, cada Estado-nação cria sistemas próprios para a determinação de requisitos para a concessão do *status* de refugiado, bem como para o seu acolhimento. Assim, culmina-se em ausência de harmonia entre os preceitos mínimos desta situação e, conseqüentemente, em atitudes discricionárias para o atendimento dos interesses nacionais. Com relação a este assunto, Gibney (2004) entende que os países devem deter o poder de decisão sobre a permissão de entrada em seu território, porém admite que o exercício de controle de fronteira é uma ação reprovável

a central figure. In Hannah Arendt's terms, refugees have been 'a vanguarda of their people', not only witnessing but also being in the integral aspect of the changing architecture of the world politics" (BETTS E LOESCHER, 2011, p. 1-2).

¹⁰³ Como explicado anteriormente, o soberano deixa de aplicar o ordenamento jurídico para agir de acordo com suas próprias decisões políticas sobre como gerir a vida de seu povo.

quando a ordem é realizada soberanamente¹⁰⁴. Em contrapartida, Walzer (2003) defende a possibilidade de discricionariedade por parte do Estado sobre a concessão do *status* de refugiado, principalmente quando a entrada do estrangeiro puser em risco a estabilidade econômica e política. Não se trata, portanto, da impossibilidade de recepção da legislação internacional sobre refúgio sem o delineamento conforme o arcabouço jurídico nacional. Trata-se, primeiro, de critérios mínimos que indiquem o que é aceitável, de maneira geral, para a observância dos direitos humanos – ou direitos fundamentais quando colocados em nível doméstico – e da harmonia do sistema jurídico global. Depois, cuida-se de atenção a essa literatura jurídica do Estado-nação, porém sem a aplicação de critérios discricionários por questões políticas, econômicas e de segurança nacional, a fim de evitar uma “crise humanitária” no sistema de concessão de refúgio.

Apesar da reflexão de Mahlke (2017) e de Gibney (2004) sobre o assunto, tem-se no cenário mundial uma crescente disposição de legislações internas discricionárias, que podem ser reconhecidas pela presença de três elementos: a soberania, a fronteira e a nacionalidade (MAHLKE, 2017). A soberania deu seus primeiros sinais no século XVII, com características de princípio fundamental e base das relações interestatais, no intuito de exercer poder legítimo estatal¹⁰⁵ sobre determinada área de um território ou de um povo (BETTS, 2009). Porém, não se deve olvidar que as normas internacionais não devem estar atreladas aos interesses estatais, mas sim aos princípios que norteiam a sociedade internacional. Caso contrário, duas características serão obtidas: a “hipocrisia organizada” e a crise do Estado e de sua soberania.

No que tange à “hipocrisia organizada”, segundo Krasner (1999), aplicação do instituto da soberania como justificativa para atos estatais discricionários. Analogicamente, para Agamben (2010), a “hipocrisia organizada” equivale ao poder soberano. Exemplos desta hipocrisia são a negativa da concessão do *status* de refugiado sem justo motivo e o exercício do monopólio da violência coercitiva para a

¹⁰⁴ Mahlke (2017, p. 75) entende que a reprovabilidade não se refere ao “controle de fronteira”, mas sim à “exclusão na fronteira”. Em outras palavras, os Estados-nação possuem o direito de exercer a guarda de suas fronteiras, a fim de identificar as pessoas e bens que ali adentram, porém não deve impedir o migrante de entrar em seu país sem que antes seja realizada uma análise sobre sua situação.

¹⁰⁵ Segundo Betts (2009, p. 43, tradução livre), “a legitimidade para essa soberania é geralmente assumida como derivada de ambas as fontes internas, sendo baseada ou no consentimento da população ou na capacidade do estado de manter a ordem e fontes externas, bem como no reconhecimento mútuo por outros estados (Hinsley 1966; Jackson 1990)”.

população e o território, este último conforme tratado alhures por Betts (2009). Ressalte-se que a aplicação da “hipocrisia organizada” para a ausência de concessão de refúgio e o monopólio da violência coercitiva, não são capazes de reduzir o fluxo migratório. Em verdade, aumentam-se o número de migrantes irregulares e, por conseguinte, sua vulnerabilidade, posto que estes indivíduos se encontram desprotegidos tanto do ordenamento jurídico do seu país natal quanto do país receptor. Assim, se tornam alvo de situações-limites, tais como o tráfico de pessoas e o trabalho escravo contemporâneo.

Em uma análise que relaciona o tráfico de pessoas, que tem como cerne a exploração, à luz do conceito de trabalho forçado e levando-se em conta as questões de gênero e aspectos de oferta e demanda de mão-de-obra relacionada às migrações, Vasconcelos e Bolzon (2008) explicam que se observa uma predominância de mulheres e meninas em situação de TEC no âmbito doméstico, exploração sexual comercial e prostituição forçada, enquanto os homens estão distribuídos em formas diversificadas de exploração. As estruturas discriminatórias de seus contextos sociais criam distintos acessos ao mercado de trabalho para mulheres e homens e impactam na vulnerabilidade e na exploração do trabalho para o gênero feminino. Além disso, questões raciais, étnicas e de origem social, associadas ao gênero, reforçam e amplificam esta exploração. (CARVALHO, 2017, p. 58-59)

No que concerne à ideia de crise do Estado e de sua soberania, é necessário primeiro discorrer sobre a modernidade líquida¹⁰⁶. Trata-se de um fenômeno radical e irreversível que afetou – e ainda afeta – os diversos ramos da sociedade, como estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro. Nas exatas palavras do Bauman (1999, p. 05), “a globalização tanto divide como une; divide enquanto une”, o que significa a exposição à felicidade para uns e a reafirmação de prisão em um campo física e/ou virtual para tantos outros. Esta separação em dois polos é ilustrada pelo turista e pelo vagabundo. O turista se refere à elite extraterritorial, àquelas pessoas que detêm a opção¹⁰⁷ de permanecer em seu Estado-nação de origem ou deixá-lo, quer seja fisicamente quer seja virtualmente. Em regra, não há impedimento de entrada em outros países e, quando há, trata-se como

¹⁰⁶ Expressão utilizada por Bauman para se referir ao fenômeno da globalização. Apesar de existir um livro específico que trate sobre o assunto, chamado de “Modernidade Líquida” (2001), o termo foi utilizado em diversos outros livros de sua autoria, como em “Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi” (1996), “Globalização: As consequências humanas” (1999), “Estranhos à nossa porta” (2017).

¹⁰⁷ Utiliza-se a palavra opção, pois de acordo com Bauman (1999, p. 89), “(...) por mais que a estratégia do turista possa ser uma necessidade num mundo marcado por muros e estradas móveis, a liberdade de escolha é a carne e o sangue do turista. Tire-a e a atração, a poesia e mesmo a suportabilidade da vida do turista se vão inteiramente”.

um mal-entendido na maioria das ocasiões. De outra via, o vagabundo não são sequer “turistas involuntários” (BAUMAN, 1999, p. 89). Pelo contrário, são minorias forçadas a se locomover em defesa de sua sobrevivência, já que a sua residência anterior foi um local suportavelmente inóspito. Isto porque os vagabundos são indivíduos sem escolhas, que devem se acostumar ou à permanência com desrespeito aos seus direitos mínimos ou à expulsão ou à segregação através de campos físicos ou ideológicos.

Estes rótulos são concebidos pelas mais altas elites extraterritoriais – pessoas físicas¹⁰⁸ com elevadas cifras em dólares e, principalmente, pessoas jurídicas também com vultosa quantia financeira –¹⁰⁹ que fundaram o estado sinóptico. Neste tipo de ambiente as pessoas são seduzidas a serem vigiadas, como por exemplo através das redes sociais¹¹⁰. Assim, observa-se a instalação da crise do Estado nacional e da sua soberania. Antes, no estado panóptico, o Estado atraía as atenções para si; portanto, era ele quem detinha o poder de controle. Hodiernamente, com o surgimento do estado sinóptico, o poder soberano desloca-se dos Estados para as elites transnacionais, ocasionando a crise estatal e de sua soberania¹¹¹. Prova disto é o fato de que o conjunto normativo – principalmente o internacional – e sua aplicação são voltados para os seus interesses. Por exemplo, o tempo é líquido, move-se com grande velocidade e quem não o acompanha fica preso como se estivesse em uma areia movediça. Outra perspectiva exemplificativa é o espaço: o virtual sem qualquer regulamentação para permitir que as grandes empresas o controlem e o físico com o erguimento de fronteiras, em especial contra os não-nacionais, como será discutido a seguir.

Com relação ao segundo parâmetro de justificativa para a exclusão dos refugiados, tem-se o controle de fronteira. A palavra fronteira possui origem no termo latim *terminus*, que significa território situado em frente. Ao longo dos anos, esta expressão ganhou diferentes conotações até alcançar na modernidade, após a

¹⁰⁸ Nenhum tipo de minoria permeia a elite extraterritorial, inclusive a das mulheres.

¹⁰⁹ Quando se faz referência a esta classe social, não se refere à classe alta, mas sim a uma classe ainda superior a esta. São pessoas que estão, em termos financeiros e de controle, muito além do que uma visão “comum” possa imaginar. É, como Bauman (1999) definiu, mais do que o olho pode ver.

¹¹⁰ Por exemplo, os *stories* do Instagram e do Facebook que possuem fluidez aos olhos das pessoas “comuns” que as acessam, mas que permanecem registrados nos dados internos da internet sem a devida regulamentação.

¹¹¹ Segundo Bauman (1999, p. 64), “no cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e sua independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as grandes empresas...”.

estruturação do Estado-nação, o significado geográfico de “técnicas de organização política do espaço terrestre em Estados” (FERRARI, 2014, p. 11). Nesta perspectiva, a fronteira possui como objetivo a delimitação dos Estados para fins organizacionais. Por conseguinte, cada nação deve exercer, com observância nos princípios do Direito Internacional dos Direitos Humanos, seu controle para identificar e auxiliar indivíduos que estão em trânsito entre diferentes países. Com relação aos refugiados, observa-se tratamento diferente daquele concedido ao trânsito de mercadorias e de pessoas em trânsito legal, qual seja o exercício do controle de fronteiras inverso. O mecanismo de controle de fronteiras tem a natureza de “coibir crimes cometidos contra a população migrante, criminalizando aquele que pratica o delito (...)” (MAHLKE, 2017, p. 75). Este é o sentido mais banal do exercício da soberania estatal sobre os seus limites, sem a utilização de critérios discricionários de exclusão para definir quem tem o direito de entrar em seu país. Pelo contrário, o referido instrumento possui como principal objetivo o de reduzir o número de crimes cometidos contra os seres vulneráveis que residem na fronteira¹¹² ou que desejam transpor a fronteira por motivos de segurança pessoal e/ou familiar.

De outra via, no controle de fronteiras inverso, o indivíduo a ser criminalizado é o refugiado sob o argumento de ter ingressado sem autorização em outro país que não o seu de origem. Apesar da referida acusação, a situação não deve ser visualizada por este prisma, em razão das prováveis justificativas que tenham motivado sua fuga. Nesta perspectiva, Ericka Feller (2006), sustentou que, em decorrência disto, a crescente criminalização da imigração tem levado os solicitantes de refúgios a permanecerem na condição de migrantes ilegais, a fim de não responderem a processos criminais por terem ingressado de maneira irregular no país receptor. Assim, recordando Bauman (1996), os indivíduos classificados como vagabundos não possuem vivências positivas acerca de suas experiências transnacionais, já que são obrigados a permanecer em determinado ambiente sob violação de seus direitos humanos, são sujeitos à expulsão antes ou depois de ultrapassarem as fronteiras ou são amontoados em campos físicos e/ou ideológicos.

¹¹² Denominam-se estas pessoas de deslocados transfronteiriços. No Brasil, por exemplo, foram editados a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, e o Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, que tratam sobre novas políticas de migração, porém não houve menção à situação dos deslocados transfronteiriços. Havia expectativas sobre o delineamento do assunto, já que existem indígenas e refugiados que vivem nas condições de migrantes transfronteiriços e não possuem seus direitos mínimos respeitados. Isto significa que, ao invés de serem tratados segundo o controle de fronteiras, são recepcionados pela exclusão nas fronteiras.

Sobre a mesma questão, Mahlke (2017) entende que tratar a situação desta maneira aumenta a vulnerabilidade do refugiado, que irá procurar outros meios de entrada não seguros para ingressar no Estado de acolhimento. A autora ressalta também a diferença entre o controle de fronteiras de acordo com os parâmetros internacionais dos direitos humanos e a exclusão das fronteiras. De acordo com ela, esta última opção não seria viável, “(...) pois além de utópica, tal ideia é contraproducente para uma proteção efetiva” (MAHLKE, 2017, p. 75). Do mesmo modo, Mahlke (2017) promove a distinção entre o instrumento de controle de fronteira e de exclusão na fronteira ao indicar que este último significa a violação dos direitos humanos do migrante. Dentre estas violações, incluem-se espaços físicos para a utilização do poder soberano em face dos migrantes, tais como centros de detenção, centros de acolhimento de imigrantes, centros de processamento, salas nos aeroportos, postos de fronteira e, ainda, campos de refugiados (JOHNSON, 2013), objeto deste trabalho.

Neste sentido, o que se verifica na questão da fronteira é um relacionamento entre o estrangeiro e o Estado em nível doméstico, sem que se visualize o não-nacional além da perspectiva do turista e do vagabundo. O turista como uma pessoa bem-vinda ao país receptor e o vagabundo, como *persona non grata*. Não há, portanto, uma preocupação, em um contexto internacional acerca da integração dos migrantes – em qualquer um de seus desdobramentos: econômicos, sociais e forçadamente deslocados, por exemplo – e dos motivos que o levaram à necessidade de buscar auxílio de um terceiro país. Lembra-se a todo instante sobre a aplicação do direito à transnacionalidade ao turista e, de outro modo, esquece-se ou finge-se não o enxergar quando referente ao recém-chegado. Ao agir desta maneira, comprova-se mais uma vez a inefetividade dos documentos de proteção dos direitos humanos dos refugiados. Por exemplo, são olvidados os princípios da igualdade, da solidariedade e da fraternidade inscritos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ao se proceder com a inclusão dos cidadãos e a exclusão dos homens da proteção dos referidos direitos. Na Declaração de Direitos Universais dos Direitos Humanos, com dispositivos específicos sobre refugiados já citados, e nas legislações internacionais e nacionais específicas sobre o tema, é desrespeitada grande parte das determinações ali consolidadas.

Por fim, o terceiro fator de justificativa da exclusão é a nacionalidade que, conforme explicitado anteriormente ¹¹³, é uma ficção jurídica identificadora dos indivíduos que nasceram em determinado país. Porém, nos moldes em que foi edificado pela Revolução Francesa, foi além deste parâmetro e passou a conduzir a sociedade para determinar quem são seus cidadãos, pessoas legitimadas ativa e passivamente para exercerem seus direitos humanos. Neste sentido, a nacionalidade se transfigurou em requisitos – *ius soli* e *ius sanguini* – para quem transita por um território tenha seus direitos fundamentais resguardados. Todavia, olvida-se que a nacionalidade é um dos fatores integrantes e, por conseguinte, caracterizadores da identidade de uma pessoa. Mahlke (2017, p. 78) corrobora com essa ideia ao apontar a ironia presente no “(...) sentimento de pertencimento a uma determinada identidade nacional, assentada sobre bases tão ‘artificialmente’ estabelecidas, pode afetar de modo decisivo, algo tão ‘naturalmente’ frágil: os direitos humanos (...)”. Deste modo, via de regra, não se tem consciência de que as identidades são definidas por comunidades e podem gerar o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de nacional até que sejam capturados da essência humana ¹¹⁴.

Segundo Mahlke (2017), é contraditório à essência dos direitos humanos a exclusão de determinados grupos de pessoas por não atenderem a critério pré-estabelecidos de nacionalidade. Do mesmo modo, este é o pensamento de Arendt (2012) ao apresentar a ideia do rompimento do nexo nascimento-nação e a possível falência do Estado-nação pautado nestes critérios. Segundo a filósofa, o nacionalismo exacerbado é capaz de nos conduzir a regimes totalitários devido ao extremismo presente no agir político de seus condutores. Assim, os direitos humanos dos refugiados devem ser conservados não com base em critérios de nacionalidade, mas de acordo com os valores estabelecidos pelo Direito Internacional dos Direitos

¹¹³ A questão da nacionalidade é discutida de maneira mais profunda no tópico 1.1, que trata sobre a relação entre a assimilação, o rompimento do nexo nascimento-nação e os refugiados com fundamento em Hannah Arendt.

¹¹⁴ Segundo Bauman (1996, p. 17), “tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’”. Neste sentido, o autor afirmou que apenas se deu conta de ambos os sentimentos em março de 1968 ao ser proibido de ensinar em Varsóvia, cidade em que residia em seu país de origem. Um exemplo é que, ao buscar prêmios em eventos solenes, optava por pedir que não tocassem o hino da Polônia ou da Inglaterra – país que o acolheu –, mas da Europa por entender que, até então, ninguém poderia lhe tirar o sentimento de cidadão europeu.

Humanos, como por exemplo o princípio do *non-refoulement* (TRINDADE, 2008). De acordo com esse princípio, o Estado nacional de acolhimento não poderá expulsar ou enviar o refugiado a qualquer outro país no qual seus direitos humanos estejam ameaçados de violação. O que se propõe através deste fundamento não é tão somente a concessão da mera recepção por imposição jurídica, mas entender que, para o forçadamente deslocado por motivos de violação de seus direitos humanos, já há o peso do abandono. Então, ao recepcioná-lo, deveria haver a promoção da ipseidade, respeitá-la com base na alteridade ¹¹⁵, como um caminho para uma possível superação do requisito da nacionalidade através da hospitalidade incondicional proposta por Derrida (2003)¹¹⁶.

Para trilhar este caminho, ao longo dos anos, o sistema jurídico internacional¹¹⁷ fundou diversos organismos internacionais, já descritos anteriormente, por exemplo CIR, UNRRA, CV, Liga das Nações, Alto Comissariado para os Refugiados Russos, Alto Comissariado para os Refugiados Judeus, ACNUR. Alguns deles foram extintos ou substituídos, permanecendo atualmente como principais representantes o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA ou OCHA) e a Organização Internacional de Migração (IOM)¹¹⁸. O ACNUR possui agências¹¹⁹ em 128 países (UNHCR, 2018e) com o objetivo de reduzir o número de apátridas, refugiados e demais tipos de migrantes¹²⁰, promover a educação, a saúde pública e a conservação do meio ambiente, lutar contra a exploração psicológica, física e sexual,

¹¹⁵ A alteridade é a característica determinante para diferenciar um ser de outro que devem ser respeitadas através do ato de se enxergar no outro (DERRIDA, 2003).

¹¹⁶ Muito embora Derrida não seja um dos marcos teóricos deste trabalho, importante mencionar a sugestão proposta por ele para o tratamento com o outro, qual seja a hospitalidade incondicional. Este mecanismo deve ser aplicado para além da tolerância e da recompensa; se assim não o for, limitar-se-á ao ponto de vista do direito que, de acordo com o autor (2003, p. 61-63), "(...) o hospede, mesmo quando bem recebido, é, antes de tudo, um estrangeiro, ele deve continuar estrangeiro. É devida uma hospitalidade ao estrangeiro, claro, mas ela continua como direito condicional, portanto, considerada em dependência à incondicionalidade que funda o direito".

¹¹⁷ Nesta pesquisa, não caberá tratar dos organismos dos ordenamentos jurídicos nacionais, pois o objeto de pesquisa ampliaria consideravelmente, sendo impossível verificar cada nacionalidade uma a uma. É possível, no entanto, que haja citações sobre algumas normas jurídicas domésticas a título de exemplo para que o leitor visualize melhor o ponto apresentado.

¹¹⁸ Em inglês, International Organization for Migration.

¹¹⁹ Em que pese as unidades da ACNUR sejam denominadas de agências, em verdade, o organismo internacional não possui, de fato, características de agência especializada (MAHLKE, 2017).

¹²⁰ Inicialmente, a ACNUR apenas tinha como objeto de proteção os refugiados. Posteriormente, incluíram-se outros tipos de pessoas forçadamente deslocadas, tendo em vista o crescimento de seus números.

auxiliar na concessão de alojamento emergencial e no desenvolvimento de mecanismos de proteção aos forçadamente deslocados, disseminar informações e dados sobre refugiados, promover a conscientização sobre o assunto, por exemplo. Apesar da quantidade de atribuições humanitárias, o organismo encontra dificuldades como o rápido aumento do número de refugiados¹²¹ e a ausência de crescimento das doações materiais¹²² no mesmo ritmo, já que a agência não possui orçamento próprio. Por conta disto e da dependência do cenário político e jurídico mundial, que não é o mais favorável com relação aos refugiados¹²³, o ACNUR apenas tem conseguido apresentar e promover soluções temporárias que, por vezes, se tornam permanentes, como é o caso dos campos de refugiados.

O UNOCHA foi criado em 1991 e tem como principal função o auxílio diante de emergências humanitárias. É bem verdade que este organismo não possui mandato específico para efetuar a proteção dos refugiados, principalmente porque o próprio ACNUR possui, dentre suas competências, a assistência emergencial dos forçadamente deslocados. Todavia, é aceitável que, em casos excepcionais e emergenciais, a agência auxilie os migrantes, de maneira suplementar à ajuda concedida pela ACNUR. Como aconteceu no caso dos campos de refugiados de Dadaab em razão da falta de segurança, da seca e da fome que culminou em uma crise humanitária em dezembro de 2017 (ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL, 2017). A IOM, por sua vez, foi criada em 1951 para auxiliar os deslocados provenientes da Segunda Grande Guerra. Apesar de se assemelhar com o ACNUR, sua principal diferença é a dedicação aos migrantes de maneira geral, enquanto que o Alto Comissariado possui como mandato específico os refugiados. Além disto, o organismo se dedica ao estudo e pesquisa sobre como promover a proteção e a inclusão dos deslocados.

Em que pese as agências auxiliarem na redução das vulnerabilidades dos refugiados, ainda existem alguns problemas a serem enfrentados. O primeiro é o fato

¹²¹ Na introdução são apresentados dados sobre o crescimento ao longo dos últimos 03 anos.

¹²² As doações são realizadas por pessoas físicas, jurídicas, Estados e outras instituições através de dinheiro ou de entrega de materiais que possam auxiliar no desenvolvimento físico, psicológico e intelectual dos forçadamente deslocados.

¹²³ O assunto foi discutido anteriormente quando se refere à inefetividade dos mecanismos de proteção adotados em favor dos vulneráveis, em especial dos refugiados, bem como da crise estatal e de sua soberania. Um exemplo da referida incapacidade de proteção são os casos de separação de crianças dos seus pais nos Estados Unidos e do enrijecimento da concessão do princípio à reunificação familiar segundo decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

de os maiores financiamentos e doações materiais serem de grandes empresas, como a Ikea, companhia multinacional fabricante de móveis¹²⁴. Com efeito, ao receber auxílio destes empreendedores, mais uma vez, o poder de decisão sobre aquelas vidas nuas passa do Estado-nação para um centro empresarial com interesses privados, dentre eles a manutenção dos vulneráveis escondidos dos centros urbanos. Como é possível verificar, no modo como a soberania é posta, não é a norma quem resolve o caos político, mas sim a decisão de quem tem o poder soberano perante cada situação (MILOVIC, 2009). De mais a mais, ainda que fosse a legislação a definidora, enfatiza-se que, na maioria das vezes, a aplicação do conjunto normativo também segue os interesses privados financiadores dos Estados.

A segunda situação enfrentada pelos organismos internacionais se refere à impossibilidade ou, ao menos, à elevada dificuldade de transformar a redução de vulnerabilidades em extinção ou redução considerável do desequilíbrio social entre os refugiados e os nacionais. É bem verdade que as agências internacionais em prol dos recém-chegados concedem alimentação, saúde, educação, moradia, dentre outros direitos básicos no nível recomendado mundialmente. Porém, sabe-se que, diante da superlotação dos abrigos e da falta de orçamento próprio, os organismos ficam limitados aos recursos que chegam até eles mensalmente. Por exemplo, desde o ano de 2011, o complexo de Dadaab já se encontra acima de sua capacidade máxima, mesmo com a criação de nova unidade, como o Ifo 2¹²⁵.

Assim, apesar das inúmeras legislações e organismos de proteção dos refugiados, não se pode negar a insuficiência de proteção de seus direitos humanos diante do uso das normas e do controle das decisões pelo poder soberano em prol dos próprios interesses. É nesse sentido que se pode afirmar que há uma crise “humanitária” dos refugiados: existem diversos mecanismos, mas nenhum deles suporta o crescimento dos números apresentados neste início de século. O estágio máximo que se tem conseguido alcançar é a produção de incontáveis normas que não alcançam sequer sua mínima efetividade e a medidas paliativas¹²⁶, como a criação de campos de refugiados, provenientes da ideia de zonas de concentração e assentamentos rurais (HAILEY, 2009).

¹²⁴ O caso da Ikea foi relatado na introdução deste trabalho.

¹²⁵ No capítulo 3, dar-se-á ênfase aos dados dos campos de refugiados de Dadaab.

¹²⁶ Mais adiante, questionar-se-á se, de fato, estas medidas ainda são paliativas ou se se transformaram em mecanismos permanentes.

2.2 Campos de refugiado: fronteira excepcional como normalidade desumanizadora e desnacionalizadora

De maneira análoga à solução encontrada na Segunda Grande Guerra, foram criados campos de refugiados, sob o argumento de provisoriedade, para controlar o contingente visível de “indivíduos indesejáveis”, conforme denominados por Agier (2017, p. 18), bem como para ditar seu *modus vivendi*. Contudo, a ideia de campos para abrigar forçadamente deslocados provenientes do pós-guerra nem sempre teve a formatação conhecida atualmente. No ano de 1985, o comandante da guarnição espanhola em Cuba, Arsenio Martinez Campos, sugeriu a criação de ambientes rurais para concentrar os habitantes campestres como solução para insurgências locais. A principal ideia sobre o deslocamento forçado era privar os revolucionários de comida, residência e apoio de outros grupos insurgentes, a fim de enfraquecer os conflitos. Entre os anos de 1896 a 1898, o plano foi posto em prática pelo General Valeriano Weyler e Nicolau e culminou com a morte de mais de 200.000 camponeses em decorrência de doenças, por exemplo tifo e disenteria, bem como de prostituição feminina forçada (GRBAC, 2013).

No ano de 1900, os britânicos utilizaram a mesma tática na Guerra dos Bôeres, na África do Sul, reunindo os soldados bôeres e seus simpatizantes em campos com a mesma finalidade apresentada contra os camponeses de Cuba. Além destes, há registros sobre homicídio cometido pelos alemães contra cerca de 14.000 integrantes da tribo Herero¹²⁷ com a mesma finalidade de contenção de conflitos (GRBAC, 2013). Mais adiante, no início da década de 60 do século XIX, ambientes semelhantes, denominados de assentamentos rurais, foram desenvolvidos em Kivu, Zaire e Burundi pela ACNUR, Organização Internacional do Trabalho (OIT), CV e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Porém, estes ambientes não prosperaram devido à indefinição dos objetos finais, má gestão do projeto, elevada rotatividade de pessoal e deterioração da situação política do continente em 1972 (BETTS, 1981).

Em 1967, ocorreu a Conferência sobre Aspectos Legais, Econômicos e Sociais dos Problemas dos Refugiados Africanos, convocada por Addis Abeba com a

¹²⁷ Anos após o povo germânico substituiu estes ambientes campestres por campos de concentração mais eficazes, como definido por Peter Grbac (2013).

finalidade de promover assistência aos refugiados pelos Estados-nação receptores. Este auxílio aconteceu em conjunto com a ACNUR, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNPD) e ONGs. Todavia, a Conferência Pan-Africana sobre a Situação dos Refugiados na África de 1979, as Conferências Internacionais sobre Refugiados na África (ICARA I e II) de 1981 e 1984 apontaram que as divisões entre as agências de assistência, ONGs, departamentos dos Estados-nação receptores dos deslocados, a incapacidade de estabelecer um quadro para a sua coordenação contribuíram para o insucesso dos assentamentos. Outro fator considerável foi o aumento do quadro de fome na África Subsaariana que retirou a atenção dos investidores e doadores dos assentamentos rurais (SCHMIDT, 2003).

Em uma outra perspectiva, também precedente aos campos de refugiados, as Convenções de Genebra, em 1949, criaram as *safety zones*¹²⁸, locais destinados para proteção das vítimas civis da guerra. Em suas Convenções I¹²⁹ e IV¹³⁰, ambas de 1950, definem-se os limites dos auxílios e quem pode ser protegido nestes ambientes. No Protocolo I, de 1977¹³¹, expande-se o conceito de proteção às vítimas de guerras

¹²⁸ Em português, zonas de segurança.

¹²⁹ Artigo 23. Desde o tempo de paz as Altas Partes contratantes, e, depois da abertura das hostilidades, as Partes no conflito, poderão criar no seu próprio território e, em caso de necessidade, nos territórios ocupados, zonas e localidades sanitárias organizadas de forma a pôr ao abrigo dos efeitos da guerra os feridos e os doentes, assim como o pessoal encarregado da organização e da administração destas zonas e localidades e dos cuidados a dar às pessoas que aí se encontrarem concentradas.(...)

¹³⁰ Artigo 14. Desde o tempo de paz, as Partes contratantes e, depois do início das hostilidades, as Partes no conflito, poderão estabelecer no seu próprio território e, se houver necessidade, nos territórios ocupados, zonas e localidades sanitárias e de segurança organizadas de modo a proteger dos efeitos da guerra os feridos e os doentes, os enfermos, os velhos, as crianças com menos de 15 anos, as mulheres grávidas e as mães de crianças com menos de 7anos. (...)

Artigo 15. Qualquer Parte no conflito poderá, quer diretamente, quer por intermédio de um Estado neutro ou de um organismo humanitário, propor à Parte contrária a criação, nas regiões onde se combate, de zonas neutras destinadas a proteger dos perigos dos combates, sem qualquer distinção, as seguintes pessoas: a) Os feridos e os doentes, combatentes ou não combatentes; b) Os civis que não participam nas hostilidades e que não se dediquem a qualquer trabalho de natureza militar durante a sua permanência nestas zonas.

¹³¹ Artigo 59. Localidades não defendidas. 1 - É proibido às Partes no conflito atacar, por qualquer meio, que seja, as localidades não defendidas. 2 - As autoridades competentes de uma Parte no conflito poderão declarar localidade não defendida todo o lugar habitado que se encontre na proximidade ou no interior de uma zona onde as forças armadas estão em contacto e que esteja aberta à ocupação por uma Parte adversa. Uma tal localidade deve reunir as seguintes condições: a) Todos os combatentes, armas e material militar móveis deverão ter sido evacuados; b) Não deve ser feito uso hostil das instalações ou estabelecimentos militares fixos; c) As autoridades e a população não cometerão atos de hostilidade; d) Nenhuma atividade de apoio a operações militares deve ser empreendida. 3 - A presença, nessa localidade, de pessoas especialmente protegidas pelas Convenções e o presente Protocolo e de forças de polícia exclusivamente destinadas a manter a ordem pública não é contrária às condições formuladas no n.º 2. 4 - A declaração feita nos termos do n.º 2 deve ser endereçada à Parte adversa e deve determinar e indicar, de forma tão precisa quanto possível, os limites da localidade não defendida. A Parte no conflito que receber a declaração deve acusar a sua

a localidades não defendidas e a zonas desmilitarizadas. Como forma de despolitizar e facilitar o acesso humanitário, Landgren (1995) e Mahlke (2017) defendem que os campos de refugiados são a evolução das zonas de segurança. Todavia, é arriscado assumir a posição retromencionada, pois inferir que os dispositivos 59 e 60 do Protocolo I das Convenções de Genebra, conjunto de normas próprias para a proteção de vítimas de guerra, pode subverter a natureza de assistência humanitária em interesses políticos próprios do poder soberano, como será discutido neste capítulo com base no biopoder agambeniano. Nesta perspectiva, “os campos de refugiados são mais uma vez claramente marcados por espaços de contenção” (PETEET, 2005,

recepção e tratar a localidade como uma localidade não defendida, a menos que as condições formuladas no n.º 2 não estejam efetivamente reunidas, em cujo caso deverá informar sem demora a Parte que tiver feito a declaração. Mesmo quando as condições formuladas no n.º 2 não estiverem reunidas, a localidade continuará a beneficiar da proteção prevista pelas outras disposições do presente Protocolo e regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados. 5 - As Partes no conflito poderão acordar sobre a criação de localidades não defendidas, mesmo que essas localidades não preencham as condições formuladas no n.º 2. O acordo deverá determinar e indicar, de forma tão precisa quanto possível, os limites da localidade não defendida; se necessário, pode fixar as modalidades de controlo. 6 - A Parte em poder da qual se encontre uma localidade que seja objeto de tal acordo deverá marcá-la, na medida do possível, com sinais a combinar com a outra Parte, os quais devem ser colocados em locais onde sejam claramente visíveis, particularmente no perímetro e limites da localidade e sobre as estradas principais. 7 - Uma localidade perde o seu estatuto de localidade não defendida logo que deixe de satisfazer as condições formuladas no n.º 2 ou no acordo mencionado no n.º 5. Nessa eventualidade, a localidade continua a beneficiar da proteção prevista pelas outras disposições do presente Protocolo e outras regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados.

Artigo 60. Zonas desmilitarizadas. 1 - É proibido às Partes no conflito estender as suas operações militares às zonas a que tenham conferido, por acordo, o estatuto de zona desmilitarizada, se essa extensão for contrária às disposições de tal acordo. 2 - Esse acordo será expresse; poderá ser concluído verbalmente ou por escrito, diretamente ou por intermédio de uma Potência protetora ou de uma organização humanitária imparcial, e consistirá em declarações recíprocas e concordantes. Poderá ser concluído tanto em tempo de paz como depois da abertura das hostilidades e deverá determinar e indicar, de maneira tão precisa quanto possível, os limites da zona desmilitarizada; fixará, se necessário, as modalidades de controlo. 3 - O objeto de um tal acordo será, normalmente, uma zona reunindo as seguintes condições: a) Todos os combatentes, armas e material militar móveis, deverão ter sido evacuados; b) Não será feito uso hostil das instalações ou estabelecimentos militares fixos; c) As autoridades e a população não cometerão atos de hostilidade; d) Toda a atividade ligada ao esforço militar deverá ter cessado. As Partes no conflito deverão acordar entre si no que diz respeito à interpretação a dar à condição formulada na alínea a), bem como no que diz respeito às pessoas a admitir na zona desmilitarizada, para além das mencionadas no n.º 4. 4 - A presença, nessa zona, de pessoas especialmente protegidas pelas Convenções e pelo presente Protocolo e de forças de polícia exclusivamente destinadas a manter a ordem pública não é contrária às condições formuladas no n.º 3. 5 - A Parte em poder da qual se encontra uma tal zona deve marcá-la, na medida do possível, com sinais a combinar com a outra Parte, os quais devem ser colocados em locais onde sejam claramente visíveis, particularmente no perímetro e limites da zona e nas estradas principais. 6 - Se os combatentes se aproximarem de uma zona desmilitarizada e as Partes no conflito tiverem concluído um acordo para esse fim, nenhuma delas poderá utilizar essa zona para fins ligados à condução das operações militares, nem revogar unilateralmente o seu estatuto. 7 - No caso de violação substancial por uma das Partes no conflito das disposições dos números 3 ou 6, a outra Parte ficará livre das obrigações decorrentes do acordo que confere à zona o estatuto de zona desmilitarizada. Nessa eventualidade, a zona perderá o seu estatuto; mas continuará a beneficiar da proteção prevista pelas outras disposições do presente Protocolo e regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados.

p. 224, tradução livre)¹³², no qual “a natureza da relação de acolhimento estatutário é fundamental para determinar não apenas os direitos dos refugiados e suas condições de vida, mas também seu senso do passado e do futuro e suas atitudes em relação à cidadania e ao retorno” (PETEET, 2005, p. 220, tradução livre)¹³³.

Os espaços que inicialmente possuíam caráter de provisoriedade, transformaram-se, portanto, em campos de refugiados sem previsão sobre seu termo final. Um dos aspectos que contribuem para o adiamento do fechamento dos campos é a inexistência de normas jurídicas que regulamentem, de maneira estrita e efetiva, a estrutura e o funcionamento destes ambientes. Sobre este ponto, Jacobsen (1997) e Jamal (2003) entendem que, apesar da inexistência de ordenamento jurídico sobre os campos de refugiados, os Estados-nação observam o regime jurídico internacional sobre a pessoa do refugiado. Em seus pontos de vista, estas normativas se apresentam suficientes para regular o local onde são abrigados os refugiados ao propiciarem segurança e assistência material através do argumento da fadiga do hospedeiro, cujo principal objetivo é o fortalecimento do asilo em favor dos refugiados ao encorajar os Estados-nação a aceitar a presença destes indivíduos (JAMAL, 2003). Mas será que, após tantos anos de existência de um campo de refugiados, esta fundamentação, por si só, é suficiente para justificar a manutenção de tantas vidas depositadas em um ambiente que as faz viver e as deixa morrer?

Não, esta é a resposta. Os campos de refugiados deveriam existir apenas enquanto ambientes temporários para efetivar a transição entre a saída de seu país de origem e a entrada no Estado acolhedor. Não há documento que determine o que, de fato, seria o campo. Do modo como é exposto, trata-se de medida paliativa e não de ambiente duradouro. Além disto, da perspectiva humanitária que se promove, pressupõe-se que seria uma espécie de local de cadastro, de uma primeira assistência, inclusive com relação ao idioma e a cultura local¹³⁴. Porém, em hipótese alguma deveria ser utilizado como justificativa para encorajar os Estados a aceitarem a presença dos forçadamente deslocados. Não porque eles não devam ser recebidos. Pelo contrário, justamente porque não deveria haver outra opção senão auxiliá-los a

¹³² No original, “the refugee camps are once again clearly marked spaces of containment”.

¹³³ Em inglês, “the nature of host state refugee relationship is critical in determining not just the rights of the refugees and their living conditions, but also their sense of the past and future and their attitudes toward citizenship and return”.

¹³⁴ Citam-se esses dois fatores, pois estes são uns dos pontos mais difíceis para promover a integração do refugiado no país receptor. Além deste, sabe-se que a aceitação pelos nacionais também é complicada.v

encontrar um novo lar com o qual possam se identificar. É reprovável que seres vivos necessitem de aceitação, eles deveriam ser aceitos tão somente por sua existência e não pelo uso dos seus corpos. De mais a mais, os países já o receberam na ratificação de cartas internacionais ou de legislações domésticas sobre o assunto, ainda que em algum deles de maneira restritiva. Da forma como se trata, verifica-se cada vez mais um afastamento do princípio da hospitalidade, proposto por Derrida (2003).

Na mesma linha, GBarc (2013) sugere que a ausência de normas para os campos de refugiados advém do caráter imediatista destes locais. Segundo ele, há registros na história, como por exemplo por meio do discurso de Hermann Goring no Tribunal de Nuremberg, de que os campos nascem da percepção da existência de milhares de indivíduos indesejáveis ao Estado-nação. Agamben (2010) vai mais além ao descrever o campo como um possível local para o exercício da soberania do Estado-nação, sendo possível a suspensão das normas para sua atuação. Complementando esta ideia, GBarc (2013) indica que os indivíduos abrigados nos campos são amedrontados e tratados como gado e/ou carga por aqueles que os colocaram naquele espaço. Neste sentido, a discussão deveria se pautar não só na (in)existência e na (in)efetividade de normas que regulamentam os refugiados, mas também na questão sobre se o prolongamento da existência dos campos de refugiados acarreta a proteção dos direitos humanos dos recém-chegados ou se promove estado de exceção como normalidade.

É bem verdade que as ONGs e OIs, como por exemplo a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA)¹³⁵, são atores relevantes para tornarem efetiva a proteção dos refugiados e mais próximos de apresentarem uma estrutura organizacional. Porém, não há como negar que os campos de refugiados violam os direitos humanos vistos não só da perspectiva deste grupo, mas também de um nacional que se apresente em situação idêntica (SCHMIDT, 2003). Prova disto é a restrição de liberdade promovida por complexos como forma de impor limites aos próprios direitos humanos pelos países receptores (AMNESTY INTERNATIONAL, 1997), bem como a violação sexual de mulheres refugiadas em mais de cinco países, conforme relatório produzido pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança da ONU (ONU, 2015). Não se pode permitir o

¹³⁵ Em inglês, United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.

argumento nem se esperar que as pessoas recebidas em campos tenham o sentimento de que se encontram em vantagem com relação à sua procedência pelo simples fato de estarem “abrigadas”¹³⁶. Ao se utilizar esse raciocínio, abandona-se a ideia de promover assistência humanitária para simplesmente acumular milhares de pessoas em um espaço que não tem capacidade suficiente não só no que diz respeito ao tamanho da área, mas também à alimentação, à saúde, a vestimentas, à educação e a outros direitos que deveriam ser proporcionados no local.

Estas atitudes confirmam que o soberano administra as vidas em seu poder não através de normas, mas através de decisões. De um lado, tem-se o prolongamento dos campos sob o fundamento de proteção dos direitos humanos daqueles que não possuem escolha senão se deslocarem. De outro, apesar da manutenção da medida paliativa, observa-se a violação dos mesmos direitos humanos pelos Estados-nação receptores. Na perspectiva de Agamben (2010), esta é a tradução do poder soberano, o qual gere a vida dos indivíduos que estão sob sua égide, limitando-os ou manipulando-os. Neste sentido, para que os campos de refugiados prosperem, é necessária a suspensão da ordem jurídica¹³⁷ para que seja instaurado o estado de exceção, a partir do qual é possível estabelecer um regime equivalente ao totalitário, caracterizado não pela anomia¹³⁸, mas pela aplicação e interpretação das leis a serviço de quem detém o controle. Assim, a instauração do estado de exceção como meio de exercício do poder soberano gera um espaço vazio entre a norma e a realidade.

Além destes aspectos, não se pode negar que a desnacionalização se apresenta como uma opção viável quando se deseja aplicar a soberania nos casos dos campos de refugiados. Juridicamente, conceitua-se nacionalidade como “o

¹³⁶ Utiliza-se o termo entre aspas, pois não é, humanamente viável, entender que alocar pessoas em um ambiente superlotado possa ser, de fato, abrigar.

¹³⁷ Este termo não se refere apenas a legislações como também a quaisquer mecanismos de proteção sobre o tema, neste caso os refugiados.

¹³⁸ Para Agamben (2004, p. 93), “[...] o Direito parece não poder existir senão através de uma captura da anomia, assim como a linguagem só pode existir através do aprisionamento do não linguístico. Em ambos os casos, o conflito parece incidir em um espaço vazio: anomia, *vacuum* jurídico de um lado e, de outro, ser puro, vazio de toda determinação e de todo predicado real. Para o direito, este estado vazio é o estado de exceção como dimensão constitutiva. A relação entre a norma e a realidade implica a suspensão da norma, assim como, na ontologia, a relação entre linguagem e mundo implica a suspensão da denotação sob a forma de uma *langue*. Mas o que é realmente essencial para a ordem jurídica é que essa zona – onde se situa uma ação humana sem relação com a norma – coincide com uma figura extrema e espectral do direito, em que ele se divide em uma pura vigência sem aplicação (a forma de lei) e em uma aplicação sem vigência: a força de lei”.

vínculo jurídico-político que une permanentemente determinado Estado e os indivíduos que o compõem, fazendo destes últimos um dos elementos componentes da dimensão pessoal do Estado” (MAZZUOLI, 2011 p. 665). Por sua vez, desnacionalizar um povo consiste em retirar o direito à nacionalidade ao suprimir toda a potência¹³⁹ existente no indivíduo, transformando-lhe em um mero sobrevivente, denominado por Agamben (2010) como vida nua. Em outras palavras, Arendt (2012) já tratava sobre o assunto ao demonstrar a preocupação do rompimento do nexo nascimento-nação, conforme apontado anteriormente, bem como indicava a desnacionalização como um dos caminhos possíveis para o exercício do poder soberano. Esta técnica foi utilizada pela Alemanha na primeira metade do século XX, por exemplo, na busca de fundamentação jurídica que autorizasse o extermínio de grupos minoritários. No século XXI, está sendo igualmente utilizada ao negar ao estrangeiro o *status* de refugiado e ao abrigá-lo no campo de refugiados sob o argumento de que se trata de local temporário e seguro, porém, em verdade, transformando-o de exceção em normalidade.

Como indicado no primeiro capítulo, com os judeus, tentou-se inicialmente realizar uma assimilação por acreditar que seria o suficiente para que pequenas camadas ricas e com influência no setor bancário participassem da sociedade estatal. Deste modo, incluir-se-iam os judeus de prestígio e, de outro modo, fazer-se-iam viver e deixar-se-iam morrer os párias e os *parvenus*, classes que não tinham o que oferecer em troca de sua existência. Apenas depois da decadência dos judeus bancários no segmento, passou-se a promover a desnacionalização e a solução final através do homicídio a todo o povo judeu. Assim, inverteu-se a máxima ao deixar viver e fazer morrer (AGAMBEN, 2010). Por outra via, a questão dos refugiados na atualidade se apresenta na contramão daquilo que foi aplicado aos judeus, pois aqueles diferentes destes não possuem um serviço, artefato ou característica que recompense o soberano a ponto de ser permitida sua sobrevivência com dignidade. Neste sentido, desnacionalizam-se, desde logo, os recém-chegados e os depositam em campos para que ali os façam viver como se fosse uma espécie de assistência

¹³⁹ Caracterizado como tudo aquilo que o homem poderia ser, mas não foi; não por motivos de incapacidade, mas por motivos outros, tal como: ausência de estímulo.

humanitária e os deixem morrer como se fosse uma ordem natural da vida. Este é o mecanismo denominado de tanatopolítica¹⁴⁰ por Agamben (2010).

A ideia original dos campos de refugiados é a provisoriedade e a assistência humanitária, como uma espécie de acolhimento dos recém-chegados em um país seguro. Em uma situação ideal, quando da entrada dos refugiados em Estado nacional capaz de acolhê-lo, os campos de refugiados deveriam ser locais a realizarem a recepção destes vulneráveis para, posteriormente, tomar uma das seguintes medidas: inserção na cultura do país receptor, envio dos refugiados para reassentamentos ou repatriação dos refugiados. Ainda que seja possível verificar a existência de alternativas viáveis e duráveis à sua existência no cenário mundial, estes locais têm transmutado seu caráter provisório em reiteradas prorrogações e seu caráter humanitário em decisões soberanas. Neste passo, não há razões plausíveis que justifiquem a existência destes ambientes do modo como são estruturados e caracterizados no mundo contemporâneo.

A primeira opção a ser considerada quando o país recebe refugiados deveria ser o acolhimento deste vulnerável, concedendo prazo para solicitação de refúgio, análise dos documentos e resposta sobre a concessão ou não do refúgio, tudo isto em tempo razoável. Além disto, durante este período e, após a resposta em caso positivo, os refugiados deveriam ser equiparados aos cidadãos do Estado-nação que os acolheu para atender ao princípio da igualdade entre nacionais e estrangeiros. A fim de atingir o maior nível de equilíbrio, a nação é estimulada a promover atividades que diminuam a diferença entre nacional e refugiado, sendo uma das principais dela o curso de línguas e de apresentação da cultura local. Esta é a medida conhecida como inserção cultural. Sabe-se, todavia, que nem sempre os países que recebem os recém-chegados e outros migrantes possuem condições estruturais e financeiras para cumprir com as sugestões acima descritas. Por isso, uma das alternativas propostas por Mahlke (2017) é a solicitação de cooperação interestatal, conhecida também como *burden sharing*¹⁴¹. Esta ação conjunta de países foi prevista pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, a fim de incentivar a solidariedade financeira e física entre os Estados. No auxílio financeiro, outros países enviam ajuda em espécie para o

¹⁴⁰ A tanatopolítica é justamente o cálculo de poder realizado pelo soberano, a fim de determinar o fazer viver abaixo de condições suficientes para a manutenção das necessidades humanas e, ao mesmo tempo, de deixar morrer – pelas próprias mãos da vida captura ou por terceiros que não sejam o soberano – como se tivesse sido uma ordem natural da vida.

¹⁴¹ Traduz-se para o português como repartição de encargos.

desenvolvimento das atividades referentes aos refugiados, geralmente o depósito de valores é realizado para a ACNUR. Já a ajuda física, refere-se à possibilidade de reassentamento dos refugiados em outras áreas.

A ajuda física celebrada pela cooperação entre os Estados, leva à segunda medida, qual seja o reassentamento, denominado também de *third safe country*¹⁴² ou *first country of asylum*¹⁴³. Neste caso, o refugiado será transferido para um terceiro país diverso daquele no qual foi solicitado o refúgio, a fim de ter seus direitos fundamentais protegidos. Em regra, esta transferência ocorre em razão da ausência de condições estruturais do país de acolhimento de entrada. Mahlke (2017) ressalta que o deslocamento para o terceiro país seguro não pode ocorrer como forma de violação do princípio da não devolução do refugiado, bem como de outros direitos a ele inerentes. Em caso de burla de quaisquer destas prerrogativas, ambos os países deverão ser responsabilizados de igual maneira, com fundamento na responsabilidade compartilhada, já que a medida não ocorre unilateralmente. Ademais, esta possibilidade deve ser conferida inclusive aos solicitantes de refúgio que tiverem ingressado no país de maneira irregular.

Além da inserção cultural e do envio para reassentamentos, os refugiados podem ser enviados de volta para seu território natal. O primeiro questionamento que se faz ao apontar o repatriamento como uma medida cabível é o ferimento ao princípio do *non-refoulement*. Para que seja possível o retorno do refugiado ao seu Estado-nação de origem, faz-se necessária a observância de alguns pontos. O primeiro deles, a cessação das violações de direitos humanos que deram causa à saída do recém-chegado do local. Em caso de permanência das condições originárias, o solicitante de refúgio não é recomendável o retorno do mesmo. O segundo, findos os motivos que ocasionaram a saída do refugiado, é obrigatório que o mesmo manifeste o interesse de retorno à nação de origem. Caso contrário, também não será permitida a devolução do recém-chegado.

Cumprе salientar que a observância das medidas de inserção dos refugiados na cultura do país, de seu envio para reassentamentos e/ou a sua repatriação não necessariamente deve pôr fim à ideia original da existência dos campos de

¹⁴² Em português, terceiro país seguro.

¹⁴³ Na língua materna, primeiro país de asilo.

refugiados¹⁴⁴. Pelo contrário, elas comprovam que os abrigos cumpriram sua função transitória entre a saída do país de origem e a recepção no acolhimento. Se umas destas portas não funciona, constata-se uma falha no sistema jurídico de proteção aos refugiados. Caso não haja porta de saída, o poder soberano do país de origem cumpriu seu papel de deixar morrer através de perseguições, violações de direitos humanos e outros mecanismos de agressão à vida. Não existindo porta de entrada, significa que o país receptor também atingiu o compromisso como soberano perante as minorias, qual seja a proteção dos direitos fundamentais tão somente dos cidadãos, sem observância daqueles homens não englobados ou não visíveis por motivos de economia, segurança pública e outros argumentos que permeiam o discurso da doutrina da segurança nacional.

Se por um lado, a inserção na cultura do país receptor, o envio dos refugiados para reassentamentos ou a repatriação dos refugiados são atitudes incentivadas a serem realizadas em prol dos seus direitos humanos. Por outro, o fechamento das fronteiras através da medida paliativa dos campos é atitude desencorajada, apesar de serem visualizadas com frequência. É esta regularidade que, aos olhos das majorias que não detém informações sobre o assunto, tem caracterizado tais ambientes como construções normais para manter a sociedade dos nacionais afastada dos estrangeiros. Assim, os cidadãos com nacionalidade definida são dominados pelo medo gerado pelos discursos securitizatórios em desfavor do outro desconhecido. Segundo Esposito (2010), cria-se, então, a *immunitas* (fronteiras) como instrumento de proteção contra a suposta violência da *communitas* (comunidade indiferenciada). Fora dos muros, pratica-se a política e aplica-se o *nomos* (lei) (ARENDT, 2012) e, dentro deles, pratica-se a desumanização e a desnacionalização através do estado de exceção (AGAMBEN, 2010). Tudo isto, retirando-se o caráter de anormalidade para que as grandes massas não tenham a capacidade de questionar as medidas cruéis adotadas contra as vidas nuas, como se fossem “objetos/cidadãos do Estado” (VERMUTH, NIELSSON, 2017, p. 308).

Os Direitos do Homem, afinal, haviam sido definidos como ‘inalienáveis’ porque se supunha serem independentes de todos os governos; mas sucedia que, no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los. Ou, quando, como no caso das minorias, uma entidade internacional se investia de autoridade não governamental, seu

¹⁴⁴ É possível que, mesmo com o cumprimento das medidas duráveis, haja uma manutenção dos campos de refugiados, a fim de continuar a prestação de serviços humanitários. De outra via, é possível também que haja o encerramento dos complexos por ter havido o cumprimento integral de sua função.

fracasso se evidenciava antes mesmo que suas medidas fossem completamente tomadas; não apenas os governos se opunham mais ou menos abertamente a essa usurpação de sua soberania, mas as próprias nacionalidades interessadas deixaram de reconhecer uma garantia não nacional, desconfiando de qualquer ato que não apoiasse claramente os seus direitos 'nacionais' (em contraposição aos meros direitos 'linguísticos, religiosos e étnicos'). (...) Os Direitos do Homem supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis – mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles – sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano” (ARENDT, 2012, p. 397-399).

Diante da perda de um lugar no mundo, que expulsa o homem da humanidade e que não permite a sua concepção como cidadão¹⁴⁵, verifica-se que as fronteiras nacionais são erguidas contra características inerentes a um grupo de seres, como raças e classes que são julgadas inferiores. Prova disto foi “a ausência de lei para os ‘sem lugar’ deu-se inicialmente pela privação total dos direitos, depois pela ameaça à vida e, por fim, o internamento no campo” (WERMUTH, NIELSSON, 2017, p. 315) que separa a vida que deve ser vivida e a vida nua. Como uma hipótese para superar a cisma entre Direito Internacional e os interesses privados globais¹⁴⁶, surgem os movimentos de resistência do Terceiro Mundo¹⁴⁷, como por exemplo a Cáritas. Isto porque “por muito tempo, durante quase uma vida, o direito internacional se manteve demasiado ocidental, elitista, centrado no homem [gênero] e imperial (...)” (RAJAGOPAL, 2003, p. 23, tradução livre)¹⁴⁸, desta maneira, o encontro com os movimentos sociais pretende ser o início das mudanças. Dentre inúmeros fatores, estes combates devem se atentar em especial à aplicação do Direito Internacional e ao discurso dos direitos humanos (RAJAGOPAL, 2003), exemplos observados quando a temática é voltada para o tópico dos refugiados.

Com relação à aplicação do Direito Internacional, Frantz Fanon (1963, p. 148) argumentou que a libertação humana não pode ser confinada dentro de um paradigma nacionalista, uma vez que “a história nos ensina que a batalha contra o colonialismo não corre imediatamente nas linhas do nacionalismo”. Pelo contrário, a história nos mostra que quanto maior o nacionalismo, maior a opressão ou, ainda, a invisibilidade

¹⁴⁵ De acordo com Arendt (2012), o exercício da cidadania expressa o direito a ter direitos.

¹⁴⁶ Os interesses privados globais podem ser representados tanto pelo Estado-nação quanto pelas grandes empresas privadas e seus empresários, em especial depois da colocação das leis internacionais – e consequentemente das nacionais – a seu favor, como discutido anteriormente.

¹⁴⁷ Para Rajagopal (2003), o conceito de Terceiro Mundo não deve ser limitado tão somente aos países em desenvolvimento e desenvolvido, mas a todos aqueles que sofrem com a não aceitação ou restrição em alguma característica inerente. Assim, deve-se entender também como integrante desta classificação as minorias.

¹⁴⁸ Em inglês, “for too long, during almost its entire life, international law has remained too western, elitist, male-centered, and imperial (...)”.

das minorias, tais quais o planejamento do extermínio dos judeus pelos nazistas e o depósito dos refugiados em campos físicos. Para desconstruir o colonialismo, Partha Chatterjee (1993) discutiu qual, então, o papel do Estado não só para lidar com as minorias, mas também para sair da crise estatal e de sua soberania. Como opções, o autor apontou o poder de questionar a ideologia do desenvolvimento do Estado e a construção de fontes alternativas de legitimidade, sem se esquecer durante o processo da importância da neutralidade estatal. Conclui-se, portanto, que nenhuma das respostas apresenta o discurso biopolítico do Estado.

Por seu turno, a preocupação com o discurso dos direitos humanos advém da possibilidade de ser utilizado por ambos os lados – poder soberano e defesa das minorias. Isto demonstra a ambiguidade implícita neste tipo de argumentação e a necessidade de cuidado ao utilizá-lo. Quando o enunciado é exposto sob o fundamento de atraso de uma das comunidades e de necessidade de levar o avanço através da imposição da outra parte, tem-se violência institucional disfarçada de direitos humanos (WALLERSTEIN, 2007). Em contrapartida, quando soa como resistência ao discurso de violência e assegura a visibilidade e a integração das minorias sem o desrespeito de suas diferenças, alcança-se a verdadeira aplicação dos direitos humanos (WALLERSTEIN, 2007). Ao aplicar este discurso ao objeto desta pesquisa, constata-se que os campos de refugiados apenas tiveram a natureza de assistência humanitária quando tratados como zona neutra durante conflitos internos e entre diferentes países. Em quaisquer outras configurações, como foram os campos rurais e os campos de refugiados, tratam-se de meros depósito de vidas. Portanto, é neste sentido que se deve cuidar dos direitos humanos dos refugiados, em especial quanto ao discurso de proteção destas garantias através da criação e/ou extensão do termo final dos campos de refugiados.

O apelo por uma teoria de resistência que aborde a necessidade de compreender a ação de movimento social não deve ser mal entendido como um apelo à rejeição da ordem legal internacional. Pelo contrário, o direito e as instituições internacionais fornecem arenas importantes para a ação do movimento social à medida que expandem o espaço político disponível para a política transformadora (RAJAGOPAL, 2003, p. 23, tradução livre)¹⁴⁹.

¹⁴⁹ No original em inglês, “the call for a theory of resistance that addresses a need to understand social movement action should not be misunderstood as a call for a rejection of international legal order. Rather, international law and institutions provide important arenas for social movement action, as they expand the political space available for transformative politics”.

Diante da inobservância da natureza provisória e humanitária dos campos de refugiados, bem como das medidas de inserção dos refugiados na cultura do país receptor, seu envio para reassentamentos ou sua repatriação, é possível afirmar que uma situação excepcional foi transformada em tipicamente normal por sua naturalização. Esta rotina não se refere à propagação de informações e a dados críticos e personificados sobre a situação. Pelo contrário, tratam-se de notícias genéricas que não conseguem dar rosto e voz a cada um – ou ao menos a parte – dos personagens que as compõem. Assim, atos como a desumanização e a desnacionalização por meio do fechamento das fronteiras se tornam comuns e banais, como afirmou Hannah Arendt (1999)¹⁵⁰.

Explico. Nestes casos, incentiva-se a utilização dos movimentos sociais em favor das minorias. Isto porque estas atuações “(...) poderão potencializar o caso concreto de tal forma que, por si só, garantirão a justiciabilidade dos direitos (...) sociais e culturais pela relevância apresentada” (TRIVELLATO, CARVALHO, ÁVILA, 2017). Por exemplo, ao noticiar uma tragédia sem rostos, a população não entende como um acontecimento que merece atenção e urgência, pois não há associação entre pessoas, mas entre números. Contudo, se há a divulgação de nomes e de imagens a aproximação entre os indivíduos tende a acontecer de maneira mais fácil, como foi o caso da família Kurdi citado anteriormente. Desta maneira, tem-se início o movimento contrário: distanciamento do comum e impacto perante os nacionais.

No entanto, além da ausência de familiaridade de trabalhar com o tema por grande parte dos defensores dos direitos humanos, observa-se um desinteresse do próprio Estado-nação em incentivar tais atividades. Esta é uma estratégia biopolítica para manter a administração das vidas que não merecem ser vividas, sua manutenção em campos através da propagação do estado de exceção como normalidade e a banalização da violência por meio da desumanização e da desnacionalização.

¹⁵⁰ De acordo com Hannah Arendt (1999), há uma reprodução de discurso de ódio produzido pelo Estado e reproduzido pela grande massa midiática sobre os direitos humanos das minorias e a banalização da violência institucionalizada. Assim, as subjetividades das minorias são aniquiladas diariamente como se fossem ações normais. Este é o caso do Eichmann, funcionário público cumpridor de regras do regime nazista, que enviava judeus às câmeras de gás por meio da mecanização de uma atividade burocrática que requeria a ausência de reflexão sobre seus atos.

3 COMPLEXO DE REFUGIADOS EM DADAAB: ESTADO DE EXCEÇÃO EM CARÁTER PERMANENTE?

Não há registro do quantitativo de campos de refugiados no mundo. Os organismos de proteção aos refugiados, como a ACNUR, apenas divulgam números do desenfreado crescimento de pessoas forçadamente deslocadas. Por outra via, quando se trata de exposição de dados quantitativos dos complexos desta natureza, as informações se restringem à indicação de que há, de fato, uma criação destes ambientes com maior frequência e que aqueles já existentes se encontram superlotados. Dentre eles, o Complexo de Dadaab, situado no Quênia, registrado como a maior área ativa para acolhimento dos recém-chegados.

Em que pese os campos de refugiados de Dadaab formem o maior complexo já existente, há enfrentamento de diversas dificuldades, como por exemplo o reduzido quadro de voluntários em comparação à quantidade de habitantes, a escassez de materiais de higiene e outras necessidades básicas, os abrigos insuficientes, a reunião de múltiplas culturas, a dificuldade na abordagem entre funcionários das organizações e refugiados e a ausência de normas de organização e de administração do local.

Nos capítulos anteriores, discutiu-se sobre a existência de inúmeras legislações internacionais e domésticas em proteção dos refugiados e sua inefetividade diante do desinteresse estatal em sua execução. Neste capítulo, a discussão possui enfoque nos ambientes nos quais estes indivíduos são depositados, suas características, sua natureza jurídica e mecanismos legais que os Estados proporcionam.

Neste sentido, a proposta deste capítulo é apresentar, em um primeiro momento, o Complexo de Dadaab os seus dados, como antecedentes históricos, atores internacionais, redes de campos, estrutura física e população para compreendê-lo melhor. Para tanto, faz-se uso de diversos dados numéricos expostos por organizações internacionais instaladas no local estudado, bem como de imagens que facilitam a visualização daquilo que se apresenta por escrito.

Além disto, busca-se analisar criticamente os campos de refugiados, a fim de responder ao questionamento trazido como problema da pesquisa, qual seja se o Complexo de Dadaab pode ser descrito como um ambiente em estado de exceção de caráter permanente. Para esclarecer esta questão, será discutida a ausência de indicação sobre sua duração máxima, a politização dos campos de refugiados e a

desnacionalização e desumanização, desta vez, aplicados ao campo de refugiado em estudo.

3.1 Complexo de refugiados em Dadaab: antecedentes históricos, atores desumanizadores, rede de campos, estrutura física e dados populacionais

Em sua forma originária, o continente africano era dividido em clãs, espécie de reunião familiar em forma de tribo, que “formam uma só nação” (KAPUSCINSKI, 2002, p. 229). Nesta forma de organização, existiam comunidades em diversos níveis de complexidade, como é o caso da sociedade Cheyenne, situada na África setentrional, que já se estruturava em fraternidades de homens semelhantes aos Estados, possuía divisão em Conselhos e produzia decisões idênticas ao modelo do *stare decisis*¹⁵¹ (LOSANO, 2007). Apesar de serem raros os povos como os Cheyennes, durante a corrida imperialista, em meados do século XIX, os europeus não respeitaram o modo de estruturação africana e impuseram a forma de organização ocidental. Em clara ausência de diálogo entre as culturas, ambos os conjuntos sociais foram fundidos de maneira violenta e desorganizada sob o argumento de promover o desenvolvimento e assegurar os direitos dos homens às famílias “primitivas”¹⁵².

De acordo com Losano (2007, p. 362), “quando a ficção não basta mais para adequar as regras sociais à evolução econômica, a única solução é estabelecer novas regras ou aceitar a imposição destas (...)”. Porém, não foi sem lutar que os clãs africanos as recepcionaram. Na década de 1990¹⁵³, o cenário internacional era de jogo geopolítico entre os Estados Unidos da América (EUA) – país capitalista – e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) – Estado socialista¹⁵⁴. Quase todo o sistema internacional se viu envolvido em meio às investidas de ambos os polos, inclusive a África. Na década de 70, os soviéticos adentraram no território de Ogaden, localizado na Etiópia, mas constituído em sua maioria por somalis. Como

¹⁵¹ Em suma, se trata da vinculação de futuras decisões aos precedentes jurisprudenciais.

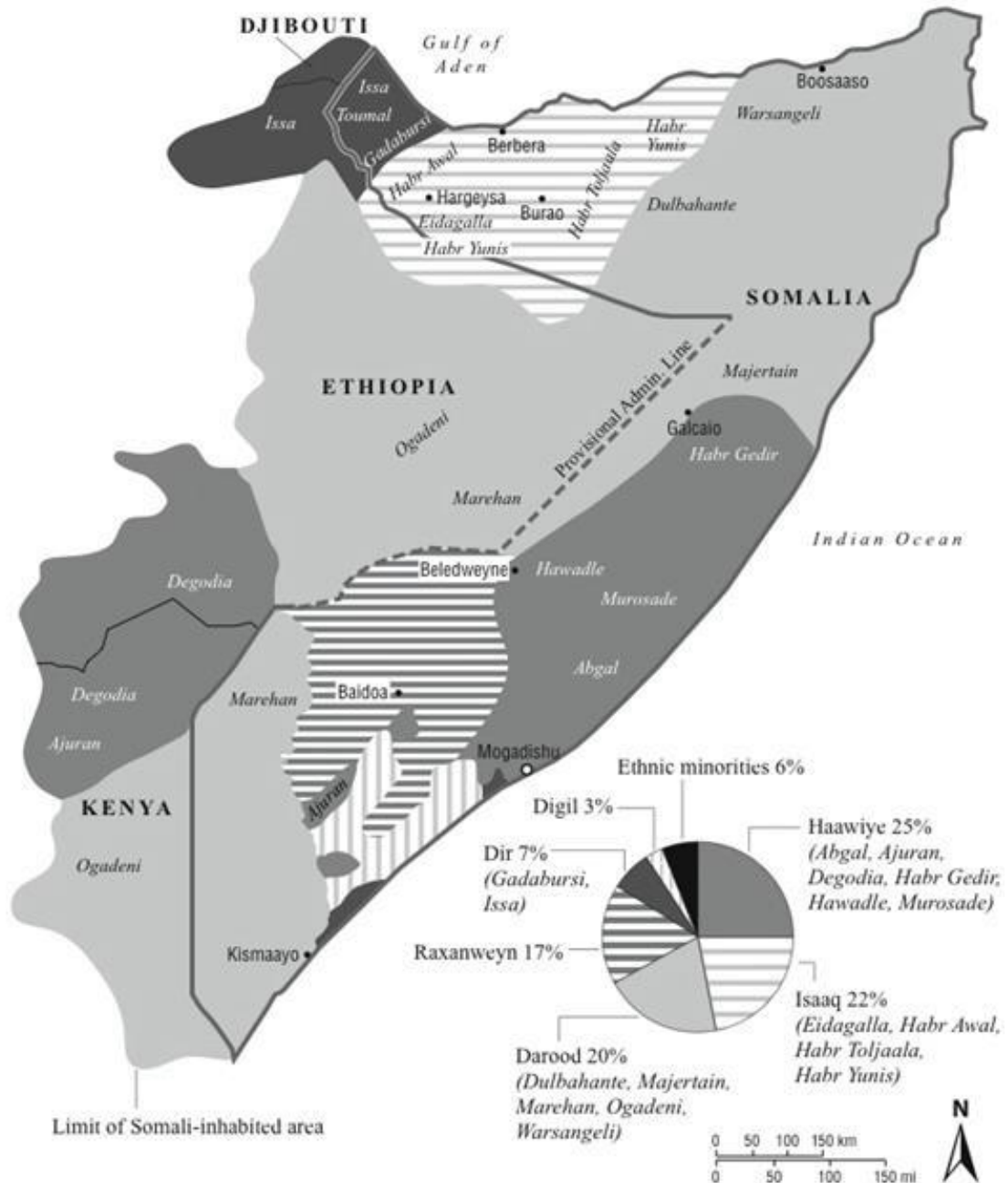
¹⁵² Os povos originários entendem que o termo primitivo é considerado preconceituoso e demonstração subjugação com relação a um povo e sua forma de organização. Neste trecho, ele foi utilizado não intuito pejorativo, mas para demonstrar qual a visão do europeu quanto ao africano durante o imperialismo.

¹⁵³ Utiliza-se este recorte temporal por considerar que os campos de refugiados de Dadaab tiveram origem em decorrência dos conflitos internos e externos nesta época em específico, como será relatado mais adiante. Se fosse optado por traçar toda a história africana, fugir-se-ia do enfoque da pesquisa.

¹⁵⁴ Este clima de tensões políticas e geográficas ficou conhecido como Guerra Fria, em razão da ausência de utilização de armamentos. Apesar da não utilização de arsenais, houve uso de mecanismos de controles psicológicos e físicos de vidas humanas através da biopolítica.

forma de polarizar a questão, os norte-americanos apresentaram auxílio aos etíopes naquele momento. No entanto, com o fim da Guerra Fria, os EUA obtiveram o controle da base naval situada em Berbera, na Somália, e passaram a apoiar forças separatistas interioranas que desestabilizaram a Etiópia (MARY, 2013), em especial nas maiores divisões familiares originárias que ainda resistem (Figura 02).

Figura 02 - Representação geográfica dos principais clãs



Fonte: International Organization for Migration (IOM). **Dimensions of crisis on migration in Somalia.** 2014. Disponível em: <<http://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/Country/docs/Dimensions-of-Crisis-on-Migrationin-Somalia.pdf>>. Acesso em 05 nov 2018.

Com o surgimento de novos atores no continente¹⁵⁵, em especial dos estadunidenses no Chifre da África, a divisão dos clãs que resistem não representa mais a administração de famílias e tribos. De outro modo, visualiza-se uma disputa pelo poder entre clãs africanas e entre estrangeiros e africanos, que são forçados a se deslocarem internamente e/ou para outros países (Figura 03). Assim, deu-se início a uma das maiores diásporas do mundo: a dos somalis (Figura 04).

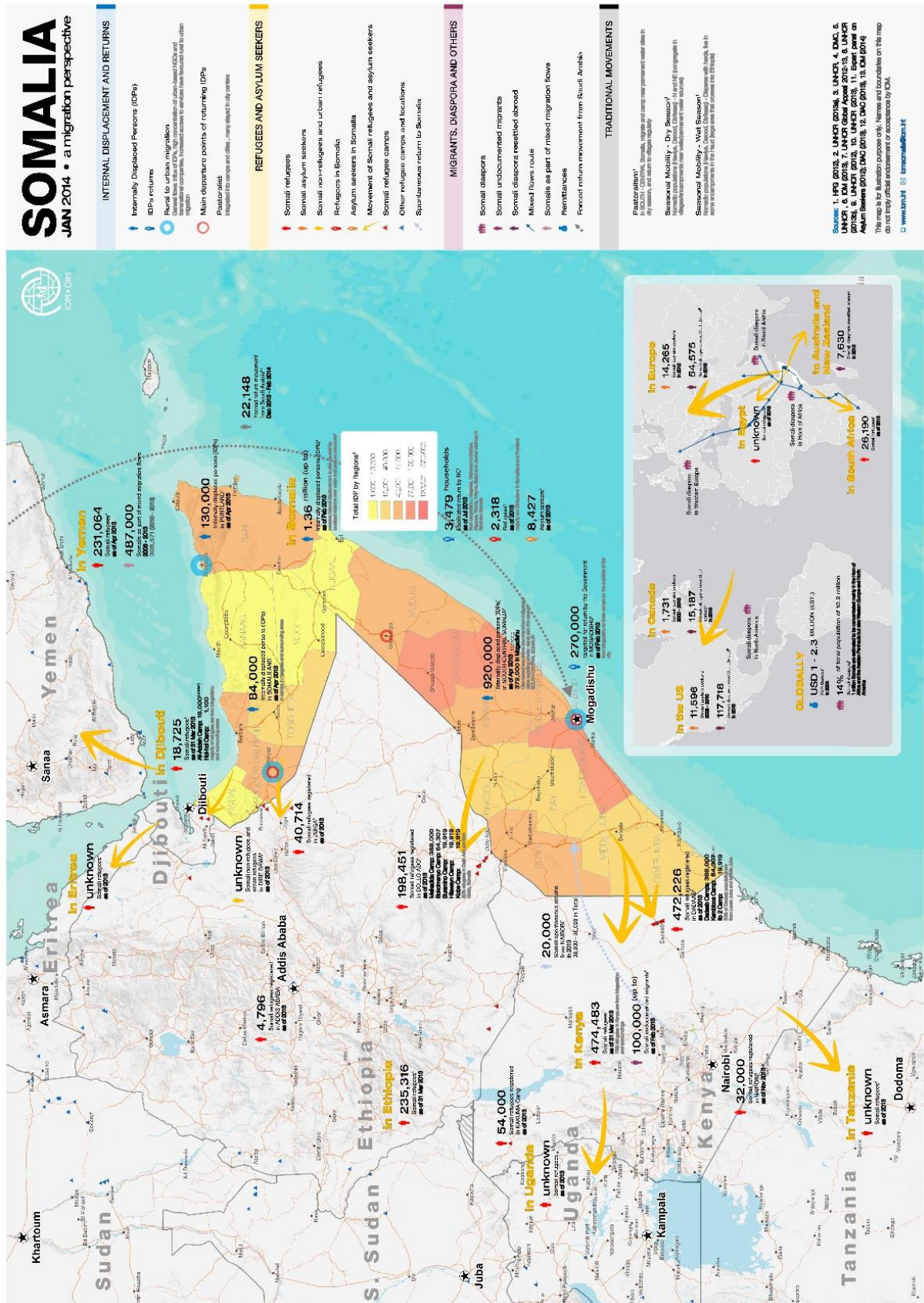
Figura 03 - Conflitos entre clãs



Fonte: United States Agency for International Development (USAID). **Somalia**: Continuing insecurity. Humanitarian Information Unit, 2010. Disponível em: <https://hiu.state.gov/Products/Somalia_ContinuingInsecurity_2010May21_HIU_U191.pdf>. Acesso em 05 nov 2018.

¹⁵⁵ Nota-se também o crescimento de grupos armados. A exemplo, o Al Shabaab, coalizão entre Etiópia e EUA, nascido da dissolução da União das Cortes Islâmicas, no ano de 2006 (REKACEWICZ, 2015).

Figura 04 - Diáspora dos somalis no mundo em 2014



Fonte: International Organization for Migration (IOM). **Dimensions of crisis on migration in Somalia**. 2014. Disponível em: <<http://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/Country/docs/Dimensions-of-Crisis-on-Migration-in-Somalia.pdf>>. Acesso em 05 nov 2018.

Depreende-se, portanto, que “toda a África está em movimento, vagando, caminhando atrás de alguma coisa. (...) a África não tem fronteiras, não tem países (...), um irmão procura outro irmão” (KAPUSCINSKI, 2002, p. 258)¹⁵⁶. Para suportar o quantitativo de deslocados, formou-se¹⁵⁷ uma superestrutura em torno da questão com a integração de rede de campos e de organização física de complexos para abrigar os produtos “indesejáveis”. As redes de campos (Figura 05) são formadas pelo próprio sistema internacional à medida em que o soberano administra as vidas locais através de seu poder de decisão sobre o modo de reunião dos clãs, das terras, das infraestruturas, principalmente no setor agrícola e o modelo de mão-de-obra empregado. Ressalte-se que estas redes, em sua grande maioria, são representadas pelos campos de refugiados (INGLÊS, 2015). Quando não o são, abrangem, ao menos, todo local que possa representar um abrigo temporário para a peregrinação dos deslocados.

Figura 05: Rede de campos na África



Fonte: PEÇANHA, Sérgio; WALLACE, Tim. The flight of refugees around the globe. In: **The New York Times**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2015/06/21/world/map-flow-desperate-migration-refugee-crisis.html?r=2>>.

¹⁵⁶ O continente africano possui um dos maiores números de mobilidade populacional (OIM, 2018).

¹⁵⁷ Utiliza-se esta palavra, pois não houve uma criação de um sistema, mas sim a formação de uma cadeia à medida que as primeiras pessoas necessitavam se deslocar de um local para o outro devido a guerras civis, perseguições, violações de direitos humanos e outros ataques à sua dignidade e vida pelos novos atores que se deslocaram para o continente africano.

As redes de campos contribuem, então, para a formação de “fronteiras visíveis e invisíveis” (BORDAS, 2006). Mesmo com dificuldades, as antigas e as novas demarcações geográficas são transpostas a cada nova morada com auxílio da rede de campos. Por outra via, os limites materiais são enrijecidos, quer seja por sua não aplicação quer por sua inexistência. E, assim, os refugiados africanos permanecem sem a aquisição do *status* de cidadão enquanto continuam a praticar a peregrinação em busca de sua identidade através do sentimento de pertencimento e do reconhecimento como cidadão. Para ilustrar a situação, Agier relatou um dos percursos comumente trilhados pelos africanos em deslocamento forçado.

O percurso padrão do refugiado parte de Lofa, na Libéria, passa num campo de deslocados, próximo de Monróvia, depois em Serra Leoa em um campo de refugiados; e quando as coisas vão mal em Serra Leoa, o refugiado encontra-se em um campo no leste da Guiné. (...). Uma vasta rede dos lugares de guerra, de fuga e de refúgio formou-se ao longo da guerra, no seu centro ou em suas margens. Isso estruturou um espaço comum de práticas, comunicação e de interconhecimento. (AGIER, 2015, p. 69).

Um exemplo de campos de refugiados na rota de rede de campos na atualidade é o Complexo de Dadaab¹⁵⁸ (Figura 06), construído pelo Quênia, no ano de 1991, na Província Nordeste deste país, no distrito de Garissa, aproximadamente a 80 quilômetros da fronteira com a Somália e a 500 quilômetros de Nairóbi. Inicialmente, era composto por três campos, Dagahaley, Hagadera e Ifo, com capacidade total para até 90.000 refugiados (UNHCR, 2015) sem informações oficiais sobre o limite dos campos individualmente. No ano de 2011, foram criados Ifo 2 (UNHCR, 2017d) e Kambioos (UNHCR, 2017e), ambos sem divulgação oficial sobre a capacidade. No ano de 2017, a UNHCR organizou informações sobre cada um dos campos que formam o Complexo de Dadaab.

No ano de 1991, foi criado o campo Ifo, que acomoda refugiados de cerca de dez países. Entre os anos de 2010 e 2011, sua população cresceu consideravelmente, em razão da intensificação de conflitos e de suas consequências, principalmente, da fome (UNHCR, 2017c). Em 1992, foram estabelecidos os setores de Dagahaley e Hagadera (UNHCR, 2017a; UNHCR, 2017b). Com relação ao primeiro, tem-se conhecimento de que sua capacidade máxima é de 30.000 pessoas¹⁵⁹. Entre os anos

¹⁵⁸ Em somali, Dhadhaab, que significa rocha.

¹⁵⁹ Esta é a única unidade pioneira sobre a qual a UNHCR divulgou a capacidade máxima. Apesar de se tratarem de três campos de refugiados com capacidade máxima de 90.000 pessoas (UNHCR, 2015),

de 2006 e 2011, o quantitativo de refugiados também aumentou; porém, o campo não suportava mais moradores. Como forma de resolver a situação, os próprios recém-chegados se alojaram às margens das construções de Dagahaley, formando uma região periférica¹⁶⁰ (UNHCR, 2017a). Por sua vez, Hagadera é o maior acampamento da região e, por conseguinte, detém a maior economia, mercado, dinamismo e população. Muito embora nos últimos anos a população tenha diminuído em mais de 45.000 pessoas, ainda há um grande congestionamento, já que todos os dias novos refugiados se instalam com suas famílias, que já viviam no local. Além disto, quem não possui o acolhimento de parentes, passou a viver em regiões periféricas, conhecidas como Hagadera Outskirts (UNHCR, 2017b).

Em razão da superlotação das seções pioneiras, inauguraram-se dois novos campos. Em julho de 2011, criou-se Ifo 2 para receber abrigados que superlotavam as unidades de Ifo e Dagahaley. Para melhor administrá-lo, dividiu-se em Ifo 2 Leste e Ifo 2 Oeste (UNHCR, 2017d). Porém, sabe-se que a própria UNHCR ainda o considera em fase de organização e estruturação. Prova disto é que, até abril de 2018, só haviam sido demarcadas e distribuídas parte das terras e as escolas haviam sido fechadas. Segundo o relatório, “em geral, o processo de consolidação do acampamento Ifo 2 está acontecendo lentamente devido, principalmente, a desafios como escassez de materiais de construção locais (...) e à presença de 1.996 pessoas indocumentadas (858 famílias) que não têm o direito de pousar e abrigar materiais até onde não registraram” (UNHCR, 2018d, p. 05, tradução livre)¹⁶¹. Em agosto de 2011, estabeleceu-se Kambioos, com capacidade para 100.000 habitantes¹⁶², para auxiliar na transferência e alojamento de algumas famílias que viviam em Hagadera Outskirts. Em janeiro de 2013, o governo queniano o reconheceu (UNHCR, 2017e). Porém, em março de 2017, o campo foi fechado, sob o argumento de transferir seus moradores para ambientes mais próximos aos demais campos de refugiados (UNHCR, 2018d).

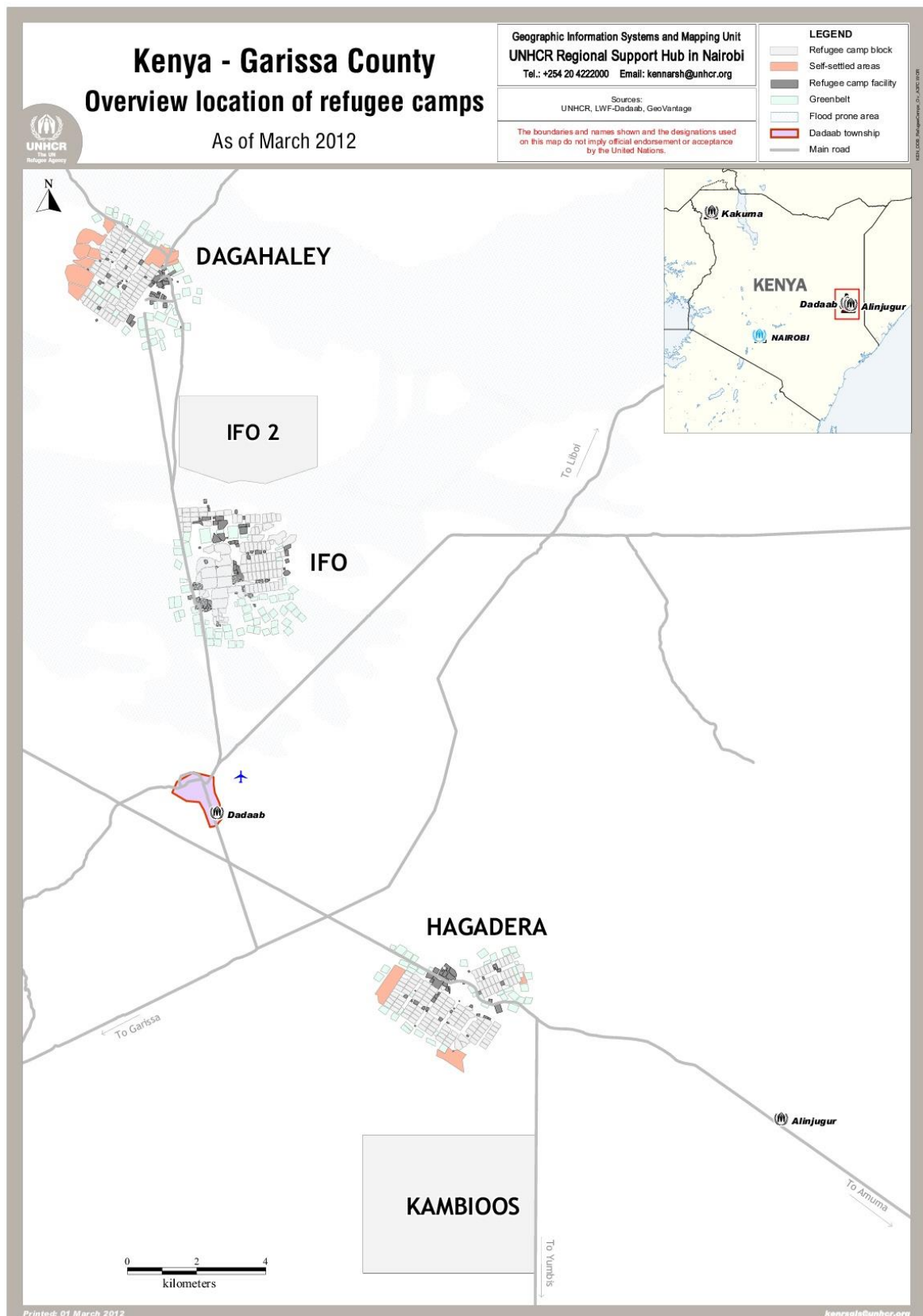
não é possível presumir que cada um deles comporte 30.000 indivíduos, pois a extensão territorial deles é diferente, como é possível visualizar na figura 6.

¹⁶⁰ Estima-se que, atualmente, existam cerca de 1.000 famílias vivendo nestas condições, tendo em vista um grande deslocamento de pessoas quando foi inaugurado o campo de Ifo 2, em 2011 (UNHCR, 2017a).

¹⁶¹ Em inglês, “in general, the process of Ifo 2 camp consolidation is going on slowly mainly due to the challenges such as shortage of local building materials (...) and the presence of 1,996 undocumented people (858 households) in Ifo 2 camp who are not entitled to land and shelter materials as far as they haven’t registered”.

¹⁶² Dentre as duas seções criadas no ano de 2011, a UNHCR (2017e) apenas apresentou a capacidade máxima de Kambioos.

Figura 06: Complexo de Dadaab em março de 2012



Fonte: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Kenya – General overview of refugee camps in Dadaab march 2012.** 2012. Disponível em < <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/31524> >. Acesso em 19 mai 2018.

Assim, o Complexo de Dadaab configura-se atualmente como o maior centro de refugiados já construído, com maior população¹⁶³ e, por conseguinte, com maior atuação da ACNUR. Além desta entidade, outras Organizações não Governamentais (ONGs) e Organizações Internacionais (OIs)¹⁶⁴ trabalham em parceria. A principal finalidade para a construção destes campos, segundo as organizações que os auxiliam, foi o fornecimento de assistência humanitária, em caráter de urgência e de provisoriedade, para os refugiados. Neste discurso, visualizam-se dois pontos falhos. O primeiro deles se refere à provisoriedade dos centros para refugiados¹⁶⁵. O segundo, por sua vez, diz respeito à natureza humanitária, tendo em vista que as unidades se encontram superlotadas, o que dificulta e, até mesmo, impede a garantia dos direitos humanos em prol dos refugiados. Por vezes, falta-lhes água, comida, roupa e condições dignas. Como afirmam a maioria dos documentos internacionais que tratam sobre o assunto, os forçadamente deslocados são, sem dúvidas, povos não só resistentes, mas também resilientes¹⁶⁶.

Aqui se inicia o grande desafio somali, o jogo da sobrevivência – o jogo da vida. (...) Essa gente recebia apenas 3 litros de água por dia para tudo: para beber, lavar, cozinhar e lavar roupa. Como alimento, mais meio quilo de milho por dia e um saquinho de açúcar, além de um pedaço de sabão por semana. Pois não é que os somalis conseguiam economizar uma parte dessa ração e vender milho e açúcar a negociantes no campo, juntando dinheiro para comprar um novo camelo para fugir para o deserto? (KAPUSCINSKI, 2002, p. 233-234).

Além disto, verifica-se, mais uma vez, a atuação do poder soberano quanto à administração não só do campo, mas também – e principalmente – sobre a vida dos residentes. Uma evidência desta constatação foi o encerramento das atividades do setor de Kambioos em menos de 05 anos de existência e em pouco mais de 04 anos de reconhecimento pelo Estado queniano. Cumpre salientar, ainda, que o encerramento da unidade não teve qualquer relação com o cumprimento da assistência humanitária a qual os administradores se propõem. Prova disto é a queda

¹⁶³ Dentre os 468.731 refugiados recebidos no Quênia, no ano de 2017, 208.550 foram encaminhados ao Complexo de Dadaab, valor correspondente a 44% da população total que deu entrada no Estado (UNHCR, 2018a).

¹⁶⁴ São exemplos de ONGs e OIs a Cruz Vermelha (CV), os Médicos Sem Fronteiras (MSF), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Cooperative for Assistance and Relief Everywhere (CARE).

¹⁶⁵ Esta questão será analisada no tópico 3.2, que discute especificamente sobre a possibilidade de os campos de refugiados serem locais de vivência do estado de exceção em caráter permanente.

¹⁶⁶ Segundo o dicionário Aurélio (2018), resiliência significa a “1- Propriedade de um corpo de recuperar a sua forma original após sofrer choque ou deformação. 2 - Capacidade de superar, de recuperar de adversidades”.

no quantitativo de repatriações voluntárias dos refugiados no Complexo de Dadaab entre os anos de 2014 e 2018. Em 2014, atingiu o número de 485 pessoas. Em 2015, houve um aumento para 5.616. Em 2016, cresceu perceptivelmente, atingindo a marca de 33.213 refugiados. Em 2017, deu-se início a uma desaceleração no crescimento dos pedidos, tendo sido registrado 33.398 casos. Até outubro de 2018, foram realizados apenas 2.947 requerimentos (UNHCR, 2018d). Assim, não restam dúvidas que o fechamento de Kambioos não é resultado de uma efetiva assistência humanitária capaz de promover a integração, a reinserção ou o retorno dos refugiados à sociedade fora dos muros.

Em verdade, o argumento utilizado foi a da necessidade de redistribuição dos recém-chegados para os demais campos por questões de distância. Mas como poderia ter sido este o real motivo, quando Hagadera (Figura 06) é tão longe quanto? E, mais, qual a lógica de tê-lo fundado com a finalidade de descongestionar a periferia de Hagadera se, depois, iria redistribuir os habitantes de Kambioos em outros campos de refugiados? Em um primeiro momento, não parece fazer sentido a criação do último departamento de refugiados. Contudo, ao analisar sob a perspectiva biopolítica, percebe-se que, aparentemente, a real justificativa para todo o desgaste financeiro e logístico foi a exclusão dos moradores periféricos da região de Hagadera. Do mesmo modo que os refugiados são forçados a abandonar sua situação de “estar à margem” da relevância da proteção dos direitos humanos em seus próprios países, os moradores periféricos também são excluídos e obrigados a se locomoverem dentro dos campos de refugiados em busca de uma mínima proteção¹⁶⁷. Nesta perspectiva, Birman (2009, p. 361) assume o estabelecimento de “(...) campos em lugar de cidades, silêncio e controle sob cuidados humanitários e autoridade administrativa em lugar de espaços públicos heterogêneos” como forma de mascarar a “urgência sem fim” ali vivenciada.

Sobre a população majoritária dos campos de Dadaab, de acordo com a UNHCR (2018d), cerca de 96,2% de seus integrantes são de origem somali, provenientes da guerra civil na Somália, que teve origem no ano de 1990. Apesar de o conflito armado ter iniciado na década de 90 do século XX, os problemas sociais,

¹⁶⁷ Esta situação gera uma hipervulnerabilidade do agente passivo ao submetê-lo a uma exclusão ainda maior do que os demais desiguais que se encontram em um mesmo ambiente (CRENSHAW, 2002; CARVALHO, ÁVILA, 2016).

históricos e políticos remontam à organização deste Estado-nação em clãs e à guerra de Ogaden, datada de 1977 (ABILD, 2009). Desta batalha entre a Somália (apoiada pelos EUA) e a Etiópia (apoiada pela ex-URSS)¹⁶⁸ decorreu o agravamento da manutenção do sistema de clãs¹⁶⁹, da corrupção e da violência. No território somali especificamente, este quadro perdurou durante a década de 80 até a Guerra Fria, período que a importância da Somália para os Estados Unidos cessou (ABILD, 2009; DE WAAL, 1997). No ano de 1990, a rivalidade entre os clãs patrocinada por Siad Barre¹⁷⁰, presidente da Somália entre os anos de 1969 e 1991, dividiu a nação em grupos de libertação, Somali National Front, Somalia National Movement e Somali Salvation Democratic Front (ABILD, 2009). Após a queda de Barre, em 1991, os grupos mencionados iniciaram uma guerra civil que favoreceu a imigração da população civil para a Etiópia e o Quênia devido à seca, à violência, à corrupção e à decadência do Estado (DERSSO, 2009).

A guerra civil na Somália ocasionou uma crise de refugiados africana que teve início na década de 90 e perdura até hoje, cuja principal consequência é o deslocamento de civis na condição de refugiados para países vizinhos, principalmente para o Quênia. Sob o argumento de organizar o contingente de indivíduos que se encaminham para este país, o governo queniano aprovou a criação do complexo de Dadaab, no ano de 1991, com a possibilidade de lotação, inicialmente, de 90.000 pessoas e, depois, para cerca de 170.000 habitantes (UNHCR, 2015a). Porém, em abril de 2018, o número de refugiados registrados oficialmente já havia ultrapassado consideravelmente o limite, atingindo o quantitativo de 225.557 habitantes (UNHCR, 2018b)¹⁷¹. Ressalte-se que, dentre as pessoas que vivem nos campos de refugiados, parte delas são crianças que nasceram no local e desconhecem a realidade fora do Complexo.

O registro dos refugiados é realizado na chegada, com avaliação médica e entrega de cesta básica para a estadia por 21 dias (CBC, 2013). Todavia, em 2007, as fronteiras foram fechadas por conta da superlotação do complexo, o que acarreta até hoje na entrada de pessoas através da “corrupção das forças de segurança das

¹⁶⁸ A Somália foi o país foi derrotado.

¹⁶⁹ Este sistema se baseava na ideia de “dividir para governar” de Siad Barre, presidente da Somália.

¹⁷⁰ Barre iniciou seu mandato através de um golpe em 1969 e permaneceu no poder até 1991. Este governante favoreceu o seu clã através da indicação de mais da metade dos ministros durante os anos que esteve no comando do país (RAMOS, 2012).

¹⁷¹ De acordo com os dados, 51% são mulheres (CARE, 2018) e 58% são crianças (UNHCR, 2018c).

fronteiras”¹⁷² (SIMPSON, 2010) por meio de “recompensas” em favor da polícia local. Como forma de ingressar no Complexo de Dadaab e de se esquivar de medidas como agressão, deportação ou prisão ilegal, os refugiados, principalmente mulheres e crianças, são submetidos à violência sexual (SIMPSON, 2010). Quando a extorsão não possui êxito, algumas pessoas se abrigam aos entornos dos campos de refugiados em barracas improvisadas e sem estrutura para os indivíduos que vivem ali, formando as periferias, como é o caso de Hagadera Outskirts.

Sobre as condições internas do complexo, sabe-se que elas também atendem ao caráter de controle biopolítico exposto anteriormente. Com relação à estrutura propriamente dita, as unidades seguem, em sua forma original, modelos planejados por arquitetos para permitir tão somente o mínimo para “fazer viver”, em termos agambenianos. Logo após construídos, os campos são alinhados e cada um deles é integrado por comunidades, blocos e setores: as comunidades se referem às famílias; cada bloco abriga 16 comunidades; e cada setor possui 4 blocos (UNHCR, 2007) (Figura 07 e 08). Ultrapassados os anos iniciais, as estruturas dos departamentos vão sendo alterados pelos próprios moradores dos blocos e pelos próprios refugiados que se aglomeram nas periferias dos campos de refugiados como forma de reterritorialização ¹⁷³ de seu espaço (Figura 09). Para os recém-chegados, a modificação de sua nova residência significa mais do que uma reestruturação propriamente dita, mas uma identificação com sua nação. Seria, portanto, mais um paradoxo na transposição de fronteiras visíveis e invisíveis e, principalmente, uma espécie de resistência ao modo de vida imposto pelo poder soberano.

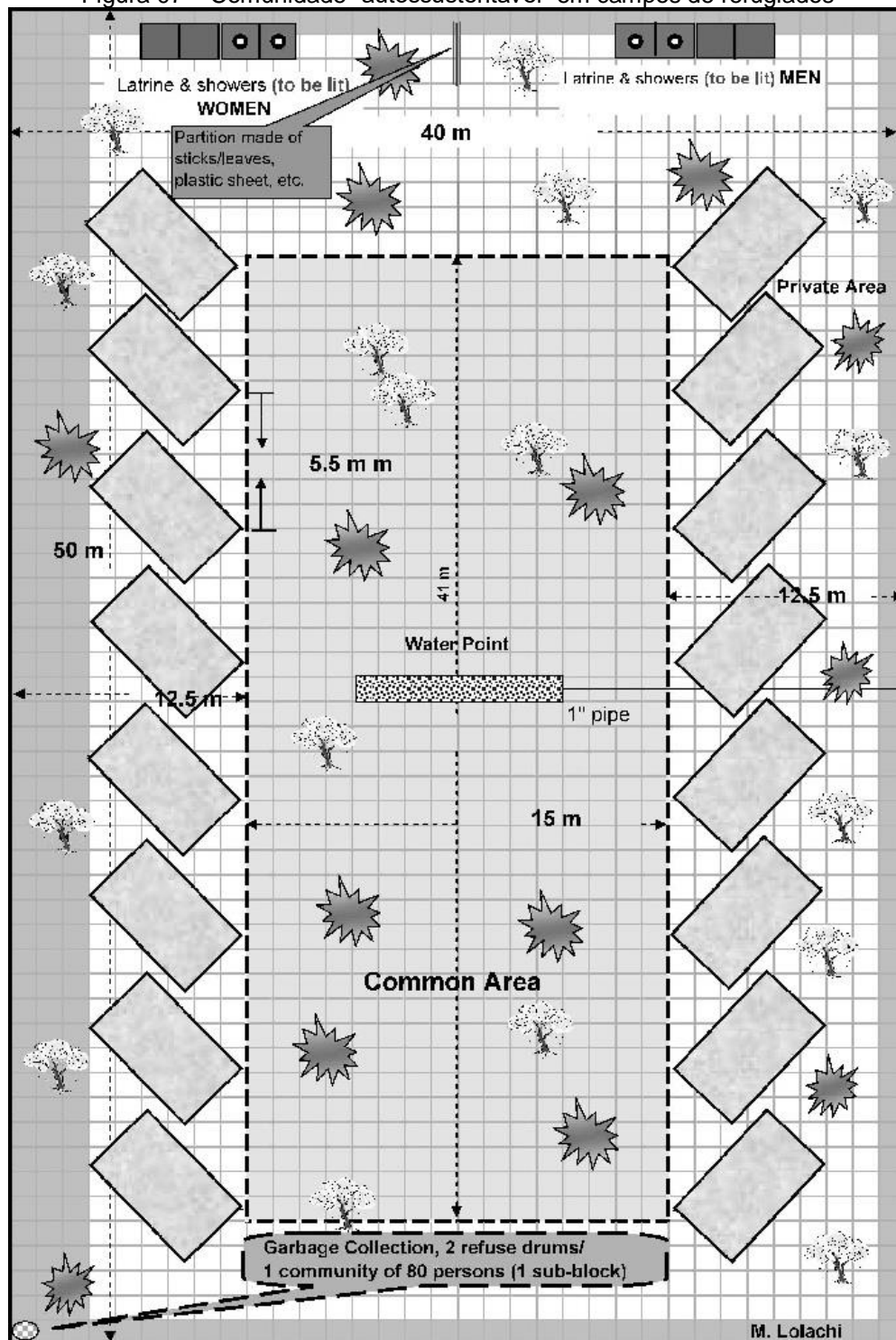
Ainda sobre a conjuntura interna, o sistema educacional é insatisfatório, posto que não existem escolas suficientes que comportem a quantidade de crianças que vivem no local, estando matriculadas menos da metade dos infantes com idade escolar. Além disto, outros fatores como religião, idioma, falta de recursos para custear materiais escolares e fardamento, distância do abrigo até a unidade educacional e suscetibilidade à violência os impedem de frequentar as aulas (NRC, 2012). Com relação ao trabalho, as legislações do Quênia não permitem que os refugiados sejam empregados, sendo autorizada tão somente a participação em cursos de profissionalização masculina ou o desenvolvimento de atividades internas. A principal

¹⁷² Denominação apresentada por Simpson (2010) para explicar a entrada não permitida de civis após a superlotação do Complexo de Dadaab.

¹⁷³ Esta medida ocorre de maneira limita, como será exposto no tópico 3.2.

delas é o comércio, através do qual os abrigados constituem sua renda ou a utilizam como moeda de troca. Outra situação alarmante é a vedação de concessão de nacionalidade queniana e/ou somali para os refugiados que nascem dentro dos campos de refúgio (PAYNE, 2013).

Figura 07 – Comunidade “autossustentável” em campos de refugiados



Fonte: UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Handbook for emergencies**. 3. ed. 2007, p. 224. Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/46a9e29a2.html>>. Acesso em 08 nov 2018.

Figura 08 - Campo de Dagahaley, no Complexo de Dadaab



Fonte: REVISTA VEJA. **Dadaab**: O maior campo de refugiados do mundo. 2016. Fotógrafo: Oli Scarff. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/dadaab-o-maior-campo-de-refugiados-do-mundo/> >. Acesso em 06 nov 2018.

Em que pese a construção de campos de refugiados para o abrigo de deslocados se apresente abstratamente como uma ideia de acolhimento humanitário e temporário viável e respeitável, a prática se perfaz, mais uma vez, com respostas inefetivas e biopolíticas¹⁷⁴. No caso da África, o cenário internacional da corrida imperialista, da Guerra Fria e da permanência dos Estados Unidos no continente pós-tensões políticas confirmaram o interesse político na administração das vidas ali presentes. A gerência foi sentida, por exemplo, através da expulsão de famílias originárias de suas terras, da atuação de grupos terroristas e da acentuação de

¹⁷⁴ Grbarc (2013, p. 22, tradução livre) observou que “no plano conceitual, o Manual [para Emergências] não faz menção à cidadania. Em vez disso, noções de pertencimento, direitos, responsabilidades e obrigações sociais são emoldurados por uma abordagem baseada na comunidade e estruturada em torno de serviços comunitários. O ACNUR a define como ‘uma estratégia abrangente de parceria, um processo e uma forma de trabalhar com pessoas de interesse que reconhece capacidades individuais e coletivas [dos refugiados] (...)’ (ACNUR, 2007, p. 182). Esta abordagem parece promissora na medida em que reconhece a importância da capacitação e participação genuína (Stevenson 2012, p. 140). No entanto, a linguagem usada no Manual [para Emergências] para descrever os atores envolvidos, parece incompatível com sua visão e seus objetivos”. Em inglês, “on a conceptual level, the Handbook makes no mention of citizenship. Instead, notions of belonging, rights, responsibilities, and social obligations are framed by a community-based approach and structured around community services. UNHCR defines the community-based approach as ‘an inclusive partnership strategy, a process, and a way of working with persons of concern that recognizes [the refugees] individual and collective capacities and resources and builds on these to ensure their protection’ (UNHCR 2007:182). This approach seems promising in that it recognizes the importance of empowerment and genuine participation (Stevenson 2012:140). However, the language used in the Handbook to describe the actors involved in this approach seems incompatible with the vision and aims of the approach”.

desigualdades sociais devido a forças político-econômicas (OXFAM, 2016). Como forma de resistência e resiliência, os africanos forçadamente deslocados se conectam através de redes de campos de refugiados ou de outros tipos de abrigos à medida que se locomovem. Assim, ao mesmo tempo em que as fronteiras são transpostas, os recém-chegados se tornam refém de seus limites físicos e ideológicos.

Um dos pontos de conexão de redes é o Complexo de Dadaab, situado no Quênia, com população majoritariamente somali, fugidos dos conflitos em seu país. O centro de refugiados é composto atualmente por 04 unidades superlotadas, mas que continuam a receber novos habitantes. Neste ambiente, observa-se o exercício do biopoder desde as trocas de favores íntimos e pessoais para a permissão de entrada no complexo até a administração interna do local. Segundo relatórios, não há mantimentos básicos suficientes e educação disponível para todos. Do mesmo modo, medidas arbitrárias, como o fechamento do campo de Kambioos, são adotadas sem um estudo prévio sobre os impactos para a população. Nesta senda, fomenta-se a vida indigna de ser vivida de maneira contínua e deixa-se morrer pela inobservância dos direitos fundamentais.

3.2 Complexo de refugiados em Dadaab: vidas nuas em estado de exceção de caráter permanente

A principal questão sobre o Complexo de Dadaab se refere, então, à ausência de provisoriedade do estado de exceção ali instaurado. Assim como as paradoxalidades que serão apresentadas, não existem quaisquer diretrizes nacionais e/ou internacionais que indiquem o que se entende sobre o caráter de provisoriedade dos campos de refugiados. Peteet (2005, p. 222, tradução livre) relatou que “os palestinos vivem em um ‘estado de emergência’ lembrando a afirmação de Walter Benjamin de que ‘não é a exceção, mas a regra’ (1968)”¹⁷⁵. Ainda que a afirmação se refira à conjuntura dos palestinos, a questão pode ser aplicada também aos refugiados que habitam o Complexo de Dadaab. Isto porque há uma situação de emergência – deslocamento forçado de indivíduos de Estados vizinhos em sua maioria – que é apresentada como algo fora do comum e que, portanto, necessita tão somente de uma medida paliativa – construção de campos de refugiados de natureza temporária

¹⁷⁵ Em inglês, “palestinians live in a ‘state of emergency’, recalling Walter Benjamin’s statement that it is ‘not the exception but the rule’ (1968)”.

e humanitária. Este é o cenário de temporariedade disposto ilusoriamente para aqueles que se encontram distante – física e/ou cientificamente¹⁷⁶ – da realidade apresentada naquele ambiente.

Ao analisar os dados expostos nesta pesquisa, corrobora-se com Peteet (2005) e se conclui não pela provisoriedade, mas pela natureza permanente que os campos de refugiados têm adquirido ao longo dos anos. Primeiro, porque os atores internacionais que instigam conflitos no Chifre da África continuam instalados na região, sem que haja previsão de saída. Pelo contrário, eles incentivam, inclusive, a abertura de campos com o objetivo de isolar os refugiados, produtos indesejáveis dos conflitos, a fim de manter o controle biopolítico na região. Nesta perspectiva, o soberano escolhe quem deve ser incluído e quem deve ser excluído do sistema internacional de garantia dos direitos do homem não só no aspecto individual como também na questão sobre o local de armazenamento destas pessoas. Depois, porque há um crescimento da formação de grupos terroristas contrários a estes sujeitos externos, o que intensifica ainda mais os confrontos armados. Em regra, estes agrupamentos nascem contra os atores externos ou para se aproveitar da situação caótica instaurada no país. De uma forma ou de outra, acabam por auxiliar no amedrontamento da população local no que diz respeito ao estrangeiro, tendo em vista a associação entre o desconhecido e o fora da lei¹⁷⁷.

Por conseguinte, há um crescimento considerável de campos de refugiados¹⁷⁸ devido ao deslocamento forçado pelas guerras civis. Por outra via, não há um aumento na mesma proporção da assistência humanitária no sentido de concessão de maior área para o abrigo dos recém-chegados e de aumento no número de funcionários que realizam o acolhimento. Pelo contrário, o campo de refugiados de Kambioos, em Dadaab, foi inaugurado no ano de 2011, reconhecido pelo Quênia em 2013 e encerrado em 2017 sem que tivesse atingido seu principal objetivo de repatriar ou de reintegrar todos seus habitantes. Ademais, não foi apresentada qualquer justificativa plausível, já que, ao contrário do que se argumenta que era esperado, houve uma

¹⁷⁶ Refere-se à distância científica como o desconhecimento da realidade do objeto de estudo.

¹⁷⁷ O fora da lei é uma expressão utilizada por Agamben (2010) para se referir às pessoas não incluídas pela legislação internacional e/ou doméstica. Neste caso, os foras da lei dizem respeito aos refugiados e aos grupos terroristas. Apesar de nenhum deles estar abrangido pelas normas jurídicas, há uma grande diferença na atuação de ambos os sujeitos.

¹⁷⁸ Por exemplo, a criação de Ifo 2 e de Kambioos, no ano de 2011.

redução no número de saída dos deslocados. Seriam, então, os campos de refugiados o novo local de depósito permanente de vidas nuas pelo poder soberano?

Segundo Peteet (2005, p. 223, tradução livre), “esse tipo de transferência silenciosa [campo de refugiado] evita a condenação internacional e coloca os palestinos na categoria de migrantes voluntários, em vez de refugiados com reconhecimento internacional”¹⁷⁹. A mesma situação se manifesta quanto aos refugiados que vivem no Complexo de Dadaab, já que também não há reconhecimento da situação ali instaurada. Observa-se, portanto, que os conflitos internos provocados pelos atores internacionais se tratam de um jogo de poder político que visa retirar a natureza jurídica de refugiado dos deslocadamente forçados na África. São quatro os motivos, todos em conjunto com a administração paradoxal da biopolítica: a) ausência de indicação sobre sua duração máxima, fator permissivo das diversas prorrogações para o fechamento dos campos; b) desnacionalização; c) desumanização e d) politização dos campos de refugiados encoberta pelo argumento de assistência humanitária.

Em que pese a maioria destes pontos possam ser identificados em nível global para os demais campos existentes no mundo¹⁸⁰, eles serão analisados especificamente sob sua perspectiva no Complexo de Dadaab, tendo em vista ser este o objeto da pesquisa. Dito isto, a ausência de indicação sobre a duração máxima dos campos de refugiados muito provavelmente é um dos elementos que mais influencia no reconhecimento internacional da categoria dos refugiados nesta região. Isto porque não existem regulamentações que restrinjam o limite razoável para a duração dos abrigos sem que eles ultrapassem o caráter temporário. No caso dos campos de refugiados de Dadaab, seu encerramento estava programado para maio de 2016. No entanto, desde então, há prorrogação semestral para ampliação do prazo. Sendo assim, a medida que deveria ser paliativa tem se prolongado por mais de 02 anos. E, até a última decisão da Suprema Corte do Quênia em fevereiro de 2017 (NEW YORK TIMES, 2017), seu fechamento foi anulado por definitivo sob o argumento de que ainda é possível visualizar no local a concepção original de assistência humanitária e proteção dos refugiados. Decorrem destes adiamentos os

¹⁷⁹ No original, “this kind of silent transfer avoids international condemnation and puts Palestinians in the category of voluntary migrants rather than refugees with international recognition”.

¹⁸⁰ Exceto quando há um deslocamento intercontinental. Por exemplo, os campos localizados na Europa, via de regra recebem refugiados vindos de outros continentes.

demais fatores que influenciam na caracterização da permanência do estado de exceção, como será demonstrado a seguir.

Sob a ótica biopolítica, sabe-se que o soberano é capaz de administrar todos os aspectos da vida de indivíduos que estejam na órbita de sua atuação por meio de processos de desnacionalização e de desumanização. É indiscutível, portanto, que há um campo utilizado como local de exclusão do sistema internacional de direitos humanos e de inclusão na órbita de gerência da vida que não merece ser vivida. Sobre os procedimentos adotados, um dos objetivos das autoridades perante as minorias é promover a desnacionalização, retirando a característica de identidade nacional comum à maioria dos homens. Isto porque o próprio Estado, ao estabelecer o sistema internacional dos Direitos do Homem, separou a figura do cidadão e do homem (ARENDT¹⁸¹, 2012). Este último caracterizado, por exemplo, pelo apátrida, indivíduo sem vinculação com qualquer Estado nacional, e pelo refugiado, homem sem vinculação com o território no qual se encontra abrigado por ter abandonado seu país de origem, como é o caso dos refugiados em Dadaab. Neste sentido, os países não estão preocupados em lidar com pessoas que não tenham vínculo jurídico de nascimento ou de consanguinidade. Sem a identificação com a nova nação, o deslocado se torna mais suscetível à desumanização efetivada pelo exercício do poder soberano. Através deste processo, o soberano detém o poder de reduzir as minorias a vidas que não merecem ser vividas, denominadas por Agamben (2010) de vidas nuas. Assim, remove-se as últimas subjetividades inerentes a cada uma das vidas refugiadas.

Para intensificar o controle sobre estas pessoas captadas pelo sistema, o soberano estabelece um estado de exceção, no qual não serão editadas leis e aquelas já existentes serão suspensas pelo período em que durar a situação excepcional. Assim, via de regra, a circunstância escolhida é de caráter temporário em razão da natureza de exceção. Porém, é possível visualizar algumas situações em que a provisoriedade se transforma em permanência. Neste sentido, são os casos nos quais as vidas despojadas de seu hábitat societal são simplesmente depositadas em campos físicos e/ou ideológicos sem qualquer assistência referente aos direitos

¹⁸¹ Arendt também identificou o processo de assimilação utilizado contra os judeus antes de os alemães promoverem a desnacionalização e a desumanização. Ao analisar a situação contra os refugiados, verifica-se que aquele instrumento não é aplicado aos deslocados, pois eles não possuem vantagens materiais a serem oferecidas em troca de sua assimilação, como refletido no capítulo 2.

mínimos para sua sobrevivência e sem previsão de instrumentos eficazes para pôr fim à situação de emergência. No caso do Complexo de Dadaab, sabe-se que não há legislação no Quênia que garanta direitos humanos aos refugiados que residem em seu território¹⁸².

Pelo contrário, o que existem são regulamentações negativas acerca da situação, como é o caso das proibições de concessão da nacionalidade queniana aos recém-chegados que vivem nos campos. Outrossim, coíbe-se a utilização de árvores para fabricação artesanal de abrigos, a construção de casas de alvenaria, o fornecimento de saneamento básico e de eletricidade e o cultivo de agricultura para venda em comércio¹⁸³ (SILVA, 2016, p. 176). Depreende-se, assim, que não é oportunizada a equiparação de direitos e de deveres entre os quenianos e os refugiados, inclusive no que tange às garantias internacionais de direitos humanos, tidos como proteções mínimas em prol do homem.

Do mesmo modo, não é possível o desenvolvimento de melhorias que venham a permitir que os campos sejam caracterizados como cidades, segundo a tradição dos moradores, sob o argumento de que o local deve preservar seu caráter de emergência. No entanto, ao analisar o conjunto de decisões soberanas em formato de regulamentações negativas tomadas pelo Quênia e por outros atores internacionais que interferem na região, verifica-se que esta fundamentação é utilizada para camuflar as expectativas de o ambiente se tornar uma cidade organizada e constituída por estrangeiros. Tudo isto em favor da atuação de governos que intervêm discricionariamente na região. O poder atuante na região de Dadaab sequer reconhece a extensão e o desenvolvimento local que, se comparada às cidades do Quênia, atingiria a posição de terceira maior urbe (FISBERG, 2013). Ainda que os refugiados se esforcem para moldar as estruturas locais segundo sua cultura, o biopoder se caracteriza como instrumento arbitrário e repressivo a favor de quem detém o controle da situação dentro de um estado de exceção criado pelo próprio soberano. Logo, “(...) eles não existem oficialmente e pode-se dizer que tudo está à imagem dessa inexistência aparente e dessa ausência de reconhecimento” (AGIER, 2011, p. 132).

¹⁸² Durante o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se legislações africana e queniana protetivas dos campos de refugiados, porém não se obteve sucesso. As únicas normas domésticas encontradas foram de proteção à pessoa do refugiado na Organização da Unidade Africana e na Constituição do Quênia.

¹⁸³ O desenvolvimento da agricultura para a subsistência da família é permitido.

Além de não existir um conjunto jurídico internacional e doméstico sobre a organização e a administração dos campos de refugiados, também não há normas que regulamentem a duração máxima destes ambientes. Sem uma previsão da data final do complexo, o local que deveria ter como características o estado de emergência, a assistência humanitária e a provisoriedade se transformam em uma área de controle permanente pelas autoridades locais. Por conseguinte, sem um planejamento temporal sobre quando todas as atividades de emergência devem ser concluídas, não há também meios para se obter êxito nas ações humanitárias discutidas no capítulo 2, como a inserção dos refugiados na cultura do país receptor, o envio para reassentamentos ou a repatriação. Neste sentido, o poder soberano impera em todos os aspectos das vidas que ali são depositadas sem que haja um interesse sobre quando o domínio sobre elas irá ter fim.

O desinteresse pela organização administrativa e temporal é proveniente do fato de a vida nua ser caracterizada por minorias, a quem são mais fáceis de serem afanadas da comunidade para campos estrategicamente planejados por não serem notadas¹⁸⁴ pelos demais indivíduos. Para o soberano, as determinações legais sobre a pessoa do refugiado são suficientes para demonstrar à comunidade internacional a inclusão destes indivíduos no ordenamento jurídico. Conforme é discutido neste trabalho, sabe-se que as garantias efetuadas em favor desta classe estão inscritas teoricamente, mas estão distantes de alcançar o nível de efetividade necessário para um ser humano. Ainda assim, o fato de haver inscrição legal sobre o tema já simula uma atenção do Estado para com os recém-chegados, o que desvia a atenção sobre sua execução. Ao agir desta maneira, é possível, então, promover a exclusão destes vulneráveis por intermédio de vazios normativos em outros aspectos protetivos que estejam no entorno do assunto.

Este é o caso da ausência de normatização do local no qual os recém-chegados vivem, a fim de encontrar ali uma brecha para atuação do biopoder. No novo ambiente em que passará a sobreviver, o “*homo sacer* contemporâneo” (CARVALHO, 2017) continuará invisível para os demais integrantes da comunidade externa, porém será observado de perto por autoridades controladoras. No Complexo de Dadaab, por exemplo, não é possível que os refugiados ultrapassem as fronteiras sem que tenha

¹⁸⁴ A visibilidade aqui expressada pode ser literal ou no sentido de não ter relevância para o outro.

sido concedido o passe autorizador¹⁸⁵, situação semelhante à dos judeus nos guetos¹⁸⁶. Inclusive, no ano de 2015, o controle se tornou mais intenso, em razão de ataques terroristas do grupo Al Shabaab. Caso esta condição¹⁸⁷ seja desrespeitada, os envolvidos são punidos com retaliação, prisão ou deportação, de maneira que o complexo passou a ser chamado de “prisão a céu aberto” por seus moradores (GRAYSON, 2015, p. 02, tradução livre)¹⁸⁸. Esta é a primeira paradoxalidade enfrentada ao se ingressar no campo.

Outras paradoxalidades constatadas no continente africano são a criação de campos de refugiados; a heterogeneidade de etnias depositadas num só espaço¹⁸⁹; e o fechamento do campo de Kambioos em menos de cinco anos após a inauguração¹⁹⁰, por exemplo. Portanto, este é um verdadeiro modelo de campo não só físico como também ideológico, conforme descrito por Agamben. E, mais, é um ambiente onde vidas nuas são administradas por diversos atores do cenário internacional, como Estados Unidos¹⁹¹, Quênia e grupos terroristas, que provocam e patrocinam grande parte dos conflitos africanos. Aqui, é possível visualizar a politização dos campos de refugiados ao permitir que seja afastado o caráter de assistência humanitária e seja agregado o controle do *corpus* pelos Estados, inclusive por aqueles atores que possuem influência direta no deslocamento dos indivíduos. Neste sentido, a África se tornou um espaço de todos e, ao mesmo tempo um espaço de ninguém.

¹⁸⁵ Na maioria dos casos, o passe só é concedido em situações de emergência médica e de educação.

¹⁸⁶ Segundo Bauman (2005, p. 49), “os portões do gueto eram vigiados do lado de fora por policiais alemães e poloneses e do lado de dentro pela milícia judaica (*Ordnungsdienst*). Só quem tinha uma permissão especial podia entrar ou sair... Em outubro de 1941 as autoridades anunciaram que o ato de sair do gueto sem permissão seria punido com a morte...”.

¹⁸⁷ Utilizou-se o termo condição e não regra, pois não há legislação que identifique a determinação como norma jurídica.

¹⁸⁸ Em francês, “les réfugiés des camps de Dadaab, eux, qualifient les camps de prisons à ciel ouvert”.

¹⁸⁹ Muito embora cada bloco de refugiados seja dividido por diferentes grupos, a reunião de diversas etnias africanas numa mesma comunidade e, pior, num mesmo complexo sem o respeito de suas diferenças lembra a anexação de diversos países europeus ao final da Primeira Grande Guerra. Cumpre salientar, neste sentido, semelhança entre os acontecimentos após este agrupamento. Na Europa, uma das consequências foi a eclosão da Segunda Grande Guerra. Enquanto que, no continente africano, intensificaram-se os conflitos internos. Por exemplo, um dos motivos de desentendimentos entre refugiados em Dadaab e vilarejos quenianos próximos é a utilização da água das proximidades, bem como da extração da madeira de árvores para construção de abrigo e para lenha, atividades proibidas pelo governo do Quênia para evitar impactos ambientais na região árida.

¹⁹⁰ Esta matéria foi discutida anteriormente no tópico 3.1.

¹⁹¹ Ressalte-se que o exemplo indicado é o dos Estados Unidos, mas existem outros Estados que também exercem influência na perspectiva de atores internacionais. Justifica-se a menção aos EUA por conta do marco histórico apresentado anteriormente e por ser um dos países com maior visibilidade no local.

Então, o continente é gerido por poderes soberanos com diversos interesses políticos e econômicos na região sem que haja respeito aos povos originários. Durante a corrida imperialista, a justificativa era proporcionar a aplicação do direito internacional e dos direitos humanos aos clãs africanos, taxados como menos complexos em nível de desenvolvimento. Não obstante, como indicado anteriormente, estas interferências externas provocaram não só a desorganização societal africana como também conflitos entre clãs e o deslocamento dos povos originários que perdem a condição de nacionais e se transformam em refugiados em países vizinhos.

Esta locomoção formou uma rede de campos, compostos por complexos de refugiados que têm sua existência prolongada ao longo dos anos e outros abrigos, de fato, temporários. Apesar do desarranjo perpetrado com o imperialismo, os poderes soberanos continuam a promover argumentos sobre falsos benefícios de sua atuação contra o cenário de emergências¹⁹². Agora, com o argumento da viabilização de assistência humanitária dos campos de refugiados fundada pelos próprios financiadores destes conflitos, entre eles o Complexo de Dadaab. Todavia, estes locais são ambientes de controle de vidas indesejáveis que já duram muitos anos, como é o caso do Complexo de Dadaab que completou 27 anos em 2018. De outro lado, a maior parte da população local, apesar de tentar resistir através da sobrevivência, não detém consciência de sua real situação de vidas nuas. Assim, a África e seus campos são compostos por “(...) múltiplos poderes tanto no que se refere à interseção entre diferentes escalas e modalidades de poder quanto em suas distintas dimensões” (HAESBAERT, 2014, p. 92).

Dentro dos muros de Dadaab, há cinco campos de refugiados e alojamentos de organizações internacionais com caráter humanitário. No entanto, é possível simplificar a divisão e mencionar que existem dois campos antagônicos num mesmo ambiente. Um deles são os abrigos dos organismos internacionais com edificações bem estruturadas e *modus vivendi* privilegiado; o outro, são os próprios campos de refugiados com estruturas precárias e vivência simples (FISBERG, 2013). Sob esta

¹⁹² A conotação do termo emergência quando utilizado pelos poderes soberanos se refere ao falso argumento de desenvolvimento da região, a fim de justificar sua intervenção política e econômica. Por outra via, a palavra adquirirá outro sentido quando utilizada como “estado de emergência”. Quando se utiliza esta expressão, faz-se menção à inobservância dos direitos humanos e à precarização da vida. Neste sentido, recorda-se da ambiguidade da utilização do discurso dos direitos humanos, discutido no capítulo 2.

perspectiva, verifica-se, mais uma vez, a paradoxalidade do discurso “em favor”¹⁹³ dos deslocados. A separação entre os assistentes humanitários e os refugiados é planejada como uma distinção entre indivíduos com maior e menor qualidade de vida. Por exemplo, os alojamentos das organizações são cercados por muros altos e vigias; e seus funcionários cumprem suas missões sempre escoltados¹⁹⁴ (FISBERG, 2013). Em contrapartida, a instalação de comunidades há poucos quilômetros de distância é um instrumento estratégico para lembrar constantemente sobre o exercício do poder soberano sobre as vidas dos recém-chegados. Estes são, inclusive, argumentos que complementam a discussão de que tais complexos não se apresentam como uma evolução das zonas de segurança, conforme debatido no capítulo 2.

Outra prova da excepcionalidade que permeia os campos de Dadaab é o discurso em favor da segurança nacional articulado pelo governo queniano. De acordo com Derrida (2003) e Bauman (2017), os cidadãos de países receptores de deslocados já possuem um medo natural do outro por ser desconhecido. Com manifestações de ordem securitizadora, aumenta-se o nível de receio ao transformar, com maior facilidade, o abstrato em real devido à aproximação entre fala e imaginação. Assim, quando o Quênia anuncia que os recém-chegados são uma ameaça ao mercado de trabalho na região (BHER PROJECT, 2012), torna-se mais concreto o motivo pelo qual se tem receio do estrangeiro. E, muito embora a legislação queniana proíba os residentes dos campos de refugiados de laborarem em seu país, deixa-se de dar ênfase a esta situação para focar nos enunciados com base na segurança nacional. Esta atitude garante um sentimento de maior proteção dos cidadãos quenianos contra os habitantes dos campos de refugiados existentes na região.

Como se não bastasse, até outubro de 2018, foram registradas cerca de 10 nacionalidades dentro do Complexo de Dadaab (UNHCR, 2018). Esta mescla de nações é interessante sob o ponto de vista de interação entre culturas. Porém, esta ação deve ocorrer, em um primeiro momento, de maneira assistida. Isto porque há, nesta fusão, povos que não possuem um relacionamento harmonioso, principalmente

¹⁹³ Utilizou-se as aspas, pois se sabe que o discurso se apresenta como protetor dos refugiados; porém, em verdade, pratica-se a arbitrariedade contra os mesmos.

¹⁹⁴ Florêncio (2016) entrevistou Deborah Duarte Franco, psicóloga no Médicos sem Fronteiras, que relatou ser mais difícil efetuar as missões quando acompanhadas de vigilantes armados. Segundo ela, há uma maior resistência dos habitantes dos campos, já que os armamentos os recordam dos conflitos que os fizeram abandonar seu Estado natal.

no que se refere à religião, à etnia e à homofobia (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002). Por exemplo, os somalis – maior população dos campos de refugiados de Dadaab – são muçulmanos e os sudaneses do sul e os etíopes – segunda e quarta maiores populações, respectivamente – são cristãos. Neste sentido, a probabilidade de que sejam ocasionados conflitos dentro dos campos é alta devido a divergências nas vestimentas, nos costumes, nas permissões religiosas¹⁹⁵ e na autorização de matrimônios entre indivíduos de diferentes religiões¹⁹⁶.

Apesar das restrições impostas aos campos em Dadaab, os refugiados tentam se aproximar ao máximo de sua vida antes de habitarem o campo. Esta rotina tem como principais objetivos a produção de lembranças de suas famílias e de sua cultura, bem como de auxílio no desenvolvimento de atividades comuns na vida de homens livres. Por exemplo, aqueles que eram nômades tem o costume de racionar os itens de higiene e de alimentação entregues pela administração do complexo para vendê-los; enquanto os que eram agricultores, tentam montar uma pequena venda (FISBERG, 2013). Como estas atividades são desautorizadas pelas normas jurídicas do Quênia, quando são descobertas, os praticantes são obrigados a pagar imposto sobre o lucro obtido, sem que lhe seja conferido nenhum poder de reivindicar melhorias efetuadas com o valor tomado pelo governo (FLORÊNCIO, 2016). Por sua vez, em razão das poucas vagas nas escolas construídas nos campos, há implementação de escolas particulares (FLORÊNCIO, 2016). Considerando a ausência de vagas nas instituições públicas e a impossibilidade de custeio do ensino privado pela maioria das famílias refugiadas, o índice de frequência ao ensino básico é baixo, como informado no tópico 3.1. Com relação ao ensino superior, há projetos de universidades públicas estrangeiras em Nairóbi, como o do Kenyatta University (FLORÊNCIO, 2016). Todavia, com o enrijecimento da permissão de saída, também houve queda na frequência da graduação.

As paradoxalidades citadas comprovam a existência de vida nua sob a administração de diversos atores internacionais, atuando como soberanos capazes de exercer poder decisivo sobre a vida dos refugiados. Através das descrições e dos exemplos apontados, é possível verificar a inexistência de legislações quenianas em defesa dos refugiados e a ausência de aplicação das normas internacionais

¹⁹⁵ Os muçulmanos, por exemplo, configuram a homossexualidade como uma prática criminosa.

¹⁹⁶ Quando há casos neste sentido, recomenda-se que os recém-casados se mudem para outra comunidade, ainda que dentro do mesmo campo ou do mesmo complexo, a fim de evitar conflitos.

assecuratórias de seus direitos. Há uma série de restrições sobre a situação em que vivem os refugiados, porém não existe conjunto protetivo diante das condições de vulnerabilidade às quais são expostos nos campos. Por sua vez, o sistema internacional de direitos humanos não é aplicável por ser sobreposto pela ordem biopolítica. Além disto, passa-se longe de assistências humanitárias propriamente ditas, já que as próprias organizações se mantêm em um relacionamento distante entre seus funcionários e os habitantes dos campos. Neste sentido, o que impera naquele ambiente são as determinações restritivas do governo queniano e as decisões arbitrárias do governo norte-americano. Devido à ausência de interesse do cenário internacional sobre o assunto, as ordens soberanas se tornam invisíveis ou irrelevantes para o restante dos povos que não vivem na região e não sofrem diretamente as consequências. Portanto, ocorre, sem dúvidas, a desnacionalização, a desumanização e, por conseguinte, a produção de vidas nua e de situações excepcionais.

Desta maneira, verifica-se que os habitantes do Complexo de Dadaab criam redes de relacionamento – dentro mesmo complexo de campos¹⁹⁷ – no intuito de superar as barreiras visíveis impostas pelas autoridades administradoras do local, como foram os casos citados acima. É bem verdade que há sucesso quanto ao desenvolvimento destas atividades, de maneira que o escape encontrado se torna “a ‘contraface indissociável’ da contenção” (HAESBAERT, 2014, p. 288). Todavia, quando se trata dos limites ideológicos, preponderam-se “as geografias desiguais de poder e de status” (HYNDMAN, 2000, p. 27, tradução livre)¹⁹⁸. É neste ponto que se constata a gestão da vida nos moldes do soberano que não mais deixa viver e faz morrer, mas que, ao revés, faz viver e deixa morrer.

E, mais, este estado de exceção instaurado no Complexo de Dadaab pelo poder soberano possui a característica de permanência com base no binômio da inclusão-exclusão. Nesta perspectiva, a inclusão do refugiado ocorre através da edição de normas protetivas sobre este indivíduo, e a exclusão é disposta por meio da ausência normativa sobre o local no qual eles são inseridos. Sendo assim, fora dos muros, as legislações protetivas dos vulneráveis não detém a eficácia programada, razão pela qual é possível a captação das vidas indesejáveis para depósito nos

¹⁹⁷ O relacionamento entre complexos diferentes ainda é complicado, pois, como exposto anteriormente, a saída da área de isolamento é proibida pelas autoridades soberanas.

¹⁹⁸ No original, “uneven geographies of power and status”.

campos. Dentro dos muros, por sua vez, existe uma comunidade servível apenas ao interesse do poder soberano. Para tanto, desnacionaliza-se e desumaniza-se os indivíduos ali inseridos; e politiza-se e prorroga-se o ambiente repressivo no qual foram confinados. A partir da leitura de Hannah Arendt, Agamben (2015, p. 28) conclui que “(...) um estatuto estável do homem em si mesmo é inconcebível no direito do Estado-nação”. Com isso, o próprio autor argumenta que não há interesse nem previsão para o colapso dos campos de refugiados como fronteira intransponível e “protetiva” contra os sem cidadania e a favor dos com cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado anteriormente, entre os anos de 2015-2018, o número de refugiados teve um crescimento em torno de 9,4 milhões de pessoas. Em contrapartida, houve um crescente discurso político contrário à imigração e à concessão de *status* de refugiados aos deslocados que sofrem ou possuem fundados temores de violação de direitos humanos em razão de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Como se não bastasse, as medidas protetivas aplicadas a esta categoria não atingem a efetividade pretendida em razão de interesses biopolíticos do próprio Estado-nação. Este é o caso dos campos de refugiados de Dadaab, que não possuem direcionamentos sobre sua administração, em especial acerca da duração máxima. Permite-se, portanto, a prorrogação de sua existência, fator que modifica o propósito de assistência humanitária temporária em gestão biopolítica contínua. Neste sentido, pergunta-se se o prolongamento da existência do Complexo de Dadaab seria capaz de configurar estado de exceção em caráter permanente.

Para compreender a paradoxalidade da situação, resgatam-se duas principais legislações internacionais produzidas sobre a proteção do homem – na acepção ampla da palavra –, quais sejam a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Cumpre salientar que, além delas, foram editadas inúmeras leis internacionais e domésticas protetivas dos direitos humanos dos refugiados. Ainda assim, não se pode negar que há uma crise humanitária que não foi e não será superada simplesmente pela aprovação de novas normas jurídicas. Desde o século XX, Arendt (2012) apontou que a principal questão sobre os refugiados é muito mais complexa, tendo em vista que não se trata tão somente do ordenamento jurídico que resguarda o tema, mas também de como a estrutura estatal e sua forma de governo são compostas. De acordo com ela, o próprio termo Estado-nação comprova que os países apenas se dispõem a reconhecer como cidadãos aquelas pessoas nascidas em território nacional ou que possuem laços sanguíneos com o Estado. Desta maneira, há uma separação evidente entre a figura do homem e do cidadão, como já demonstrava a própria nomenclatura da Declaração de 1789, de maneira que a base estatal atual não é capaz de integrar homens e cidadãos em igualdade de direitos.

Como mecanismos segregatórios, Arendt (2012) identifica três elementos: a assimilação, a desnacionalização e a desumanização. Com relação ao primeiro instrumento, é possível identificar dois momentos. O primeiro quando a assimilação era utilizada para diferenciar a camada de estrangeiros com prestígio socioeconômico que poderiam oferecer trocas vantajosas para os nacionais, como era o caso dos judeus bancários que emprestavam dinheiro aos europeus. O segundo marco é evidenciado quando o homem *stricto sensu* não mais interessa ao cidadão quer pela ausência de recompensas quer pelo êxito na desnacionalização. Aqui, tem-se o segundo elemento, que se caracteriza pela retirada do sentimento de pertencimento através da desidentificação com a nacionalidade. E, mais do que isso, verifica-se a natureza de um duplo sentimento de abandono: do refugiado para com sua terra natal por motivos de violação de seus direitos básicos; e do Estado-nação para com o refugiado quanto à proteção destas garantias. Por fim, para além da desnacionalização, promove-se a desumanização com o objetivo de destitui-lo das demais características inerentes ao indivíduo, inclusive a vontade de viver.

A partir de então, a vida de alguns não-nacionais é tomada para ser administrada pelo poder soberano sem que se tenha consciência desta captura. Este é a ideia de biopoder abordada por Giorgio Agamben (2010) quanto à administração dos *corpus* vulneráveis objetos desta pesquisa. De acordo com o aporte teórico da biopolítica agambeniana, cabe ao soberano a decisão de classificação dos indivíduos que serão incluídos no grupo dos homens e dos cidadãos. Como desdobramento deste assunto, Agamben (2010) atinge dois níveis de percepção. O primeiro deles de que, ao mesmo tempo em que se gerencia a inclusão, há automaticamente a exclusão da outra esfera. Porém, esta exclusão apenas é conferida à parcela dos integrantes dos grupos minoritários em razão de sua vulnerabilidade. Explico: todo cidadão é, antes de tudo, homem; mas nem todo ser humano é cidadão. Inclusive dentro desta última categoria, há aqueles que possuem consciência de sua condição e tentam resistir através de movimentos sociais, por exemplo. E, por outra via, há também os que não possuem esta percepção e, por isso, são facilmente capturados pelo poder soberano, transformando-se no que o autor denomina de vida nua. Como instrumento de apreensão, o gestor da vida que não merece ser vivida faz uso de argumentos que possuem aparência protetiva, como é o caso do discurso ambíguo sobre direitos humanos e sobre a necessidade de desenvolvimento de comunidades menos complexas.

A segunda constatação da biopolítica agambeniana diz respeito ao estado de exceção. Sobre este aspecto, sabe-se ser um instrumento político-jurídico utilizado estrategicamente para a suspensão temporária do conjunto de normas sobre um assunto específico. Neste sentido, se há uma interação positiva entre o soberano e a vida nua, atua-se através de suas brechas ou inefetividades; de outra via, se o que existe é uma relação negativa entre as partes, gerencia-se com mais amplitude o vazio normativo. Nota-se que o primeiro nível de vínculo tende a ser mais sutil, posto que aparenta aos demais integrantes da sociedade internacional uma preocupação estatal – ainda que não efetiva – em favor dos direitos mínimos dos refugiados. Isto porque há, como dito anteriormente, uma inclusão normativa destes sujeitos por meio da exclusão da efetividade e da equiparação propriamente dita com os cidadãos. A segunda correlação costuma ser mais perceptível, pois há uma inclinação societal ao questionamento de se a edição de leis sobre o assunto seria capaz de suprir o desequilíbrio entre o homem e o cidadão. Muito embora se entenda que a resposta a este ponto é negativa, reconhece-se que este é um dos primeiros apontamentos realizados quando há um vazio legislativo sobre um assunto em específico.

Neste sentido, confirmou-se que a existência de legislações protetivas dos recém-chegados, assim como a inexistência de normas jurídicas sobre os campos de refugiados são, em mesma medida, dispositivos de controle biopolítico quer seja pela via positiva quer pela via negativa de legislar. No primeiro ponto, observa-se a inefetividade de normas internacionais e domésticas que são editadas tão somente para incluir o indivíduo no mundo jurídico; porém, excluindo-o ao não o resguardar de fato. No segundo ponto, inverte-se a situação ao incluir o indivíduo vulnerável em um espaço no qual a exclusão normativa é um fator constante. Assim, o soberano suspende o ordenamento jurídico para administrar as vidas sob seu controle através da inefetividade ou das lacunas normativas. De ambos os lados, atinge-se a gestão das vidas que não merecem ser vividas por meio de decisões autoritárias e soberanas depositadas em campos físicos e/ou ideológicos, ambientes nos quais se invisibilizam estas pessoas. Este é o caso dos campos de refugiados que não devem ser confundidos com as *safety zones*, locais de proteção a civis. Embora se assemelhem aos campos, verifica-se que as Convenções de Genebra trataram de definir os indivíduos que podem ser acolhidos e as situações nas quais estas zonas podem ser estruturadas. Além disto, há indicação também de que se tratam de espaços que terão permanência pelo período em que durar o conflito. Com isso, constata-se que há uma

diferença determinante entre as zonas de segurança e os campos de refugiados, qual seja a ingerência do biopoder. Enquanto naqueles espaços existem normas jurídicas com pouca margem de liberdade para a atuação do poder soberano; nestes, as decisões soberanas se tornaram frequentes.

Apesar de a edição de normas reguladoras dos campos de refugiados não garantirem uma efetividade quanto ao seu principal propósito – assistência humanitária temporária –, é possível verificar que não há quaisquer indícios sobre uma organização administrativa sobre estes ambientes. Esta lacuna em sua gestão facilita a atuação do poder soberano por meio da ausência de limites mínimos e máximos que os guiem durante sua administração. Por exemplo, o Complexo de Dadaab foi fundado no Quênia, no ano de 1991, e, desde o ano de 2016, tem sido anunciado o seu encerramento sem que, de fato, fosse realizado. Inclusive, em fevereiro de 2017, a Suprema Corte do Quênia anulou qualquer decisão a favor de seu fechamento por entender que está sendo cumprido o propósito humanitário do ambiente. Nestes enunciados foi encontrado um problema: será que, então, a medida que deveria ter caráter paliativo e temporário se tornou um local de permanência do estado de exceção? Durante a pesquisa, identificou-se a atuação de diversos atores internacionais – principalmente em razão da guerra de Ogaden e das guerras civis –, a construção informal de rede de campos, a precariedade das estruturas físicas e a superlotação populacional, por exemplo.

Com efeito, os dados colhidos durante a pesquisa e os aportes teóricos de Hannah Arendt e de Giorgio Agamben responderam à pergunta ao demonstrar que o Complexo de Dadaab perdeu o seu caráter de ambiente paliativo e temporário e se transformou em um estado de exceção em caráter permanente. Como foi possível verificar, há atualmente quatro pontos que evidenciam a questão. O primeiro deles é a substituição do caráter humanitário e assistencial pela politização dos campos através da gestão do local por organismos internacionais revestidos de poder soberano. Em razão disto, não se atinge o objetivo principal de concessão de primeiros auxílios para a posterior promoção da integração na cultura local, do reassentamento ou do repatriamento. Pelo contrário, permite-se que as vidas nuas ali depositadas permaneçam sem que haja uma previsão de saída. Este é o segundo ponto. Assim, faz-se viver e deixa-se morrer através da desnacionalização e da desumanização, os dois últimos aspectos relevantes dos campos de refugiados.

Desta maneira, não se pode negar que, independente da (in)existência de legislação sobre determinado tema, o soberano encontra azo no vazio normativo ou em sua inefetividade para atuar através do controle dos corpos de alguns indivíduos. Assim, dentre eles, capturam-se os mais vulneráveis e sem consciência destes atos para depositá-los em campos físicos e/ou ideológicos que, originalmente, possuíam caráter temporário e humanitário, mas que se transformaram em ambientes de desumanização. No caso dos não-nacionais, o Estado-nação utiliza como parâmetro para a apreensão a ausência do nexo nascimento-nação, deixando-os ao “Deus dará” em campos de refugiados politizados, como é o caso do Complexo de Dadaab.

Cumprе salientar que o argumento utilizado pela Suprema Corte do Quênia de que os objetivos iniciais dos campos estão sendo observados em Dadaab não merece prosperar. Isto porque não se pode olvidar que, apesar de os complexos terem sido desenvolvidos inicialmente para a concessão de assistência humanitária e temporária, o que ocorre, em verdade, é o exercício do biopoder em seu espaço. É bem verdade que o fechamento dos setores de Dadaab pode produzir uma diáspora de refugiados em busca de um novo lar. Porém, existem outras medidas mais efetivas e duradouras capazes de suportar a situação, como é o caso da inserção do refugiado na cultura do país receptor, do desenvolvimento de reassentamentos ou da repatriação dos recém-chegados. Neste passo, ainda que seja promovida a inclusão dos refugiados em legislações africanas, quenianas e declarações internacionais, o Complexo de Dadaab se tornou uma forma permanente de exercício do poder soberano através do depósito/exclusão das vidas nuas que ali habitam. Sendo assim, é inegável que o modelo biopolítico dos campos apresentados não serve, por si só, para a defesa de sua manutenção dos campos por não ser o modo ideal para resolver os problemas aqui apontados.

REFERÊNCIAS

AAKER, David. A.; KUMAR, Vinay; DAY, George S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.

ABILD, Erik. **Creating humanitarian space**: a case study of Somalia. Oxford: Refugee Studies Center, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. O que é um campo?. In: **Meios sem fim**: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGIER, Michel. A fábrica de indesejados. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, mai 2017.

_____. **Antropologia da Cidade**: Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. **Encontros etnográficos**: Interação, contexto, comparação. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

_____. **Humanity as an identity and its political effects**: a note on camps and humanitarian government. 2010. Disponível em < www.campusincamps.ps/wp-content/.../1.1.agier-Humanity.pdf >. Acesso em 18 mai 2018.

AGUIAR, Odílio Alves. Hannah Arendt e o direito I. **Argumentos**, Fortaleza, ano 09, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2017. ISSN 1984-4247, e-ISSN 1984-4255. Disponível em: < www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/download/31030/71649 >. Acesso em 12 jul 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, completa 20 anos**. 2012. Disponível em < <http://www.acnur.org/portugues/2012/02/21/dadaab-o-maior-campo-de-refugiados-do-mundo-completa-20-anos/> >. Acesso em 18 mai 2018.

_____. **Após nova tragédia no Mediterrâneo, número de mortes ultrapassa 5 mil no ano e estabelece recorde**. 2016. Disponível em < <http://www.acnur.org/portugues/2016/12/23/apos-nova-tragedia-no-mediterraneo-numero-de-mortes-ultrapassa-5-mil-no-ano-e-estabelece-recorde/> >. Acesso em 28 jun 2018.

AMNESTY INTERNACIONAL. **Report 1997**. London: Amnesty International Publications, 1997. Disponível em <

<https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/0001/1997/en/> >. Acesso em 23 mai 2018.

ANDRADE, José Henrique Fischel de. **A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas** – sua gênese no período pós-guerra (1946-1952). Tese de doutorado submetida ao Instituto das Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Orientado por Amado Luiz Cervo. Brasília, 2006.

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. **Somália**: Refugiados pressionados a sair do campo de Dadaab retornam a condições de insegurança, seca e fome. Disponível em < <https://anistia.org.br/noticias/somalia-refugiados-pressionados-sair-campo-de-dadaab-retornam-condicoes-de-inseguranca-seca-e-fome/> >. Acesso em 02 nov 2018.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Nós, os refugiados**. Covilha: Universidade da Beira Interior, 2013.

_____. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BAUMAN, Janina. **Inverno na manhã**: Uma jovem no gueto de Varsóvia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

_____. **Globalização**: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BETTS, Alexander. **Forced migrations and global politics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

BETTS, Alexander; LOESCHER, Gil. **Refugees in international relations**. New York: Oxford University Press, 2011.

BETTS, Tristram F. Documentary Note: Rural Refugees in Africa. In: **International Migration Review**, Vol. 15, n. 53/54, 1981.

BHER PROJECT. **The borderless higher education for refugees**. 2012. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=3q4blUAmTC0> >. Acesso em 09 nov 2018.

BIRMAN, Patricia. Gérer les indésirables: des camps de réfugiés au gouvernement

humanitaire. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 360-363, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 nov 2018.

BLANCO, Pablo. Migraciones Desesperadas en África Subsahariana Poscolonial. In: ACOSTA, Maria Helena A (Coord.). **África Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**, Buenos Aires, 1. ed. - Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 521-541. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20120313012029/17.Migraciones_Blanco.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Estado, governo e sociedade**. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília. 1998.

BORDAS, Marie Ange. Deslocamentos: Uma proposta de integração por meio da arte. **Imaginario**, v. 12, n.13, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-666X2006000200013&script=sci_arttext>. Acesso em 05 nov 2018.

BRASIL. **Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9199-20-novembro-2017-785772-norma-pe.html>>. Acesso em 24 jun 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 406, de 04 de maio de 1938**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 24 jun 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 417, de 10 de janeiro de 1969**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-417-10-janeiro-1969-378081-norma-pe.html>>. Acesso em 24 jun 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 941, de 13 de outubro de 1969**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-941-13-outubro-1969-375371-norma-pe.html>>. Acesso em 24 jun 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-norma-pe.html>>. Acesso em 24 jun 2018.

_____. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6815-19-agosto-1980-366138-norma-pl.html>>. Acesso em 24 jun 2018.

_____. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017 - Veto.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-norma-pl.html>>. Acesso em 24 jun 2018.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França.** São Paulo: Edipro, 2014.

BUZAN, Barry. **People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era.** 2. ed. Colchester: ECPR Classics. 1991.

CANADIAN BROADCASTING CORPORATION (CBC). **Dadaab refugees face sexual violence on camp journey.** 2011. Disponível em: <<http://www.cbc.ca/news/world/dadaab-refugees-face-sexual-violence-on-camp-journey-1.1122570>>. Acesso em 16 mai 2018.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Uprootedness and the protection of migrants in the International Law of Human Rights. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 137-168, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 jul 2018.

CARVALHO, José Lucas Santos. **As disputas em torno no conceito de trabalho escravo contemporâneo no Brasil sob a ótica da biopolítica.** Dissertação de mestrado submetida à Universidade Federal de Sergipe. Orientado por Flávia de Ávila. Sergipe, 2017.

CARVALHO, José Lucas Santos Carvalho; ÁVILA, Flávia de. A hipervulnerabilidade social do sujeito de direito a partir do estudo de caso da comunidade Carilho, Município de Itabaiana/SE. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais**, v. 2, p. 110-129, 2016.

CASTRO, Alexandre Samy de. O método quantitativo na pesquisa em direito. In: MACHADO, Máira Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito.** São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 39-82.

CHATERJEE, Partha. **The nation and its fragments:** Colonial and postcolonial histories. Princeton: Princeton University Press, 1993.

COOPERATIVE FOR ASSISTANCE AND RELIEF EVERYWHERE (CARE). **Dadaab refugees camps, Kenya.** 2018. Disponível em <<https://www.care.org/emergencies/dadaab-refugee-camp-kenya>>. Acesso em 18 mai 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas.** Ano 10, nº 1, 2002, p. 171-188.

CRISP, Jeff. **A New Asylum Paradigm? Globalization, Migration and the Uncertain Future of the International Refugee Regime.** 2003. Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/4ff2abf92.html>>. Acesso em 16 mai 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. Salvador: Jus Podivm, 2013.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar de hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

_____. **Politiques de l'amitié**. Paris: Galilée, 1995.

DERSSO, Solomon. The Somalia conflict: implications for peacemaking and peacekeeping efforts. **Institute for Security Studies**, n. 198, 2009.

DE WAAL, Alex. **Famine crimes, politics and the disaster relief industry in Africa**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1997.

DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. **Resiliência**. 2018. Disponível em: < <https://dicionariodoaurelio.com/resiliencia> >. Acesso em 06 nov 2018.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FANON, Frantz. **The wretched of the earth**. New York: Grove Press, 1963.

FELLER, Erika. Asylum, migration and refugee protection: realities, myths and promises of things to come. In: **International Journal of Refugee Law**. Oxford University Press, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madri: Editorial Trotta, 2003.

FERRARI, Maristela. **As noções de fronteira em geografia**, Paraná, v. 9, n. 10, 2014. ISSN 1981-4801. Disponível em: < e-
revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/10161/7550 >. Acesso em 01 jul 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GBARC, Peter. **Civitas, polis, and urbs**: Reimagining the refugee camp as the city. Oxford: University of Oxford, 2013. Disponível em < <http://www.rsc.ox.ac.uk/files/publications/working-paper-series/wp96-civitas-polis-urbs-2013.pdf> >. Acesso em 07 nov 2018.

GELLNER, Ernest. The coming of nationalism and its interpretation: the myths of nation and class. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Mapping the nation**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GIBNEY, Matthew J. **The ethics and politics of asylum**: liberal democracies and the response to refugees. New York: Cambridge University Press, 2004.

GRAYSON, Catherine-Lune. **Fermer Les Camps de Réfugiés de Dadaab? Quelle Bonne Idée!**. Observatoire Canadien Sur Les Crises et L'Action Humanitaires. EQUAM, Quebec/Montreal. 2015. Disponível em: < <http://www.occah.org/158-publications/fermer-les-camps-de-refugies-de-dadaab-quelle-bonne-idee-.html> >. Acesso em 08 nov 2018.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAILEY, Charlie. **Camps**: a guide to 21st-century space. Cambridge: The Mit Press, 2009.

HYNDMAN, Jennifer. **Managing displacement**: Refugees and the politics of humanitarianism. Minnesota: University of Minnesota Press, 2000.

IGREJA, Rebecca Lemos. O Direito como objeto de estudo empírico: O uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em direito. In: MACHADO, Máira Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 11-38.

INGLÊS, Paulo. Globalização, mobilidade humana e criatividade: desafiando categorias a partir de três casos de migração forçada em Angola. In: VASCONCELOS, Ana M. N.; BOTEGA, Tuíla (Orgs.). **Política migratória e o paradoxo da globalização**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 169 - 188. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0739-3.pdf> >. Acesso em 05 nov 2018.

JACOBSEN, Karen. Refugees environmental impact: the effect of patterns of settlement. In: **Journal of Refugee Studies**, 1997.

JAMAL, Arafat. Camps and freedoms: long-term refugee situations in Africa. In: **Forced Migration Review**, vol. 16, 2003.

JOHNSON, Heather L. **The other side of the fence**: reconceptualizing the “camp” and migration zones at the borders of Spain. *International Political Sociology*, v. 7, n. 1, 2013.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Ébano**: Minha vida na África. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KRASNER, Stephen. **Sovereignty**: organized hypocrisy. Princeton: Princeton University Press, 1999.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o

pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LANDGREN, Karin. Safety zones and international protection: A dark grey area. In: **International Journal of Refugee Law**. Vol. 7, nº 3. Oxford University Press, 1995.

LEAGUE OF NATIONS. **Convention concerning the status of refugees coming from Germany**. Disponível em < <http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&skip=0&query=Convention+concerning+the+Status+of+Refugees+coming+from+Germany&coi=> >. Acesso em 13 mai 2018.

_____. **Convention of 18 october, 1933 relating to the international status of refugees**. Disponível em < <http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&skip=10&query=nansen> >. Acesso em 13 mai 2018.

_____. **Provisional arrangement of 4th 1936 concerning the status of refugees coming from Germany**. Disponível em < <http://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&skip=0&query=Provisional+arrangement+concerning+the+Statues+of+Refugees+coming+from+Germany&coi=> >. Acesso em 13 mai 2018.

LE SERVICE PUBLIC DE LA DIFFUSION DU DROIT (LEGIFRANCE). **Déclaration des droits de l'homme et du citoyen en 1789**. 1789. Disponível em < <https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789> >. Acesso em 05 dez 2018.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOESCHER, Gil; BETTS, Alexander; MILNER, James. **The United Nations High Comissioner for Refugees (UNHCR): the politics and practice of refugee protection into the twenty-first century**. London: Routledge, 2008.

LOSANO, Mario Giuseppe. **Os grandes sistemas jurídicos**: Introdução aos sistemas jurídicos europeus e extra-europeus. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MACHADO, Maíra Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 356-390.

MAHLKE, Helisane. **Direito internacional dos refugiados: novo paradigma jurídico**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Lucas Moraes. Estado de Exceção Permanente: o campo e a experiência biopolítica. **Sequência: estudos jurídicos e políticos**, Florianópolis, v. 36, n. 71, p. 177, dez. 2015. ISSN 2177-7055. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2015v36n71p177> >. Acesso em 30 jun 2018.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

MARY, Cristina Pessanha. África: integração e fragmentação. In: Haesbaert, Rogério et al. (orgs). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 193-217.

MEDECINS SANS FRONTIERES (MSF). **Having escaped the war, Somali refugees wait for a space in Kenya's overcrowded refugee camps**. 2010 Disponível em <<http://www.msf-me.org/en/news/news-media/news-press-releases/having-escaped-the-war-somali-refugees-wait-for-a-space-in-kenyas-overcrowded-refugee-camps.html>>. Acesso em 16 mai 2018.

MILOVIC, Miroslav. Política do messianismo: algumas reflexões sobre Agamben e Derrida. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 14, p. 103-121, July 2009. ISSN 2317-806X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82986/86034>>. Acesso em 30 jun 2018.

NANCY, Jean-Luc. **L'impératif catégorique**. Paris: Flammarion, 1983.

NEW YORK TIMES. **Kenyan Court blocks plan to close Dadaab Refugee Camp**. 2017. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2017/02/09/world/africa/kenyan-court-blocks-plan-to-close-dadaab-refugee-camp.html>>. Acesso em 06 dez 2018.

NORWEGIAN REFUGEE COUNCIL (NRC). **New report on education in Dadaab**. 2012. Disponível em: <<http://www.nrc.no/?did=9643474>>. Acesso em 16 mai 2018.

OLIVEIRA, Luciano. **10 lições sobre Hannah Arendt**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

ORCHARD, Phil. **A right to flee**. Cambridge: Cambridge University Press. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Conflict-related sexual violence**: report of the Secretary-General. 2015. Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/5536100a4.html>>. Acesso em 23 mai 2018.

_____. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Disponível em <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados>. Acesso em 13 mai 2018.

_____. Assembleia Geral. Resolução 428 (V) de 14 de dezembro de 1950. **Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. Disponível em <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR>. Acesso em 13 mai 2018.

_____. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). **Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados**. 1967. Disponível em <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados>. Acesso em 13

mai 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÃO (OIM). **Informe sobre las migraciones en el mundo 2018**. 2018. Disponível em < https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_sp.pdf >. Acesso em 05 dez 2018.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEF (OXFAM). **A Economia para o 1%**. Documento Informativo da OXFAM, 210. 2016. Disponível em < <http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%2010%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf> >. Acesso em 08 nov 2018.

PARKER, Ben. Refugiados, um bom negócio. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, mai 2017.

PAYNE, Thymaya. **Dadaab: The clock is ticking**. 2013. Disponível em <<http://creativetimereports.org/2013/11/04/dadaab-the-clock-is-ticking/>>. Acesso em 16 mai 2018.

PETEET, Julie Marie. **Landscape of hope and despair: Palestinian refugee camps**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007.

PROUDFOOT, Malcolm. **European refugees: 1939-1952: a study in forced population movement**. London: Faber & Faber, 1957.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. **International law from below: Development, social movements and third world resistance**. Cambridge University Press, 2003.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, Victória de Paula. **Dilemas da ajuda humanitária: uma leitura a partir do complexo de refugiados de Dadaab, Quênia**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

REKACEWICZ, Philippe. **Terrorisme, insurrection ou résistance: Cartographie et nommer "l'internationale djihadiste"**. Disponível em: < <https://visionscarto.net/djihadisme-international> >. Acesso em 05 nov 2018.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCHMIDT, Anna. **Thematic guide: camps versus settlements**. 2003. Disponível em < <http://www.forcedmigration.org/research-resources/expert-guides/camps-versus->

settlements >. Acesso em 23 mai 2018.

SCHMITT, Carl. **The concept of the political**. Chicago: University of Chicago, 1996.

SILVA, Daniela Florêncio da. **Das migrações forçadas à contenção territorial: A geografia do campo de refugiados de Dadaab no Quênia**. Dissertação de mestrado submetida à Universidade Federal de Pernambuco. Orientada por Bertrand Roger Guillaume Cozic. Pernambuco, 2016.

SIMPSON, Garry. **How Kenya welcomes refugees**. 2010. Disponível em: <<http://www.hrw.org/news/2010/06/17/how-kenya-welcomes-refugees>>. Acesso em 16 mai 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, outubro 2005, p. 07-44. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/.../63_Governacao%20neoliberal_RCCS72.pdf>. Acesso em 12 ago 2018.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus: de 990 a 1992**. São Paulo: Editora USP, 1996.

TRIVELLATO, Márcia Carolina Santos; CARVALHO, José Lucas Santos; ÁVILA, Flávia de. **Os direitos econômicos, sociais e culturais perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos para a concretização da justiça social**. Artigo apresentado ao 2º Encontro Brasileiro de Pesquisadoras e Pesquisadores pela Justiça Social. 2018.

_____. **Tráfico de migrantes**: Uma análise da nova lei de migração na perspectiva da vulnerabilidade do migrante. Artigo apresentado ao IV Congresso Internacional de Estudos Jurídicos e I Seminário Internacional de Pesquisa em Direito – Trabalho, Tecnologias, Multinacionais e Migrações: Desafios contemporâneos e expansão dos direitos humanos na ordem democrática global. 2018.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **A Study of Statelessness**. Lake Success: New York. 1949. Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/3ae68c2d0.html>>. Acesso em 19 mai 2018.

_____. **Dagahaley camp profile**. 2017a. Disponível em <<https://data2.unhcr.org/en/documents/details/32111>>. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Hagadera camp profile**. 2017b. Disponível em <<https://data2.unhcr.org/en/documents/details/32114>>. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Handbook for emergencies**. 3. ed. 2007. Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/46a9e29a2.html>>. Acesso em 08 nov 2018.

_____. **Ifo camp profile**. 2017c. Disponível em <<https://data2.unhcr.org/en/documents/details/32113>>. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Ifo 2 camp profile**. 2017d. Disponível em < <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/32112> >. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Kambioos camp profile**. 2017e. Disponível em < <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/32115> >. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Kenya**: Registered refugees and asylum-seekers. 2018a. Disponível em < www.unhcr.org/ke/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Kenya-Infographics_October-2018.pdf >. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Operational update**: Dadaab, Kenya. 2018b. Disponível em < <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiU-fG2yMDeAhVKC5AKHYEdCtEQFjABegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.unhcr.org%2Fke%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F2%2F2018%2F05%2F15-April-Dadaab-Bi-weekly-Operational-Update.pdf&usg=AOvVaw3gFtRNvZC1yhMQrGx79nfl> >. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Statistical yearbook 2016**. 2017f. Disponível em < <http://www.unhcr.org/statistics/country/5a8ee0387/unhcr-statistical-yearbook-2016-16th-edition.html> >. Acesso em 19 mai 2018.

_____. **Statiscal Year Books 2018**. 2018c. Disponível em < <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html> >. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. **UNHCR Dadaab and Alinjuggur, kenya Briefing Note**. 2015. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/UNHCRKenya243/dadaab-briefing-august-2015> >. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Weekly update**: Voluntary repatriation of somali refugees from Kenya. 2018d. Disponível em < www.unhcr.org/ke/wp-content/uploads/sites/2/2018/05/Voluntary-Repatriation-Analysis-06042018.pdf >. Acesso em 06 nov 2018.

_____. **Where we work**. 2018e. Disponível em < <http://www.unhcr.org/where-we-work.html> >. Acesso em 02 nov 2018.

VATTEL, Emer de. **O direito das gentes**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

WALZER, Michael. **Esferas da justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: A retórica do poder. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

WERMUTH, Maiquel Angelo Dezordi. De Hannah Arendt a Judith Butler: Em busca da humanidade perdida nas fronteiras do estado-nação. In: **Pensar – Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza, v. 22, nº 1, p. 301-334, jan/abr 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Hannah Arendt**. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1993.